



RELAÇÕES  
DE GÊNERO:  
DILEMAS E  
PERSPECTIVAS



---

Universidade Federal da Grande Dourados

Reitor: Damião Duque de Farias  
Vice-Reitor: Wedson Desidério Fernandes

COED  
Coordenador Editorial da UFGD: Edvaldo Cesar Moretti  
Técnico de Apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

Conselho Editorial da UFGD  
Adáuto de Oliveira Souza  
Edvaldo Cesar Moretti  
Lisandra Pereira Lamoso  
Reinaldo dos Santos  
Rita de Cássia Pacheco Limberti  
Wedson Desidério Fernandes  
Fábio Edir dos Santos Costa

Capa e diagramação: Marise Frainer  
Impressão: Gráfica e Editora Dinâmica

---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD

305.42

R382

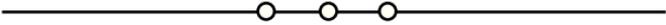
Relações de gênero : dilemas e perspectivas. / Marisa de Fátima  
Lomba de Farias, (organizadora). – Dourados, MS : Editora  
da UFGD, 2009.  
184p.

ISBN 978-85-61228-23-1

1. Mulheres – Condições sociais- Mato Grosso do Sul. 2.  
Mulheres – Condições sociais – Paraguai. 3. Violência contra as  
mulheres. 4. Trabalho infantil e Reforma agrária. I. Farias,  
Marisa de Fátima Lomba de.

---

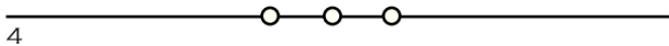
Direitos reservados à  
Editora da Universidade Federal da Grande Dourados  
Unidade I - Rua João Rosa Goes, 1761 - Vila Progresso -  
Caixa Postal 322  
CEP 79825-070 - Dourados-MS - Fone: 67 34113622  
edufgd@ufgd.edu.br  
www.ufgd.edu.br



RELAÇÕES  
DE GÊNERO:  
DILEMAS E  
PERSPECTIVAS

MARISA DE FÁTIMA  
LOMBA DE FARIAS  
ORGANIZADORA





---

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

7

CAPÍTULO I

MULHERES NA SOCIEDADE:  
UM OLHAR SOBRE A CONDIÇÃO  
DAS MULHERES E AS TRANSFORMAÇÕES  
SOCIAIS PRODUZIDAS POR ELAS

ALZIRA SALETE MENEGAT

15

CAPÍTULO II

O EXCESSO DE TRABALHO  
REALIZADO POR CRIANÇAS NOS LOTES  
FAMILIARES DA REFORMA AGRÁRIA

GIANA AMARAL YAMIN

37

CAPÍTULO III

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS  
DE GÊNERO EM ASSENTAMENTOS  
DE REFORMA AGRÁRIA:

OLHARES DE UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA

MARISA DE FÁTIMA LOMBA DE FARIAS

57

CAPÍTULO IV

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:

AINDA UM PROBLEMA

ANA MARIA GOMES

85

CAPÍTULO V

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL  
E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:  
UMA REFERÊNCIA PARA O DEBATE ATUAL

ANDRÉ LUIZ FAISTING

103

CAPÍTULO VI

CAMINHOS E DESCAMINHOS:  
A CRIAÇÃO DE ORGANISMO  
DE PROTEÇÃO À MULHER

ODILA SCHWINGEL LANGE

125

CAPÍTULO VII

MULHERES DO PASSADO

MARIA TERESA GARRITANO DOURADO

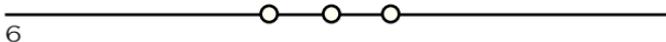
141

CAPÍTULO VIII

MUJERES PROVEEDORAS Y LAS RES PUBLICA EN EL  
PARAGUAY

GRACIELA CHAMORRO

161



---

INTRODUÇÃO

As reflexões apresentadas neste livro resultaram do *I Seminário Relações de Gênero: Dilemas e Perspectivas*, realizado em março de 2007, foi organizado pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em parceria com a Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres e com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (Prefeitura Municipal de Dourados). Também recebeu apoio do Grupo de Pesquisa, cadastrado no CNPq, Gênero Identidade e Memória e do Grupo de Gênero da ANPUH/MS.

Este evento objetivou criar um espaço de debate interdisciplinar com o intuito de ampliar as alternativas para a construção de conhecimentos críticos acerca da realidade brasileira, com um olhar especial para as representações sociais de gênero no estado de Mato Grosso do Sul.

Como resultado, os capítulos deste livro compilam conclusões de pesquisas dos/as pesquisadores/as que estiveram envolvidos/as no *Seminário* – desde a etapa da sua organização até a participação nas mesas redondas. As discussões configuraram-se em momentos de profícuos debates teóricos e de socialização das experiências, que refletem as diversas possibilidades de vida transcorrendo em espaços sociais diversos, seja no campo, seja na cidade.

---

Assim sendo, seu conteúdo proporcionará a divulgação de uma reflexão importante e merecedora de incentivo, tanto nas escolas públicas quanto nas instituições de ensino superior, bem como abarcar seu acesso aos diversos grupos sociais, tanto internos quanto externos à UFGD.

No Capítulo I, *Alzira Salete Menegat* apresenta o processo histórico de participação das mulheres nos espaços públicos e privados. Demonstra os avanços observados desde a década de 1980, destacando as categorias trabalho, educação e política. Afirma/reafirma a lentidão das mudanças sociais que foram e são conquistadas “às duras penas”, mas que geram novas formas de sociabilidade e perspectivas de empoderamento das mulheres.

Subsidiada na psicologia histórico-cultural, no Capítulo II, *Giana Amaral Yamin* aborda a problemática do trabalho infantil existente em um assentamento no estado de Mato Grosso do Sul, discutindo como as condições objetivas das famílias condicionam o cotidiano dos meninos e das meninas nos lotes familiares.

Diante de uma pesquisa pautada no cuidado metodológico de respeito às diferentes infâncias, a autora revela que as crianças são protagonistas das histórias escritas no assentamento. Demonstra, contudo, que estão submersas em condições desiguais, que, em alguns casos, aprofundam realidades de subordinação e desigualdade social e de gênero, impostas por

---

um sistema capitalista que, sorrateiramente, rouba os sentidos das suas infâncias. Nesse contexto, as crianças (re)criam suas infâncias e os sentidos de viver nos assentamentos, resultado de uma trajetória de luta, também feliz.

Novamente, o cotidiano dos assentamentos de reforma agrária é apresentado neste livro. No Capítulo III, *Marisa de Fátima Lomba de Farias* analisa, a partir de uma trajetória de pesquisa no estado de Mato Grosso do Sul, a vida de mulheres que lutaram nos acampamentos que, atualmente, renovam as estratégias de empoderamento e fortalecimento dos laços de solidariedade para a construção de espaços de participação política e de equidade de gênero nos assentamentos e no inteiro dos núcleos familiares.

A autora, portanto, considera os assentamentos campos de poder e palco de construções da resistência e de relações sociais, não tão modernas, mas também não tão antigas. Ratifica que, nem sempre o velho se desfaz e o novo emerge, assim, está marcada a ambigüidade da vida nesses novos espaços de reforma agrária.

*Ana Maria Gomes*, no Capítulo IV, revela como a violência doméstica e a violência sexual ainda permeiam a vida de inúmeras mulheres no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul. Para discutir esta temática, reporta-se à luta dos Movimentos de Mulheres, trazendo à tona suas principais motivações, alavancadas pela denúncia da violência em todo o país, o que fa-

---

zia deste movimento um importante veículo de empoderamento às mulheres, já na década de 1980.

Por fim, a autora conceitua as formas de violência e destaca que elas estão pautadas na desigualdade de gênero. Ressalta que um combate efetivo, que traga resultados qualitativos à vida das mulheres, exige a criação de mecanismos eficazes de combate às violências sexual e doméstica.

Algumas reflexões acerca das transformações ocorridas após a promulgação da Lei 11.340, denominada de Lei Maria da Penha, são desenvolvidas por *André Luiz Faisting*, no Capítulo V. O autor procura evidenciar os avanços e os recuos desse processo, marcado por conflitos, polêmicas e resistências. Para tal, utiliza-se um estudo comparativo entre o período anterior e posterior à legislação atual.

Faisting considera importante a ampliação de estudos e debates acadêmicos e jurídicos concernentes ao tema, considerando a carência de reflexões urgentes para o desvelamento de relações de domínio e de poder que geram violências domésticas de variadas intensidades.

*Odila Schwingel Lange*, no Capítulo VI traz uma análise do processo histórico de lutas do movimento de mulheres no Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul e em Dourados, com ênfase na preocupação desse movimento para a implantação de delegacias de atendimento à mulher vítima da violência.

---

Segue, apresentando a implementação das políticas públicas nos contextos, federal, estadual e municipal, mais especificamente a criação de organismos de proteção, tentando compreender em que sentido estão auxiliando no combate às relações de violência e de desigualdade de gênero que se fazem presentes no conjunto da sociedade.

A autora *Maria Teresa Garritano Dourado*, no Capítulo VII, desenvolve um estudo no qual registra o espaço secundário das mulheres na historiografia brasileira que foi estruturada a partir da visão masculina. Procura dar visibilidade às mulheres simples que “fizeram a história”, mas não foram nelas reveladas pelo fato de serem pobres: “do povo, sem família e sem sobrenome e por isso mesmo muito mais ocultas pela historiografia”. Para isso, denuncia sua ausência nos livros didáticos, onde predomina a virilidade dos heróis.

Suas análises foram alicerçadas nos registros históricos, cujo olhar preocupado com a presença das mulheres, revelou a sua importância na construção do Brasil, uma realidade negada pela história oficial. Desse modo, o estudo das mulheres do passado contribui para o fortalecimento das lutas atuais, por publicizar a força e o poder feminino ao longo do tempo.

Por fim, o Capítulo VIII se compõe por uma análise construída por *Graciela Chamorro*, dedicada a desvelar as representações de heroísmos e nacionalismo utilizadas pelo

---

governo paraguaio no intuito de mascarar as condições desiguais e de opressão vividas pelas mulheres.

Por meio de uma análise histórica da vida de mulheres comuns, traz à tona as marcas de um processo histórico que aprofundou as discriminações sexuais, as desigualdades e a pobreza no referido país. As mulheres, segundo a autora, foram enganadas e impedidas de exercerem os direitos à educação formal, dentre outros fatores que dificultaram sua organização política. Destaca, porém, a existência de uma luta contínua, às vezes aberta, às vezes simbólica, que deve ser relatada por outros prismas, para além do discurso oficial, por meio das vozes femininas.

Enfim, os/as colaboradores/as deste livro esperam que suas reflexões ampliem os debates acerca dos conflitos de gênero, fortalecidos por fatores tais como o poder patriarcal, a desigualdade social, o racismo e a violência, que merecem atenção renovada, utilizando pressupostos teóricos e metodológicos justapostos entre as relações de classe, de raça/etnia e de gênero.

Buscam, portanto, fortalecer as perspectivas de reconstrução das relações sociais respeitando a existência de uma pluralidade de mulheres e homens, de vidas vividas por diversos caminhos, por diversas gerações e com diversificados projetos de sociedade. Acreditam que esta busca seja uma “constância na inconstância”, de um ir e vir sem caminhos prontos e

---

delimitados, com caminhos se fazendo, pessoas se tornando pessoas, com desejos e necessidades que se afloram, muitas vezes, de modo pouco racionalizado conscientemente.

As mulheres desejam – e lutam para isso – o respeito e o reconhecimento para a busca de liberdade e de solidariedade com seus pares, contrapondo-se a uma realidade difícil e áspera, na composição de um jogo de intenções sociais que está longe de ser linear e definitivo.

Nesse sentido, nada é categórico na vida das mulheres e dos homens, não se sabe para onde vão as relações de gênero. Sabe-se, no entanto, que as pessoas não estão prontas e que os caminhos não são definidos/definitivos, mas envoltos por variadas intempéries.

Sabe-se que as pessoas fazem os caminhos e nesses vão se fazendo como mulheres e homens que esperam alcançar felicidade, respeito e fartura “*com toda a força e com vontade, a felicidade há de se espalhar com toda intensidade. Há de molhar o seco, de enxugar os olhos, de iluminar os becos. Antes que seja tarde.*”<sup>1</sup>

Com este livro, os/as pesquisadores/as intencionam espalhar, com toda a intensidade, construções teóricas que possam se lançar por caminhos diversos, *iluminar os becos* e chegar aos lugares, bem mais cedo do que se espera, *antes que seja tarde*, para uma transformação significativa nas relações de gênero.

Marisa de Fátima Lomba de Farias

---

<sup>1</sup> Trecho da música “Antes que seja tarde” de Ivan Lins e Vitor Martins.



---

CAPÍTULO I

MULHERES NA SOCIEDADE: UM  
OLHAR SOBRE A CONDIÇÃO DAS  
MULHERES E AS TRANSFORMAÇÕES  
SOCIAIS PRODUZIDAS POR ELAS

Alzira Salete Menegat  
*Universidade Federal da Grande Dourados*  
*Doutora em Sociologia*

Neste estudo procuramos acompanhar análises sobre a participação das mulheres no espaço social, tentando compreender quais mudanças foram sendo efetivadas e em que sentido têm transformado a vida das mulheres e dos homens. Procuramos observar a condição das mulheres, analisando, a partir das diversas reflexões como, por exemplo, as de Souza-Lobo (1992); Bruschini (1994, 1995); Pena (1981); Saffioti (1976), as transformações apresentadas. Observamos que até os anos de 1960, na sociedade brasileira, temas envolvendo as mulheres eram considerados de pouca importância, o que revela uma estrutura até então alicerçada em padrões quase que exclusivamente masculinos. Ficam evidentes os elementos emblemáticos em torno da figura e do domínio do homem em suas múltiplas “aparições” nos espaços públicos, contrastando com aqueles reservados às mulheres, preponderantemente voltadas para as obrigações domésticas, ligadas à casa e à família, atividades restritas à esfera privada.

---

A partir das décadas de 1980 e 1990, o movimento de mulheres abriu espaço importante na sociedade brasileira, revelando a importância do feminino como sujeito de mudanças sociais, marcando presença como liderança responsável pelo papel também de reprodutora de unidades familiares. Segundo Souza-Lobo (1992), a partir de então, as mulheres começam a falar e a mostrar, para o conjunto da sociedade, as diferenças sociais existentes entre homens e mulheres, buscando não somente a igualdade de direitos, mas o direito de ser diferentes. Foi, principalmente, com essa bandeira de luta que passaram a reivindicar o espaço social no sentido de “quebrar” com a situação que as colocava na função exclusiva do assumir tarefas domésticas da reprodução, acompanhada do tradicional perfil de pessoa frágil, tímida e subordinada ao homem no espaço doméstico e de trabalho.

Souza-Lobo (1992) nos mostra que as décadas de 1980 e 1990 representaram marcos na história brasileira, por ser um período em que as trajetórias e as práticas feministas cruzaram as dos movimentos populares nos congressos, nos sindicatos e nos bairros. Nos questionamentos produzidos pelas mulheres estavam presentes indagações que ultrapassavam elas próprias, porque pretendiam abarcar as discussões de gênero, tentando analisar desigualdades históricas e culturais entre homens e mulheres. Havia uma preocupação em dar visibilidade e

---

em ampliar as análises relacionadas ao mundo do trabalho e ao espaço social, lugares que mantinham embutidas relações de poder entre os sexos e que contribuía para perpetuar as condições diferenciadas entre homens e mulheres no mundo profissional e na vida social.

Paoli (1991) também compartilha desse pensamento destacando que a categoria gênero esteve presente nas ações dos movimentos sociais e, conseqüentemente, nas transformações que a sociedade efetivou e que vem vivenciando nos últimos tempos. Ações que diziam respeito à etnicidade, à carência social e à igualdade de direitos. Gênero é entendido então como:

O sentido dado ao comportamento de cada um dos sexos, construído nas relações sócio-culturais, na interdependência das práticas e representações que constituem as instituições sociais e estão presentes nos indivíduos e nos espaços em que estes interagem (COELHO, 1996, p.4).

Nesse sentido, a categoria gênero permite entender a história das mulheres em suas relações com os homens, uma vez que gênero é uma maneira de designar as relações sociais entre os sexos. Por isso corroboramos com Scott (1990), quando nos mostra a importância em se trabalhar com a categoria gênero por esta propiciar uma compreensão que vai além do aspecto biológico e, por isso, não se pode con-

---

siderar “como único fator à diferença biológica, mas a construção social e cultural que se estabelece a partir do biológico. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres” (SCOTT, 1990, p.4). É por acreditarmos que essa perspectiva possibilita um despertar mais amplo da complexa realidade em que se inserem (ou estão inseridas) as mulheres que a endossamos em nosso trabalho.

Tentando resgatar a condição social e de trabalho das mulheres, observamos que os trabalhos mais expressivos exercidos por elas, no século XIX, eram, além do trabalho agrícola e o doméstico, o trabalho de ensinar em escolas e o desenvolvido nas fábricas de tecelagens. Eram trabalhos aceitos socialmente, posto que vistos como extensões de suas próprias casas, uma vez que em seus lares ensinavam os filhos e também fabricavam parte das roupas usadas pelas famílias. É preciso destacar que o trabalho da mulher, fora de casa, tinha uma representação negativa para a imagem do homem, porque evidenciava, perante a sociedade, a incapacidade de ele desempenhar o papel social que a ele era atribuído, o de prover o sustento da família. Dessa forma, foi vivenciando múltiplos questionamentos que as mulheres passaram, lentamente, a marcar presença enquanto grandes responsáveis pelo trabalho nas indústrias têxteis paulistas, no final do século XIX, como demon-

---

stra Pena (1981, p.14), quando diz que as mulheres e as crianças foram os braços que deram sustentação à nascente industrialização brasileira. A autora mostra que, em 1872, as mulheres representavam 76% do trabalho assalariado nas fábricas, sendo substituídas em 1950, quando a indústria brasileira passou por modernizações e essa porcentagem caiu para 23%. Aquele foi um período em que a máquina substituiu a força humana e as primeiras a serem excluídas do processo produtivo foram as mulheres, ficando seus cargos reservados aos chefes de famílias, os homens.

A educação foi um outro espaço referendado socialmente para as mulheres. Siqueira (2000), ao estudar o sistema educacional do final do século XIX, no então Estado de Mato Grosso, por exemplo, deparou-se com a preocupação dos parlamentares com relação à indisciplina, que principiava e ganhava vulto junto ao alunado nas salas de aulas das escolas. Na fala do parlamentar, visualiza-se a defesa pela entrada das mulheres no espaço educacional:

[...] a mulher tem qualidades especiais para educadora e mestra; é muito superior ao outro sexo em clareza, doçura, imaginação, paciência, bondade, zelo e graça, o que constitui para com as crianças, sempre saudosas do carinho materno, uma espécie de atração para com a professora, sujeitando-se elas às imposições do estudo, unicamente para satisfazê-la. Em vista

---

das razões expedidas, sou da opinião de que se empregue no magistério público de preferência a mulher (SIQUEIRA, 2000, p.242).

Tal fala, que data do final dos anos de 1880, sugere a defesa em favor das mulheres para o cargo de professoras como uma maneira de resolver o impasse no sistema educacional. A entrada delas foi vista como “solução mágica” para a resolução da crise. Os elementos facilitadores para aquela conquista foram as históricas características a elas atribuídas – pessoas benevolentes, bondosas, cuidadosas, pacientes – pessoas que poderiam exercer o papel das mães, ou seja, o das “tias” de nossos dias. E essa é uma herança ainda presente nos dias de hoje, basta observar as salas dos cursos de Pedagogia, repletas de mulheres vistas ainda como mais dóceis, pacientes, as fraternas “tias”, e por isso representam a maioria na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Já no corpo docente do ensino superior, observa-se uma maioria de homens, especialmente nos cursos de Ciências Exatas.

As mudanças sociais têm sido lentas, necessitando da afirmação jurídica para que ocorram. Por isso, acreditamos que as exigências econômicas de determinados períodos históricos acabaram tendo peso mais significativo na efetivação de transformações direcionadas à participação social das mulheres. Nesse sentido, partilhamos do pensamento de Moraes

---

(1985), quando diz que a incorporação das mulheres aos serviços, cargos e postos, no começo do séc. XX, trouxe outras concepções, porque o trabalho, no espaço externo à casa, veio acompanhado de novas maneiras de viver, o que provocou transformações nas mulheres.

No entanto, é inegável a vigilância pela qual elas passaram naquele período, uma vez que aquelas que ocupavam cargos que até então eram considerados para homens tiveram suas vidas privada e pública controladas. Segundo ainda Moraes, a mulher que vendia sua força de trabalho sem necessidade, a que possuía, por exemplo, situação financeira que lhe assegurasse ficar em casa e ser sustentada pelo pai ou pelo companheiro, sofria discriminações por ocupar o lugar de um chefe-de-família. A mulher não tinha o direito à livre escolha do trabalho externo ao lar, a não ser quando fosse em favor do sustento da casa, em caso de morte ou invalidez do cônjuge.

Rago (1987), por sua vez, ao analisar a situação das mulheres no contexto histórico brasileiro, por meio de leitura da imprensa, mostra a preocupação dos jornais operários do começo do século XX em denunciarem aspectos morais ligados à condição do trabalho delas. O espaço fabril, por exemplo, naquela época, para as mulheres, era visto como um atentado ao pudor, sendo, por isso mesmo, considerado como ambiente pouco indicado. A esfera da produção

---

era o espaço reservado ao homem, considerado como força de trabalho valorizada.

A presença da mulher, no seio familiar, em tempo integral, como já dissemos, ainda era uma questão de honra e, principalmente, um meio de afirmação da masculinidade do homem no desempenho das funções a ele atribuídas pela sociedade, no que diz respeito à gestão do sustento da família e à continuidade do reinando absoluto no espaço público.

Matos (1996) compartilha dessa consideração dizendo que, no seio familiar, os papéis eram, e em parte ainda o são, bem definidos. Para a mulher, antes de tudo, cabia e ainda lhe cabe o papel de mãe; ao homem, o papel de pai e provedor. O trabalho aparece para o homem como o instrumento que o levará ao crescimento pessoal, à auto-realização e ao auto-reconhecimento como homem. Daí o porquê de, em um longo período da história brasileira, as mulheres terem o lar como o espaço socialmente delimitado e legitimado como sendo delas. Então, vemos que é histórica a questão de reservar para as mulheres basicamente o mundo privado, mundo que, para Arendt (1995), é aquele que não se dá a conhecer e, portanto, é como se não existisse.

Vale registrar que, se no passado, ficar restrita à casa e aos serviços domésticos era elemento de reconhecimento e valor, hoje, o trabalho doméstico é tido como uma das ocu-

---

pações socialmente menos prestigiadas, “como um não-trabalho (‘invisível’), de valor nulo, porque ‘improdutivo’ (lógica capitalista), não monetarizado (obrigação, virtude), e, portanto, desvalorizado” (FARIAS, 1983, p.85).

Desigualdades entre homens e mulheres são estampadas no mundo do trabalho, principalmente em relação aos cargos e aos salários, sempre favoráveis aos homens. Tais diferenças se tornam ainda mais flagrantes no que diz respeito à jornada de trabalho. Capellim mostra isso quando diz que as mulheres continuam sendo alvo de toda sorte e discriminação: “Basta olhar nos jornais e perceber que há uma explícita e implícita sexualização das ocupações indicando, às vezes, qualidades até físicas, desde a altura da pessoa a ser selecionada até a exigência do certificado de esterilidade” (1995, p.22).

Foram mudanças econômicas do mundo moderno que produziram alterações nas esferas dessas concepções e valores, o que levou as mulheres aos espaços públicos. Talvez o mais significativo, durante o século XX e mesmo nesse início do século XXI, venha ocorrendo no mundo do trabalho, apesar das condições ainda diferenciadas em relação aos homens, no que diz respeito aos salários e à extensão das jornadas de trabalho. Essas conquistas têm produzido a emancipação das mulheres, mas, em contrapartida, representaram acúmulo de ativi-

---

dades, exigindo sobrecarga física e emocional para elas. Rocha-Coutinho nos fala dessa sobrecarga dizendo que,

Aos “papéis tradicionalmente femininos – para os quais ela foi treinada e que continuam a serem reforçados pela cultura –, tiveram que acrescentar os novos papéis decorrentes de sua inserção no mundo produtivo e da busca de satisfação pessoal também no espaço fora da casa e da família” (1994, p.154).

Segundo Bruschini (1994), nas últimas décadas do século XX, no Brasil, ocorreu o aumento no número de mulheres no mercado de trabalho. Isso se deu a partir dos anos 70, período que se caracterizou pela expansão do mercado e pela crescente urbanização e aceleração no ritmo da industrialização. Nesse período, houve deterioração do salário do homem o que veio favorecer o ingresso das mulheres no trabalho para a complementação da renda familiar. Assistiram-se, ainda, transformações nos padrões de comportamento e nos valores relativos ao papel social delas. O movimento feminista cresceu, a oferta de trabalho aumentou e a taxa de fecundidade diminuiu. A pílula permitiu que as mulheres deixassem de ter “os filhos que Deus mandava”, possibilitando maior inserção delas em trabalhos fora do domínio privado. No entanto, apesar das conquistas femininas, há ainda obstáculos quanto à sua absorção no mercado

---

de trabalho. Questões concernentes aos filhos, ao estado civil, à idade, ao nível de escolaridade e à situação econômica da família têm sido apontadas como alguns dos entraves.

Bruschini (1995) nos mostra que, apesar do aumento do número de mulheres em atividades no espaço público, poucas têm sido as mudanças constatadas no espaço privado. Nele, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelos papéis associados à reprodução. Já, para Rocha-Coutinho, o acúmulo de funções atribuídas às mulheres decorre, muitas vezes, delas próprias, por considerarem a casa como território exclusivamente feminino. A autora afirma que elas relutam em abandonar o controle da casa, uma vez que,

[...] o espaço privado sempre deu à mulher um tipo de poder – manipulando e tentando tornar dependentes dela o marido e os filhos, por trás da máscara da perfeição, compreensão e abnegação – que as compensava de sua falta de poder nesta sociedade dominada por homens (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.121).

Rocha-Coutinho acrescenta que o fato de resistirem à divisão do trabalho na casa pode estar contido no desejo em manterem a histórica posição de comando, uma vez que assumiram trabalhos de menor prestígio. Já em suas casas são consideradas “rainhas do lar”, mesmo não tendo nenhum poder decisório sobre ele ou

---

mesmo sobre seus próprios corpos. Por isso a resistência em partilhar as atividades domésticas, justificada, por vezes, em vista de considerarem a imperfeição masculina para a realização das tarefas.

O fato é que há limites da condição feminina situados em todos os espaços, diferenciando o que é trabalho de mulher e o que é trabalho de homem, mesmo quando a mulher ocupa postos considerados masculinos. Essas diferenças estão estampadas em pesquisas efetuadas pelo Jornal Folha de São Paulo em diversos momentos. Destacamos aqui o estudo realizado em agosto de 1996, que aponta a diferença salarial entre homens e mulheres. Elas estariam sendo as preferidas para cargos de chefia, até então ocupados por homens, porém com salários bem menores que os pagos aos homens. Outra pesquisa efetuada pelo mesmo jornal, em abril de 1997, revela que as mulheres estudam mais do que os homens e, ainda assim, continuam com salários bem menores que os pagos a eles, mesmo com ocupação similar. Isso evidencia que o componente biológico é usado e faz a diferença no mundo do trabalho e na condição salarial, estabelecendo uma ordem sexuada na sociedade, o que implica a inferiorização da mulher.

Quanto à participação política feminina, Rodrigues (2006) apresenta números que demonstram a baixa participação das mulheres nesse espaço. A autora analisa os resultados

---

das eleições de 2006 e verifica que a população votante na eleição daquele ano era de 125.913.479 eleitores/as, e deste percentual 51,53% era de mulheres e 20,42% de jovens na faixa de 16 a 24 anos. O número de mulheres candidatas foi de 2.498, sendo duas à Presidência da República, 26 a Governadoras de Estados, 35 ao Senado, 652 à Câmara Federal e 1.783 às Câmara Legislativas. O resultado das eleições apontou para a eleição de mulheres na seguinte escala: 176, sendo três Governadoras (11,11%), quatro Senadoras (+ oito eleitas em 2002; 14,8% da bancada renovada), 45 Deputadas Federais (8,77%) e 123 Deputadas Estaduais/Distritais (11,61). Nas eleições de 2004 haviam sido eleitas em todo o Brasil 416 Prefeitas e 6.550 Vereadoras. Os estados com percentuais de candidatas acima de 20%, foram Sergipe, Mato Grosso do Sul, Tocantis e Espírito Santo. E, em termos regionais, com mulheres eleitas a Deputadas Federais, o resultado foi o seguinte: Norte 13,51%; Nordeste 12,32%; Sudeste 11,44%; Centro-Oeste 10,62% e Sul 8,72%. Quanto à eleição para Deputadas Estaduais, as regiões mais expressivas foram o Norte 20,0%; o Centro-Oeste 9,76%; o Sudeste 8,94%; o Nordeste 5,96% e o Sul 5,19%. Esses dados demonstram que as regiões tidas como mais desenvolvidas em termos de participação social das mulheres, especialmente no mundo do trabalho, não estão listadas nas regiões em

---

que ocorreram a eleição de um maior número delas.

A prevalência da cultura patriarcal é um dos principais fatores que Rodrigues (2006) apresenta em suas análises como causa que faz com que a eleição de mulheres seja um acontecimento cada vez mais difícil. Segundo a autora, apesar de a cultura patriarcal estar perdendo forças, ainda se faz presente, no inconsciente das pessoas, a associação homem-espaço-público e mulher-espaço-privado. Isso produz certa resistência da população para votar em mulheres, o que reforça a velha consciência de que “política é coisa de homem”. Tal fato ocorre, segundo a autora, porque as posições de destaque no Estado, nos partidos políticos e na sociedade civil organizada ainda são representadas pelos homens. Além disso, a autora apresenta outros elementos relacionados a desigualdades competitivas de gênero, especialmente no que diz respeito ao patrimônio acumulado e aos financiamentos de campanha, uma vez que os partidos e as empresas são, em sua maioria, liderados por homens, o que os torna próximos aos financiamentos de campanha.

O peso da representação individual é outro fator que, segundo Rodrigues, favorece os homens, uma vez que eles são lideranças políticas consolidadas. Nesse sentido, parte das mulheres que se destacam são aquelas que possuem relações de parentesco com homens políticos. A

---

distribuição desigual do tempo disponível para a prática política é outro aspecto que os coloca em vantagens, já que as mulheres participam de novos espaços, assumem novos papéis, sem abandonar aqueles que vinham desempenhando.

Para Rodrigues (2006), deveriam ser criadas ações mais eficazes para a entrada das mulheres no Parlamento. Elas podem mudar a política, já que tendem a,

[...] levar para a vida pública olhares e vivências de uma condição discriminada e desigual, e, ao mesmo tempo de vivências de gestão de um coletivo e de cuidado com o outro, podendo estabelecer conexões com vários segmentos sociais (RODRIGUES, 2006).

Mesmo com os baixos índices de participação feminina no campo político, apresentados por Rodrigues, ao compararmos os espaços de atuação das mulheres brasileiras no início do século XX, com os do início do século XXI, observamos a luta pela participação efetiva no conjunto geral do espaço público. Elas passaram a ocupar postos tidos como de domínio do homem, conquistando o lugar que lhes foi negado na sociedade. Foram e estão sendo conquistas que estão abrindo novos caminhos sociais, nos postos de trabalho, até então exclusivos dos homens, mas também mostrando diferenças existentes entre homens e mulheres. Isso

---

revela que está acontecendo uma reestruturação quanto ao que se entende por função de homem e de mulher, o que leva a se questionar a composição de participação social.

A nova maneira de viver faz com que as mulheres caminhem para a construção de uma maior autonomia, tanto no plano pessoal, como no da gestão e do encaminhamento de atividades, o que nega a imagem, até então dominante, da mulher como mera “ajudante” ou dependente do trabalho masculino. Isso as tem conduzido a questionar, a transformar valores tradicionais que só têm feito manter, através dos tempos, o homem à frente do espaço público, porque é cômodo ter, à sua sombra, a presença “segura” da mulher. No entanto, isso não significa dizer que ingressamos em um novo século sem a exclusão feminina do mundo público, porque negaríamos a situação ainda presente em nossos dias. Sem dúvida, houve avanços, as mulheres conquistaram espaços, mas há diferenças, quer seja de salário ou de cargos reservados especialmente aos homens, quer de responsabilidades assumidas no espaço doméstico e mesmo de poder sobre o próprio corpo, que ainda se fazem presentes na sociedade.

Não podemos deixar de acentuar que essas conquistas não evidenciaram uma reestruturação do mundo privado, pois nele estabeleceu-se uma espécie de disputa de poder, passando a mulher, por vezes, a se colocar no mesmo

---

domínio masculino. Por isso destacarmos que as mudanças mais significativas na vida das mulheres parecem ainda restritas à esfera do mundo do trabalho e à da autonomia econômica, sendo mantida parte das lacunas históricas existentes na esfera privada: é ela quem assumiu duplas jornadas de trabalho (da casa e fora dela), quem olha mais pelos filhos, olha pela casa, quem é ajudante no orçamento familiar, mesmo quando o seu rendimento é o maior, quem é apontada como causadora dessa juventude desestruturada, uma vez que foi ela quem quis sair para trabalhar. Enfim, ela conquistou o mundo, mas não conseguiu mudar a concepção de mundo e de sujeito presentes no pensamento masculino e, por vezes, em seu próprio pensamento.

As contradições existentes no mundo das mulheres e dos homens revelam a dinâmica da construção de um novo modo de vida que coloca novas contradições e exige inclusive novas respostas.

No entanto, é preciso acentuar que as conquistas das mulheres representam o início de seu empoderamento, entendido por Deere e León, como um processo que requer,

Transformação no acesso da mulher tanto aos bens quanto ao poder [...] Ao mesmo tempo, o empoderamento da mulher transforma relações de gênero e é, portanto, uma pré-condição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres. (2002, p. 52)

---

O empoderamento das mulheres não é fácil e nem definitivo, uma vez que,

[...] a subordinação da mulher parece normal dentro da ideologia patriarcal, é difícil que a mudança entre em erupção espontaneamente da condição de subordinação. O empoderamento deve ser induzido primeiro pela criação de uma consciência da discriminação de gênero (DEERE e LEÓN, 2002, p, 55).

O empoderamento permite as mulheres perceberem o quanto elas se distanciam delas próprias e de seus desejos nas relações permeadas pela desigualdade. O empoderamento desmistifica a idéia natural de que “é assim mesmo que tem que ser, porque sempre foi assim”, conduzindo ao questionamento acerca da construção social, baseada na desigualdade.

Enfim, no embate de diferentes projetos e papéis sociais, as mulheres estão abrindo caminhos com suas lutas, conquistando direitos, mesmo que a duras penas, criando e recriando projetos de uma participação mais efetiva na sociedade, construindo novos e, por vezes, tortuosos caminhos para a autonomia. Na luta cotidiana, criam novas relações de sociabilidade, de trabalho e transformaram a realidade em que vivem, tecendo novos papéis e tornando-se, elas próprias, novas pessoas.

---

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. A condição humana. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher no Brasil: Tendências recentes. In: Heleieth Iara Bongiovani Saffioti & Monica Muñoz-Vargas. Mulher brasileira é assim. (pp 63-93). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília: UNICEF, 1994.

\_\_\_\_\_. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: trabalho da mulher no Brasil e nas regiões Nordeste e Sudeste na década de oitenta. In: Malô S. L. Ligocki (Org). Discriminação positiva, ações afirmativas: em busca da igualdade. (pp 13-31). Brasília: CFE-MEA, 1995.

CAPPELIM, Paoli. Ações afirmativas: uma estratégia para corrigir as desigualdades entre homens e mulheres. In: Molô S. L. Ligocki (Org). Discriminação positiva, ações afirmativas: em busca da igualdade. (pp 13-30). Brasília: CFE-MEA, 1995.

COELHO, Sonia Vieira. Além de dois: representação de gênero na comunicação do casal. Trabalho apresentado no 20º Encontro Anual da ANPOCS, GT - Relações de Gênero, Caxambu, Minas Gerais, 1996.

---

DEERE, Carmen Diana & LEÓN, Magdalena. O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FARIAS, Zaíra Ary. Domesticidade: “cativeiro” feminino? Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

LIRIO, Sérgio. Mulheres estudam mais, mas têm salário menor. Jornal Folha de São Paulo, Caderno 2, 25 de abril, 1997.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Meu lar é o botequim. Trabalho apresentado no 20º Encontro Anual da ANPOCS, GT, Relações de Gênero, Caxambu, Minas Gerais, 1996.

MORAES, Maria Lygia Quintim de. Mulheres em movimento. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

PENA, Maria Valéria Junho. Mulheres e trabalhadoras. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RODRIGUES, Almira. Eleições de 2006 no Brasil: a difícil conquista de mandatos eletivos por mulheres. Brasília: Cfemea, 2006.

---

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In: Heleieth Iara Bongiovani Saffioti & Monica Muñoz-Vargas. Mulher brasileira é assim. (pp 151-185). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: INICEF, 1994.

SCOTT, Joan . Gênero: uma categoria útil para análise histórica. [Tradução Livre.] Recife: SOS CORPO. (Mimeo), 1990.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889). Cuiabá: Editora da UFMT/INEP, 2000.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: Albertina de Oliveira Costa & Cristina Bruschini (Orgs). Uma questão de gênero (pp 252-265). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

TOLEDO, José Roberto de. Empregadores preferem as mulheres. Jornal Folha de São Paulo, Caderno 2, 26 de agosto 1996.

---

\_\_\_\_\_. Mulher é mais excluída em países pobres. Jornal Folha de São Paulo, Caderno 1, 6 de julho, 1997.

VEBLEN, Thorstein. A Teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

---

CAPÍTULO II

O EXCESSO DE TRABALHO REALIZADO  
POR CRIANÇAS NOS LOTES FAMILIARES  
DA REFORMA AGRÁRIA

Giana Amaral Yamin  
*Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul*  
*Doutora em Educação*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Foi por meio da psicologia histórico-cultural que compreendi a importância da família, da escola e do trabalho como instâncias formativas na vida do ser humano. O desenvolvimento inicia-se no mundo familiar e social, quando as crianças assimilam/reproduzem as ações de forma lúdica. Posteriormente, o acesso à escola proporciona-lhes outro estágio da vida psíquica, oferecendo-lhes novos vínculos e deveres que transferem para as relações sociais o papel dominante das ações. Finalmente, a atividade laboral é a etapa que impulsionará no jovem a mudança do lugar que ele ocupará no sistema de relações humanas (LEONTIEV, 1998).

Nesse contexto, devemos considerar que as atividades ligadas ao trabalho não são impostas ao sujeito de forma idêntica. Suas características e o tempo para execução dependem das exigências sociais e de fatores como a estrutura familiar, a classe social, a cultura, a etnia e as questões de gênero. Além disso, elas

---

podem configurar-se com papel principal ou secundário para impulsionar o desenvolvimento do psiquismo: quando alteradas, promovem uma transição de estágio, desencadeada por uma necessidade interior, quando o sujeito se defronta com tarefas que extrapolam suas potencialidades em mudança e para uma nova percepção.

Essa premissa direcionou-me a estudar a especificidade do trabalho que permeia o cotidiano dos moradores de um assentamento rural de reforma agrária, de saber, especificamente, como as crianças são envolvidas nas atividades dos lotes familiares, visando a discutir sua interferência no desenvolvimento do seu psiquismo<sup>1</sup>.

Caracterizada como um estudo de caso (ANDRÉ, 1995), o resultado da investigação oferece uma visão integrada de uma unidade social complexa, no caso, um assentamento no estado de Mato Grosso do Sul. Revela, a partir da situação objetiva dos assentados, os *motivos* que determinam a carga de trabalho executado pelas crianças que ali residem, condicionados pelas interações sociais e pela atividade principal por elas desempenhada.

A metodologia da pesquisa possibilitou a externalização dos desejos e das necessidades das crianças com-terra, revelando aspectos dos seus modos de vida. Identificou as forças e as

---

<sup>1</sup> Essa discussão, resultante da tese, Crianças com-terra: (re) construção de sentidos da infância na reforma agrária (UFSCar, 2006), foi apresentada no XII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado na UFPE, Recife, em junho de 2007.

---

relações de poder que permeavam seu fazer diário. Foi um método de interpretação que captou as “[...] situações sociais do ponto de vista dos participantes, colocando-se a ênfase no modo como a ação e o significado são construídos” (FERREIRA, 2005, p. 134).

A socialização dessa temática visa a contribuir para ampliar as discussões sobre as questões ligadas às diferentes *infâncias* existentes no espaço rural, com vistas à formulação de políticas públicas que considerem as particularidades dos meninos e das meninas no processo de luta para a permanência na terra. Denuncia que, em alguns casos, o trabalho infantil voltado à produção leiteira interfere em categorias consideradas “inerentes” à infância – como o brincar, o lazer e o estudar – desmistificando o conceito de que todas as crianças vivem *infâncias* semelhantes.

O texto está dividido em três itens. Inicialmente, apresenta o universo das famílias assentadas que participaram da investigação e, na seqüência, revela a particularidade das *infâncias* de crianças que executam atividades que contribuem favoravelmente para seu desenvolvimento. O terceiro item contesta essa realidade como sendo universal e homogênea. Focaliza a vida de crianças que vivem uma rotina permeada de responsabilidades que as impede de estudar e de brincar. Toda a problemática é retomada nas considerações finais, que apresenta algumas reflexões acerca do trabalho infantil no campo.

---

O CONTEXTO DA PESQUISA  
E SEUS ATORES

O *Assentamento Nova Alvorada do Sul* (PANA) é fruto de uma luta contra a desigual distribuição de terras travada no Brasil. Nasceu no ano de 1997, organizado pela *Comissão Pastoral da Terra*. Está localizado no município de Nova Alvorada do Sul, no estado de Mato Grosso do Sul. Nele, 86 famílias labutam sob um solo arenoso como bovinocultores.

As crianças que residem no assentamento investigado vivem *infâncias* diferentes. Isso se deve ao fato de que “*ser criança*” depende da situação de vida, da estrutura nuclear e política na qual estamos inseridos, das questões de gênero e das conquistas econômicas de cada unidade familiar. Assim como a fase da adolescência, a infância das crianças com-terra

Pode existir hoje e não existir mais amanhã, em uma nova formação social; pode existir aqui e não existir ali; pode existir mais evidenciada em um determinado grupo social, (em uma mesma sociedade naquele grupo que fica mais afastado do trabalho), e não é tão clara em outros grupos (os que se engajam no trabalho desde cedo e adquirem autonomia financeira mais cedo) (BOCK, 2004, p. 42).

Essa premissa é mais bem compreendida quando relacionada ao sentido particular da palavra (LEONTIEV, 1983; VIGOTSKI, 2004), que exige uma contextualização ampla, criada

---

e vivida socialmente, ligada à situação objetiva de cada sujeito, em cada momento histórico.

[...] o sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência. É um todo complexo, fluido e dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado é apenas uma das zonas do sentido, a mais estável e precisa. Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes altera o seu sentido (VIGOTSKI, 2003, p. 181).

As famílias das crianças investigadas buscaram na luta pela terra a saída para os enfrentamentos da condição de trabalhadores bóias-frias, uma função exercida por sujeitos que foram afastados de sua terra de trabalho. Infiltrou-se no gradativamente na construção histórica do estado de Mato Grosso do Sul como conseqüência das negociatas da elite para a concentração de terra. Como conseqüência, desestruturou pequenos agricultores que sobreviviam em restritas áreas cultiváveis. Foi fortalecida pela destruição do sonho da subsistência de migrantes atingidos pela Guerra contra o Paraguai, de gaúchos fugitivos da Revolução Federalista e de trabalhadores provenientes de outros estados brasileiros, na busca de terras devolutas no antigo e vasto território (FARIAS, 2002).

Por isso, nos dias de hoje, a posição conquistada por essas famílias (sujeitos incluídos

---

em lotes/sítios da reforma agrária), indica um passado de luta contra a força e o poder dos latifundiários. Essa herança, embora seja apropriada pelos filhos/as com-terra, é por eles continuamente ressignificada, já que o seu cotidiano é permeado por muitos fatores que condicionam suas vidas.

### INFÂNCIAS DE CRIANÇAS QUE TRABALHAM

No momento da coleta de dados, o trabalho com a bovinocultura promovia a subsistência da comunidade investigada. Quando pequenas, as crianças dedicavam-se às atividades escolares, que desencadeavam nos seus pais/mães preocupações com a efetivação da alfabetização. Nessa fase da vida, seu envolvimento no trabalho dos lotes era pouco solicitado, principalmente se os adultos pudessem contar com a atuação das filhas/os mais velhos.

Contudo, quando necessário, após atingirem os 08 anos de idade, as crianças eram lentamente inseridas no labor, trabalhando nos momentos de ordenha e da entrega do leite. A escola, nessa fase, estava entre as atividades da rotina, mas era efetivada no período vespertino, após a conclusão das tarefas matinais.

No momento histórico da pesquisa, a aprendizagem da lida na terra era considerada pelos adultos como um mecanismo propedêutico que garantiria o futuro dos filhos. Mas, em

---

algumas situações, o trabalho realizado pelas crianças era pesado. As meninas e os meninos enquadrados nesse caso não apenas “colaboravam”, mas trabalhavam efetivamente. Tais afazeres eram penosos e impunham sua participação na rotina do campo, desde a mais tenra idade. Por isso, eles tinham sua vida dividida entre o serviço na terra e as obrigações da escola, especificamente nessa ordem.

Nessa realidade, os momentos reservados às brincadeiras eram restritos. As necessidades infantis acabavam sendo sufocadas e as crianças vivenciavam o mundo com as mesmas preocupações que os adultos. Essa situação ocorria com Daniel<sup>2</sup>, que, desde os seus 06 anos de idade trabalhava sistematicamente. Por isso, lamentava que “A gente trabalha mais aqui no sítio do que brinca. Brincar, assim, a gente tem os bezerras. O pai vai dormir, aí, nós brincamos”.

Devido a essa situação, a educação formal acabava secundarizada entre os objetivos de vida de crianças que viviam nessas condições de vida. Para elas, a escola era vista como um lugar onde poderiam parcialmente brincar. Estar matriculado em uma instituição se não configurava como um elemento possibilitador de aprendizagens, mas como uma oportunidade para serem retiradas do trabalho braçal, de se livrarem das tarefas cotidianas.

---

<sup>2</sup> Por se configurar como uma situação de vida delicada, ao contrário dos outros depoimentos apresentados neste texto, este menino terá sua identidade preservada. Na época da investigação ele estava com 10 anos de idade.

---

Contudo, essa “liberdade” era restrita a um período do dia, pois, ao retornar para casa, a jornada recomeçava, já que a ordenha era contínua e não permitia que as crianças usufríssem os feriados, as férias ou os finais de semana. Após o retorno do laticínio, restava-lhes higienizar os recipientes e atuar nos afazeres domésticos. Diante disso, “Ruim aqui no sítio é ficar no sol quente (...) fazer um monte de coisas” (Daniel).

Os dados coletados indicam que o excesso de responsabilidade infantil nesses casos gerava revolta nas crianças e nos jovens e intenções de êxodo rural. Como consequência, o sonho de construir um futuro longe da terra revela uma diferença de *sentidos* para as diferentes gerações: se para os adultos a reforma agrária trazia *sentido* de liberdade, para os/as meninos/as trabalhadores/as era o volante do caminhão das Casas Bahia, que era visualizado na rodovia do assentamento, que vislumbrava possibilidades de uma nova vida.

A investigação revela que, quando pequenas, algumas crianças intencionavam continuar morando/trabalhando no assentamento, contudo, à medida que iam crescendo, as dificuldades de sobrevivência substituíam esse sonho pela meta da conquista de uma profissão que lhes oferecesse uma vida melhor do que a vivida pelos pais. Em entrevista coletiva realizada no momento de recreio da escola, que contou com aproximadamente a participação de vinte

---

crianças, apenas 02 manifestaram interesse em continuar a exercer “o trabalho do pai” depois de crescidos.

Nesse contexto, para as crianças, as dificuldades para obter sucesso escolar imputavam à escola sentidos de descrédito como promotora de ascensão social. Com a chegada da juventude, tal situação as estimulava a se inscrever nos acampamentos de sem-terra como possibilidade real de sobrevivência, não por escolha profissional. Tal situação revela uma reconstrução dos sentidos *da terra*, durante as diferentes etapas da vida dos filhos/as assentados/as. Pautada em Leontiev (s.d) podemos refletir que essa alteração é impulsionada pela chegada dos anseios da fase da juventude, gerada pela alteração do lugar ocupado pelos jovens nas relações sociais, que não corresponde mais às suas necessidades, por isso, tentam modificá-lo.

Pensando dessa forma, a intenção de êxodo rural realmente tem grande chance de ser concretizada e impulsionada se os jovens não visualizarem um sentido no trabalho ligado à uma terra produtiva, que lhes traga uma vida digna, vinculado a uma inserção adequada no labor rural, que lhes ofereça motivos/necessidades inerentes. Essa situação pode ser avaliada a partir de Leontiev (1998, p. 67), que acredita que “[...] não ocorrerão crises se o desenvolvimento psíquico da criança não tomar forma espontaneamente e, sim, se for um processo racionalmente controlado, uma criação controlada”.

---

Essa premissa pode, ainda, ser um indício que esclareça a preocupação dos movimentos sociais em efetivar uma educação que fortaleça a permanência dos jovens na terra, imputando à escola um papel central.

### OUTRAS INFÂNCIAS COM-TERRA

Apesar da realidade retratada, nem todas as crianças investigadas viviam suas infâncias nas condições relatadas. De forma flexível, com sentidos de solidariedade e de aprendizagem, algumas participavam das atividades do lote familiar trabalhando na lida do gado e nos serviços domésticos.

Consideradas como parceiros experientes, elas acompanhavam os pais nas negociações de animais, nas tarefas da ordenha, no pastoreio à beira do asfalto. Aprendiam a realizar as atividades do campo e construía sentimentos positivos em relação à terra, estabelecendo uma relação de confiança com os adultos. Isso lhes garantia aprendizagens e a percepção das necessidades do lote, assegurando e ampliando a propriedade familiar (MARTINS, 1991). Sobrava-lhes tempo para vivenciar o jogo enquanto ludicidade, como uma atividade que concentrava as relações entre as pessoas. Como consequência, entre suas expectativas para o futuro estava incluída a permanência no mundo rural.

Esses meninos/as tinham oportunidades para desenhar, construir casinhas/estradas, cor-

---

rer, pular corda, nadar nos córregos e negociar situações com regras. Brincando, podiam retomavam as experiências dos adultos. Ensaíavam atividades ainda não domináveis: imaginavam ser um com-terra, exploravam o ambiente, faziam construções. Movidos pela fantasia, tinham o desenvolvimento de seu psiquismo possibilitado, como ocorria com Gabriel, 10 anos de idade.

Gosto de pular corda, jogar bola. Eu já tirei leite de uma vaca (naquela manhã). Gosto (daqui), porque é legal, dá para a gente brincar. Ficar dentro de casa, carpir.

Da mesma forma, as características da infância de Adriele eram geradas pelas suas condições econômicas e pela estrutura de sua família. Ser irmã caçula de dois rapazes liberava-a de responsabilidades apontadas como masculinas. Por isso, a menina era incentivada a aprender a atividade artesanal com a mãe, contudo, sem a existência de uma cobrança rígida. O serviço que ela desempenhava no lote se restringia aos afazeres domésticos e, devido às incumbências culturais que lhes eram impostas (tarefas de homens e de mulher), o trabalho dentro de casa, como sendo sua responsabilidade e da mãe, se configurava com sentido de construção social de cooperação solidária.

Aprender os serviços domésticos, e não os ligados à roça era uma situação de aprendizagem operada pela menina no mundo adul-

---

to, internalizada por meio de apropriações/ mediações (linguagem e ações dos pais). Tais referências culturais vinculam-se ao desenvolvimento histórico da humanidade que vem determinando ao longo da história, em vários contextos, papéis diferentes para os homens e para as mulheres. Enquanto os “irmãos homens” aprendiam os serviços rurais, “a filha mulher” era inserida nas “atividades do lar”. Por isso, quando brincava de casinha e de ser professora, Adriele reproduzia suas vivências e procurava dramatizar aquelas que necessitavam de maior compreensão, cujo processo de individualização lhe acarretava crescimento.

De um modo geral, essa situação era fortalecida no assentamento por outra mediação familiar, reconstruída com a responsabilização das mulheres em duas instâncias: primeiramente no serviço da casa, já mencionado, e no trabalho que elas exercem no espaço externo da casa, considerado, algumas vezes, como uma ajuda ao homem:

Eu trabalho na casa, *ajudo* o Idelfonso, tiro o leite, cuido da casa, dos netos, porque é eu que cuido dos netos. Eu que faço tudo. Quando ele (marido) não está eu aparto bezerro, tiro leite, dou ração, ajudo ele na ração, vou buscar ração, levo leite, quando ele não está, n/e? Sempre é assim (pausa) Quando ele não está eu estou (Josefa).

Meu pai faz serviço do lote (...) minha mãe foi para *ajudar* (Adriele).

---

As crianças visualizavam suas mães como companheiras dos pais exercendo jornada dupla dentro e fora da casa. Para elas, a divisão das tarefas, na qual homem e mulher compartilham as tarefas rotineiras, era uma prática inexistente no seu cotidiano, o que sugere o enquadramento do homem como provedor como característica que prioriza a inserção masculina no mercado de trabalho, por contemplar sua situação de superioridade.

Dessa forma, as meninas iam fortalecendo seus sentidos dos “trabalhos das mulheres” observando seus pais/irmãos assumirem os serviços da casa somente em momentos estritamente necessários. Nesse caso, a “ajuda” do homem, uma ação paliativa e descompromissada, promovia a apropriação da “naturalidade” do descomprometimento masculino em relação ao que deveria ser feito no interior do lar.

Acho que fica chato ele me ajudar em casa. Só se a mulher estiver doente (Josefa).

Ele (o pai) faz coisa de homem, (como) atar os cavalos” (Gabriel).

Apesar do exposto, a pesquisa oferece dados que mostram que essa realidade não é linear, elucidados se considerarmos a especificidade do sentido da infância, nos seus diferentes momentos históricos.

Nas relações que permeavam as famílias, existiam situações contraditórias em relação às

---

regras para a distribuição do trabalho. Se de um lado, as crianças eram mediadas por decisões, que a partir de Tredus (1998), podem ser esclarecidas como resultantes de expectativas de comportamentos incorporados das relações sociais atribuídos como elementos culturais, que as “iniciavam” as meninas no trabalho da casa e os meninos nos da terra, elas também se apropriavam de vivências que, lentamente, contribuíam para (re)construir tais *sentidos*. Apesar de predominar, a separação de atividades por sexo não era uma regra imutável, pois quando necessitavam, o “filho homem”, apesar de aprender os rudimentos da lida rural, era inserido no trabalho doméstico substituindo/complementando os “afazeres da mãe”. As especificidades, portanto, desencadeavam nos/as filhos/as diversos sentidos da divisão do trabalho em uma mesma família, a partir de diferentes motivos.

Quando eu estou muito apurada eu falo assim:  
Gabriel lava essa louça para mim, meu filho?  
E ele faz. E lava bem lavada (Josefa).

### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O quadro de trabalho infantil que encontramos no Assentamento em questão retrata uma das contradições existentes no nosso país, cujas leis impedem o envolvimento de cidadãos em quaisquer atividades antes dos 16 anos de idade, exceto em raríssimas exceções, na *qualidade de aprendiz*. No caso exposto, a legislação

---

e as políticas públicas tornam-se inoperantes por desconsiderarem as condições de vida como as responsáveis pela inserção das crianças nos afazeres dos lotes e pouco contribuem para reverter a situação.

As reflexões revelam que, atualmente, a luta das famílias assentadas ocorre em condições sociais desiguais, cujas regras de sobrevivência determinam submissão às *infâncias* das crianças. Os/as filhos/as com-terra vivem num momento histórico que o trabalho assume para o sistema capitalista, que os/as insere no labor para possibilitar o sustento da família na terra conquistada. Os motivos dessa realidade estão nas suas condições de existência, impostas pela política de reforma agrária: o descaso de autoridades, o atraso nos financiamentos, a desapropriação de uma terra infértil, a ausência do movimento social, as injustas variações de preço dos produtos, a inexistência de assistência técnica, entre outras.

E, como as decisões tomadas pelos adultos têm sido construídas historicamente, geradas nas relações sociais durante as atividades no espaço da reforma agrária, o trabalho infantil não tem intenções de exploração. A comunidade só precisa somar esforços otimizar a consolidação do seu projeto familiar, uma constatação externalizada pelo Sr. Idelfonso:

Na hora de se deslocar atrás do pão para as crianças que a gente tem, talvez, através disso, a gente nem pensa se as crianças iriam perder uma infância melhor.

---

Nesse contexto, é importante considerar que as atividades desempenhadas pelas crianças que muito trabalhavam não eram incompatíveis com sua idade. Apenas extrapolavam o conceito apresentado por Martins (1991), no qual o trabalho reproduz a família. Isso ocorria porque os afazeres o exigiam-lhes constância, tempo, impossibilitava seus momentos lúdicos e pouco contribuía para seu aprimoramento pessoal, que, segundo Sarmento (2000) impedem ao bom crescimento das crianças.

Por tudo isso, a situação deve ser repensada. As exigências impostas a alguns/as meninos/as poderiam incluí-los/as nas estatísticas que apontam a excessiva atuação da infância nas atividades familiares no nosso país. Também poderiam ser inseridos/as entre os que iniciam sua jornada de trabalho antes de completar seus 10 anos de idade, apontadas por Shcuawrtzman (2001). Isso indica que a política de reforma agrária não garante qualidade de vida para todas as crianças.

As dimensões do trabalho infantil devem ser retomadas, pois não podemos incluir todas as atividades realizadas pelas crianças na categoria de exploração. No caso da zona rural, os/as filhos/as e as mulheres, além dos serviços da casa, geralmente são responsáveis pelo cuidado com os animais. No caso específico, esta investigação revela que as tarefas exaustivas exigem das crianças a adoção de “posturas adultas” que

---

visam à manutenção da sobrevivência.

Por tudo isso, ressaltamos que tais crianças, como ocorre em outros espaços, não “perdem suas infâncias” pelo fato de estarem trabalhando. Elas apenas têm essa etapa de vida mediada pelas dificuldades geradas pela carência de um pedaço de terra que deveria protegê-las para melhorar suas vidas. Suas *infâncias* são reais, existem, mas são momentos de infâncias que assumem características distintas da imagem ideal daquela preconizada pela sociedade: uma fase da vida homogênea, feliz, permeada por momentos de estudo, de brincadeiras e pelo respeito às fases de crescimento infanto-juvenil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli Eliza D. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995.

BOCK, Ana, M, A. perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. Cadernos CEDES, Cidade, vol. 24, n. 62, p. 26-43, 2004.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba. Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra. Araraquara: UNESP, 2002 (Tese de Doutorado).

FERREIRA, Fernando Ilídio. O local em educação. Animação, gestão e parceria. Lisboa:

---

Fundação Caloste Gulbenkian, 2005.

LEONTIEV, Aléxis. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In:

VIGOTSKII L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 6 ed. São Paulo: Ícone: USP, 1998, p. 59-83.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento do psiquismo. São Paulo. Moraes Editora, s.d.

\_\_\_\_\_. Actividad, conciencia, personalidad. Playa, Cidade de Habana: Pueblo y Educacion, 1983.

MARTINS, José de Souza. Regimar e seus amigos. A criança na luta pela terra e pela vida. In: \_\_\_\_\_. O massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 51-80.

SARMENTO, Manuel Jacinto.; BANDEIRA, Alexandra.; DORES, Raquel. Trabalho domiciliário infantil. Um estudo de caso no Vale do Ave. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2000.

SCHUAWRTZMAN, Simon. Trabalho infantil no Brasil. Brasília, OIT, 2001. Disponível em: <[http: www.ilo.org.](http://www.ilo.org)> Acesso em 22 nov.05.

TREDUS, Dora Maria de Almeida de Souza. A

---

relação adulto-criança: um estudo antropológico em creches e escolinhas de Campinas. Campinas: UNICAMP, 1998.

VIGOTSKI, L. Semenovich. O problema da consciência. In: \_\_\_\_\_. Teoria e método em psicologia. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 171-189.



---

CAPÍTULO III

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE  
GÊNERO EM ASSENTAMENTOS DE  
REFORMA AGRÁRIA: OLHARES DE  
UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA<sup>1</sup>

Marisa de Fátima Lomba de Farias  
*Universidade Federal da Grande Dourados*  
*Doutora em Sociologia*

APRESENTAÇÃO DO TEMA

Estas reflexões são resultado de pesquisas em assentamentos de reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul desde 1996. Neste capítulo, apresentarei reflexões sobre as formas de resistências e as estratégias de participação das mulheres no cotidiano desses assentamentos, onde são reconstruídas as relações sociais. Ao refletir a organização da vida nesses novos lugares, é importante considerar o sentido da representação, que é a própria apropriação do valor socialmente aceito na delimitação dos valores, os quais organizam e caracterizam os projetos familiares, bem como a aceitação e/ou rejeição dos projetos e valores apresentados por outros atores.

As representações estão no interior das práticas sociais, influenciam a vida social, saem

---

<sup>1</sup> Estas reflexões foram apresentadas no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado na UFPE, Recife em junho de 2007.

---

da luta abstrata e se incorporam na vida concreta, nas práticas sociais e simbólicas, no vivido dos homens e mulheres.

As reflexões têm o objetivo, portanto, de caracterizar o vivido social, diante de um processo de definições das representações sociais impregnadas no tecido social, direcionando as ações e as manifestações dos sujeitos sociais, principalmente, as mulheres<sup>2</sup>.

Nesta trajetória de pesquisa, chamou-me a atenção os aspectos internos relacionados às famílias, o que me levou a desenvolver uma análise em que se destacam as representações sociais de gênero nas relações intrafamiliares. Sabe-se que o vivido social é marcado pela ambigüidade e pela incerteza, em uma oscilação permanente entre dominação/libertação.

O objetivo central, nesse processo de pesquisa, é compreender as posições das mulheres e dos homens inseridos nos projetos de assentamentos rurais, observando, mais especificamente, a participação das mulheres nos diferentes espaços, desde o processo de produção

---

<sup>2</sup> As pesquisas são desenvolvidas em Mato Grosso do Sul, especificamente no sul do estado, com maior ênfase ao município de Itaquiraí, das quais participo como coordenadora ou pesquisadora colaboradora, sendo eles: Vida de Mulheres em Assentamentos de Reforma Agrária no Município de Itaquiraí-MS (UFGD/FUNDECT – Pesquisadora Coordenadora, Marisa de Fátima Lomba de Farias. Pesquisa concluída), Assentamentos Rurais no Sul de Mato Grosso do Sul: estudos econômicos e sociais das mudanças no meio rural. (UFGD/CNPq/ FUNDECT – Pesquisadora Coordenadora) Retratos da Vida nos Assentamentos Taquaral e Sul Bonito: as fotografias como instrumentos reveladores da (re) construção de novos lugares. (UFGD/FUNDECT – Pesquisadora Coordenadora, Alzira Saleta Mengat) Religiões, Religiosidades e Cultura Política nos Movimentos e Assentamentos Rurais na Porção Meridional de Mato Grosso do Sul. (UFGD/FUNDECT – Pesquisador Coordenador, Damião Duque de Farias),

---

agropecuária até a comercialização dos produtos e também nas esferas de decisões políticas.

Tais esferas de decisões políticas são, quase sempre, espaços masculinos, permeados pela dominação patriarcal e que impõe às mulheres, na maioria das vezes, uma condição de “passividade”. Porém, percebe-se que as mulheres dos assentamentos pesquisados constroem processos constantes de resistência, que se fazem no cotidiano, e criam mecanismos de empoderamento, constituem uma identidade nascida no processo de experiência individual, social e coletiva que possibilite a estas mulheres se colocarem no mundo, criando significados para ele.

## BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: A OCUPAÇÃO DESIGUAL DA TERRA. O CAMPO DE PESQUISA

Neste momento, objetiva-se demonstrar o contexto espacial e social onde as pesquisas são desenvolvidas: o estado de Mato Grosso do Sul, permitindo o reconhecimento das características que envolvem a constituição histórica das lutas por terra e a efetivação de assentamentos de reforma agrária<sup>3</sup>, que possibilitaram alterna-

---

<sup>3</sup> Computa-se 172 efetivados de 1984 a 2008, envolvendo 31.472 famílias, em uma área de 706.023,6364 ha. Fonte: Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul. Atualizado em 12/03/08/Divisão de Desenvolvimento de Projetos/SIP-RA.

---

tivas de inclusão social a milhares de famílias, na medida em que conquistaram um lugar melhor para viver e, neste caso, as mulheres.

Verifica-se que não é de agora a história de expropriação, de exploração e de violência que permeia as relações sociais dos diversos grupos sociais no estado de Mato Grosso do Sul. Esta é uma característica da constituição do território e de sua história desde a incorporação ao território brasileiro, após o término da guerra com o vizinho Paraguai.

Na observação desse contexto histórico, percebe-se que se trata de uma região do país marcada por uma colonização conflituosa e liderada por grupos políticos e econômicos que vislumbravam, nessas terras, prosperidade e riqueza principalmente por suas características naturais, que propiciaram, em tempos mais remotos, a extração de erva-mate nativa e, posteriormente, a criação de gado.

Encontra-se registrada na história de ocupação das terras desse Estado, a presença da peonagem arregimentando trabalhadores, principalmente, no início do século XVIII, quando Mato Grosso do Sul era ainda a província de Mato Grosso. Assim como em grande parte do território nacional, o então Mato Grosso constituía-se também por terras indígenas que, aos poucos, foram sendo apropriadas de forma ilícita e violenta por fazendeiros e grupos dominantes com a anuência do Estado.

Tal ocupação vai se constituindo em uma

---

prática comum de expropriação das pessoas que já ocupavam essa terra e em exploração violenta da mão-de-obra de várias categorias de trabalhadores/as, dentre elas, as populações indígena e paraguaia, além dos peões que “formavam” as fazendas.

Instaurou-se, na região, um cenário de exploração, fortalecido com a presença dominante da Cia Matte Larangeira<sup>4</sup>, em torno dos anos de 1882, que detinha o poder de explorar a erva-mate nativa. Esse período tem como figura predominante Thomaz Larangeira<sup>5</sup> que já realizava tal exploração no Paraguai. Este conseguiu um poderio econômico e político que possibilitou sua intervenção em decisões do Estado, tanto que quase se criou um governo paralelo na região ou um “Estado dentro do Estado” (ARRUDA, 1997).

Nesse cenário, é possível visualizar o processo conflituoso ocorrido desde o século XVIII que se estende aos tempos futuros adentrando os séculos XIX e início do século XX. Trata-se de um processo de ocupação/desocupação de terras, neste Estado, por colonos, empresas e populações indígenas. Essas características se refletem ainda hoje nas atitudes e nas manifestações de proprietários de terra e de políticos

---

<sup>4</sup> Consta-se em informações pouco esclarecidas que a atividade de extração nos ervais era muito antiga na região. A Cia Matte Larangeira estabeleceu o monopólio com a expropriação da terra, no final do século XIX, o que poderia claramente ser classificado como um exemplo clássico de acumulação primitiva de capital.

<sup>5</sup> Segundo Arruda, a “Larangeira” é grafada com “g” em virtude do nome de seu fundador e, acrescentaríamos, devido ao poder incontestável de sua figura.

---

(muitos também são produtores rurais) ao tratarem dos conflitos agrários, usando de artifícios violentos e lançando mão de jagunços como nos “tempos dos coronéis e bandidos”. No entanto, também registram-se processos de resistências de pequenos proprietários rurais a partir de movimentos de luta pela reforma agrária e de reivindicações de posse ancestral empreendidas por sociedades indígenas da região<sup>6</sup>.

Como se observa, diversos grupos vislumbravam, no estado de Mato Grosso do Sul, a possibilidade de ocupação de grandes extensões territoriais, apossavam-se de terras devolutas, mas, para isso, encontravam barreiras na tentativa de legitimá-las, pois deveriam disputá-las com outros grupos principalmente com os de lideranças políticas regionais. Estas conseguiram posses por meio de relações pessoais com os núcleos de dirigentes do Estado e da União.

---

<sup>6</sup> Pode-se citar dois exemplos dentre vários que estão ocorrendo nas últimas décadas no estado de Mato Grosso do Sul: no ano de 1999, a prefeita de Mundo Novo, do Partido dos Trabalhadores e integrante do MST, foi executada a tiros em sua própria residência, pois estava enfrentando a corrupção, o narcotráfico e tráfico de crianças, além de desenvolver políticas favoráveis aos sem-terra e pequenos produtores da região. No dia 30 de agosto de 2000, dois líderes “sem-terra” foram executados com tiros na cabeça, na cidade Rio Brillante. Dentre os envolvidos, acusada de mandante do crime estava Laura Costa Brito, sobrinha do senador Lúdio Coelho e esposa do dono de uma empresa de Segurança com sede em Campo Grande, (vários jornais da região noticiaram o fato, dentre eles: Folha do Povo, 03 out. 2000; O Progresso, 7 out. 2000; Correio do Estado, 03 out. 2000.). A família Coelho possui várias propriedades no Estado e em todo o País. Tal fato nos permite pensar em uma rede de interesses que estão interconectados com os meandros da política em Mato Grosso do Sul e com a prática de ações com pistoleiros que ainda é comum na região. E ainda, segundo dados do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), no ano de 2005, 20 indígenas foram assassinados no estado do Mato Grosso do Sul, dentre eles, 12 eram da etnia Guarani-Kaiowá, dentre outras notícias, que são constantes na mídia sul-mato-grossense.

---

Algumas famílias tiveram, ao longo do tempo, influência marcante sobre a história do Estado, como, por exemplo, os Murtinho (OLIVEIRA, 1999), que ocuparam grandes extensões de terras e contribuíram para a constituição de uma estrutura agrária rigidamente concentrada, ou seja, um verdadeiro Estado de latifúndios. Essas famílias conviviam com conflitos constantes promovidos por pequenos proprietários rurais e por comunidades indígenas visando a luta contra a exploração e a expropriação da posse da terra, a partir de uma resistência ou da luta pela reforma agrária.

Na região sul do estado de Mato Grosso do Sul, em tempos mais recentes, os conflitos persistem e se intensificam a partir da década de 1960 a 1970. Essa afirmação é possível mediante os primeiros contatos com as famílias dos assentamentos, que vinham do estado do Paraná e principalmente da fronteira com o Paraguai, uma vez que vários entrevistados testemunharam a participação própria ou de um membro da família em conflitos nas regiões mencionadas. Os limites fronteiriços facilitavam a passagem de um país a outro, quando muitas pessoas procuravam fugir de situações conflituosas.

Além disso, os conflitos pela posse da terra, neste período, foram reforçados também por outros fatores considerados decisivos para o entendimento da história dessa população de assentados/as. Dentre tais fatores, destaca-se a expulsão dos/as trabalhadores/as do campo,

---

obrigados/as a migrar de uma região para outra, como expressão de um processo de *modernização do campo e de acumulação do capital*. Nesse processo de amplas transformações no campo, sob o regime militar e já discutido por Martins (1991, 1993), nota-se a permanência ou a reestruturação do latifúndio, com a modificação nas relações de produção que provocava o êxodo rural e os conflitos, envolvendo grandes propriedades, Estado, pequenos proprietários, posseiros.

Esses sujeitos – mulheres e homens – expulsos tornavam-se *desgarrados* em uma situação gerada pelas políticas dos governos brasileiro e paraguaio, levando ao desenraizamento as milhares de famílias migrantes de suas regiões à procura de melhores condições de vida. Tais conflitos constituem o pano de fundo da realidade agrária dessa região: conflitos ligados à expropriação e à violência aos/às trabalhadores/as rurais, sem adentrar na temática indígena, que também compõe este cenário<sup>7</sup>.

Observa-se que esse processo é articulado a uma rede de transformações no campo que se efetivou por todo o país, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Segundo Martins (1993, p. 118), entre 1970 e 1980, a população

---

<sup>7</sup> Os conflitos envolvendo as sociedades indígenas são recorrentes e estão sem solução no estado de Mato Grosso do Sul. Registram-se constantes ocupações nas fazendas e nas rodovias de diversas regiões do estado, por grupos indígenas para reivindicarem terras de onde foram expulsos há tempos ou recentemente. Segundo o CIMI, atualmente vivem 55 mil indígenas no Mato Grosso do Sul. Destes, 35 mil são Guarani-Kaiowá.

---

de pequenos produtores diminuiu cerca de 1,5 milhão. Em contrapartida, houve um aumento de mais de um milhão e seiscentos mil da população de diversas categorias de assalariados. Diante disso, há uma proletarização crescente dos/as lavradores/as que utilizavam o trabalho familiar.

Assim, nota-se um processo de expropriação do/a homem/mulher rural, efetivado neste período da chamada *modernização conservadora*, em que os grandes proprietários deixaram de produzir gêneros alimentícios para se dedicarem à produção de cana-de-açúcar, soja, trigo ou, ainda, à criação de gado de corte, com extensivas pastagens, atividades que exigem menor número de trabalhadores. A população rural se viu expropriada e submetida ao trabalho precário, temporário e sem nenhum direito trabalhista. No Mato Grosso do Sul, o campo também estava inserido no mesmo processo histórico.

Atualmente, ainda se presencia a permanência de relações de trabalho semi-escravo, de expropriação e de desigualdade no que tange aos direitos sociais e trabalhistas. Verifica-se um processo de reestruturação territorial e produtiva alavancado pela expansão do plantio de cana-de-açúcar e pela instalação de usinas de álcool na região. Diante desse cenário, há um animação, no Mato Grosso do Sul, de alguns grupos políticos e de produtores rurais; os primeiros vislumbram a possibilidade de maior

---

adesão em períodos eleitorais e os outros a ampliação do acúmulo de capital.

Tudo isso é resultado das expectativas de implantação de 32 usinas de álcool<sup>8</sup>, em um prazo curto de três anos no Mato Grosso do Sul, mesmo diante de diversas manifestações contrárias por parte de grupos preocupados com os conflitos sociais, com os problemas ambientais, com a desobrigação de respeitar os direitos trabalhistas, dentre outras mudanças profundas resultantes dessas transformações, sem esquecer da numerosa população indígena do estado que vive em porções insuficientes de terra e em condições precárias e desumanas<sup>9</sup>.

Portanto, o processo histórico, apontado brevemente, reforça um contexto de lutas por direito à terra no estado de Mato Grosso do Sul, hoje orientado para estas novas configurações do capital, que influenciam as alternativas de produção dos assentamentos e incentivam, em certos casos, a adesão ao plantio de cana-de-açúcar, podendo levar, ainda, ao arrendamento da terra, dentre outras novas situações.

---

<sup>8</sup>Dados coletas em textos divulgados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), via e-mail, no ao de 2006.

<sup>9</sup>A CPT e o CIMI, dentre outros grupos, demonstram preocupação e se mantêm alertas, na tentativa de conscientizar a população de que a geração de trabalho, prometida diante da reestruturação produtiva, não trará ganhos sociais e está alicerçada em interesses do capital, que se fortalece mediante novas formas de reestruturação. Dentre as manifestações, pode-se citar o fato ocorrido no ano de 2006, quando o ambientalista Francisco Anselmo de Barros morreu ao atear fogo no próprio corpo, para protestar contra o projeto de lei que permitia a implantação de usinas de álcool no Pantanal, na bacia do rio Paraguai. Além deste, é importante destacar a preocupação do Ministério Público do Trabalho, com as relações de trabalho, e do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), com os impactos ambientais, já que não há planejamentos para desenvolvimento sustentável.

---

À VIDA NOS ASSENTAMENTOS  
E AS DIFICULDADES  
DE PERMANÊNCIA NA TERRA:  
A FORÇA DAS REPRESENTAÇÕES  
SOCIAIS

Nos caminhos da pesquisa, trilhados até o momento, nota-se que os homens e as mulheres chegam aos assentamentos trazendo uma história de vida que se apresenta como forte definidora das estratégias familiares, (re)estruturando as alternativas para a permanência na terra que foi conquistada, na maioria das vezes, com muito sacrifício nos acampamentos, sob a pressão da polícia, em condições de incertezas quanto ao futuro e se, realmente, alcançariam a terra que desejavam. A memória dessas famílias é permeada por uma história de ocupação desigual da terra que as expropriou e as expulsou de seus lugares de origem, seja direta ou indiretamente.

Desse modo, advogo concepção de assentamento como uma alternativa de volta à terra para algumas famílias e, para outras, uma alternativa ao desemprego, todas, contudo, sempre à espera de “melhorar de vida”. Trata-se também de um novo espaço social conflituoso, onde as relações de poder são reforçadas diante da necessidade de legitimação de diversos projetos que orientam as ações e a vida cotidiana (FARIAS, 2002).

Esses novos espaços sociais permitem que as famílias alimentem esperanças de que

---

construirão um novo tempo, mas não longe de conflitos e de dificuldades, que em certos momentos, fogem ao controle do projeto familiar que vai sendo gestado e modificado constantemente, por isso, as relações sociais nos assentamentos não podem ser compreendidas com linearidade.

A vida nos assentamentos é envolta de desafios, mas em situações inesperadas podem levar ao desencantamento, que suplanta o encantamento inicial, sentimento este que minimizava os sofrimentos vividos no tempo-espaço do acampamento.

Frente a tais circunstâncias, neste momento, defino um caminho para a análise dessa vida, tendo a participação feminina como foco central, estudada a partir de reflexões acerca da representação, com o intuito de perceber as representações sociais que são transformadas e/ou permanecem mediando a vida dessas mulheres.

Esta escolha não se deu aleatoriamente, mas tendo em vista uma trajetória de pesquisas e de estudos de gênero nos espaços de reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul, nos quais se observou a participação das mulheres no processo de luta pela terra – nos acampamentos – e o processo de luta na terra – nos assentamentos. Constatou-se que as mulheres estão presentes nos dois momentos da luta, porém vivem múltiplas dificuldades, somadas aos problemas mais gerais, principalmente, no que tange ao desejo de terem uma vida de fartu-

---

ra, nem sempre possível diante dos obstáculos no processo produtivo.

Nesse sentido, muitas delas construíram no acampamento uma identidade de liderança, com participação efetiva e, até mesmo, decisiva nos momentos de maior tensão. Já no assentamento, se voltam para o espaço da casa, participando do ciclo de produção – no sentido de um complemento ao trabalho do marido –, mas não têm presença nas decisões importantes dessa produção, leia-se também, circulação/lucro e nos processos decisórios em diversos âmbitos do assentamento.

Importa ressaltar também a existência do caminho inverso, ou seja, uma resistência cotidiana contra a dominação patriarcal (SAFFIOTTI, 2004; MURARO; BOFF, 2002). Na vida cotidiana, que aos poucos vai se estruturando nos assentamentos de reforma agrária, a força das representações sociais, que dizem respeito à condição feminina, é importante no desenrolar das relações de gênero.

A resistência cotidiana das mulheres é também orientada pelas preocupações com os rumos a serem definidos para o futuro econômico das suas famílias, haja vista a dificuldade para manterem uma produção necessária e digna para a reprodução familiar, além da necessidade de saldarem dívidas advindas de financiamentos<sup>10</sup>, o que resulta na ampliação dos

---

<sup>10</sup> Nos assentamentos encontrei diversas famílias em condições precárias de sobrevivência e com dificuldades para pagarem os financiamentos adquiridos, fato que não permite acesso a outros, inviabilizando o processo produtivo.

---

conflitos e das ambigüidades: o ficar na terra ou sair dela, fato verificado principalmente entre a juventude. Esta, em grande parte, não tem seus sonhos ou o de suas famílias realizados, sonhos que incentivaram a ocupação da terra, considerando que muitas/os filhas/os presenciaram/viveram a luta pela terra, ainda crianças.

Em alguns assentamentos, frente a esta preocupação, as mulheres procuram criar mecanismos de discussão e de participação para definir alternativas de produção com características mais coletivas e solidárias, imprimindo novas conotações nas relações de trabalho e criando mecanismos para o reconhecimento de seu estatuto de trabalhadora rural<sup>11</sup>.

Porém, considero que trata-se de um processo embrionário e que ocorre em alguns assentamentos, principalmente naqueles em que o governo municipal cria alternativas e formas de apoio às famílias assentadas, como é o caso de Itaquiraí-MS, município onde estão localizados os assentamentos envolvidos nas pesquisas desenvolvidas. No município de Dourados, também foram observadas políticas de inclusão especificamente com a implementação do Projeto de Economia Solidária que vem possibilitando melhorar a renda das mulheres dos assentamentos especialmente no Lagoa Grande.

---

<sup>11</sup> No mês de abril de 2006, falei com Dona Apolônia, no assentamento Lua Branca em Itaquiraí-MS. Esta havia recebido sua primeira aposentadoria como trabalhadora rural e vislumbrava um futuro melhor com esta renda adicional, por outro lado, outra mulher deste mesmo assentamento espera há anos por este benefício, são marcas da ambigüidade e das dificuldades encontradas por estas famílias ao longo da luta pela permanência na terra.

---

Tal processo ocorre também em assentamentos onde existem movimentos sociais organizados mediando a luta pela permanência na terra, quando, então, incentivam a organização coletiva, a implantação de cooperativas, como é o exemplo do São Judas, no município de Rio Brillante, onde há a presença do MST<sup>12</sup>, que liderou a luta pela terra e se mantém como um dos mediadores. Nesse assentamento, as mulheres constituíram uma cooperativa de costura e estão confeccionando uniformes<sup>13</sup>.

Vale salientar que as mulheres buscam ainda alternativas relacionadas às atividades historicamente definidas como femininas, ou seja, aprendidas no processo de socialização, tais como: artesanato (bordar, pintar, dentre outras), costura, culinária. Não quero com isto, desmerecer qualquer uma dessas atividades, nem mesmo desconsiderar a dinâmica positiva do processo. Isto porque diante da alternativa de estarem em outros lugares, conversando, conhecendo pessoas, trocando experiências, enfim, traçando uma convivência mais coletiva e adentrando o espaço público; estas mulheres instituem possibilidades de ressocialização.

No entanto, há que se questionar: será que estas mulheres não desejam também participar do processo produtivo que envolve as poten-

---

<sup>12</sup> Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

<sup>13</sup> Ocorreu uma parceria com o governo do estado de MS, no ano de 2006, durante a gestão do Partido dos Trabalhadores que concedeu as máquinas de costura industrial.

---

cialidades do lote adquirido na luta pela terra, que em grande parte elas foram protagonistas? Não desejam ainda o estatuto de trabalhadoras rurais? Será que elas não almejam definir os rumos da produção e da renda obtida nesta terra? Decisões estas que resultariam no empoderamento da mulher que ainda, na grande maioria das famílias, estão sob o poder dos homens, dominantes no espaço público e nas instâncias decisórias dos assentamentos. Enfim, dessa forma, tais mulheres não estariam fortalecendo uma representação social voltada à identidade materna, estendendo e relacionando atividades produtivas com uma “essência feminina” de cuidado e delicadeza?

Sabe-se quão importante se torna o trabalho para a estruturação de subjetividades que definem o campo da produção de sentidos para a vida social. Entende-se subjetividade como um processo amplo de construção de sentidos, constituído de modo individual, coletivo, social, cultural e histórico, portanto, se delinea diante de múltiplas experiências constituídas cotidianamente, quando o sujeito se define e cria sentidos para sua própria ação no mundo.

Pressupõe-se que há uma correlação entre ser e estar no mundo, influenciada pelas vivências dos sujeitos e dos grupos sociais. Assim, afirma-se que a subjetividade é um processo complexo de definição de sujeitos, de indivíduos singulares e de suas posições sociais e históricas.

---

Diante disso, ratifica-se a importância da relação direta com a terra para a configuração da identidade da mulher trabalhadora rural, para que seu trabalho não seja uma atividade complementar, mas fundamental para a reprodução familiar, sendo assim, ela estaria compondo um núcleo decisório já no interior da família, com possibilidades de ampliação para o espaço público, já que estaria fortalecida e em processo de empoderamento. (DEERE; LEON, 2002)

As mulheres empreendem esforços cotidianos para conquistarem espaços importantes nos assentamentos, em um contexto no qual constroem as representações sociais de gênero para a efetivação de sua identidade, no jogo entre situações de dominação e de libertação em um movimento de imposição de poder de indivíduos, principalmente, a figura masculina, por vezes, o pai, um irmão, um filho, o marido; e de grupos, levando-as a estruturarem resistências simbólicas diárias contra tais imposições.

Diante desse contexto, é possível dizer que a representação está na vida ao mesmo tempo em que é criada e apropriada e também quando interfere na prática social, proporcionando uma dinâmica constante às experiências cotidianas, na co-relação entre passado, presente e o porvir, de modo que as relações tecidas entre mulheres e homens são intercaladas por possíveis de liberdade e de dominação, com uma densidade variável.

Portanto, entendo a representação, pau-

---

tada nas reflexões de Lefebvre (1983), como falsas e verdadeiras ao mesmo tempo, construída em um continuum de ações, em que mulheres e homens vivenciam experiências nas quais exploram os possíveis, partindo das representações e constroem conhecimentos de sua situação no mundo, tendo em vista a exploração de rupturas no tecido social. As representações podem criar fendas no cotidiano incentivando as transformações que são, por vezes, marcadas por lentidão e morosidade. O que resulta na afirmativa de que as representações têm força por apresentarem esta ambigüidade – por serem falsas e verdadeiras. Assim, vale destacar as considerações a seguir:

Ao discutir a força das representações, Lefebvre as vê como necessárias e inevitáveis, porém nem verdadeiras nem falsas em si mesmas. É somente através de uma reflexão, ao relacioná-las com as condições de vida daqueles que a produziram, que se lhes pode conferir o status de verdade ou mentira. ‘Elas não são nem falsas nem verdadeiras mas, ao mesmo tempo, falsas e verdadeiras: verdadeiras como resposta a problemas ‘reais’ e falas na medida em que dissimulam objetivos ‘reais’’. (LUTFI; SOCHACZEWSKI; JAHNEL, 1996, p. 95).

Diante do afirmado pode-se dizer que as representações são efetivadas em processos que podem levar à conservação ou à alteração das relações de controle e dominação patriarcal. Elas são conservadoras das situações de con-

---

trole quando são naturalizadas e aceitas socialmente e ainda quando tomam formas, têm significados, fortalecem o senso comum, impedem a análise da vida cotidiana e levam as pessoas a acreditarem nas próprias condições existenciais, postura impeditiva da visualização de um possível histórico.

Para tanto, criam e resignificam símbolos, linguagens, noções e figuras que articulam e solidificam o conhecimento do senso comum. E sabe-se que este quando pouco explorado, impede as rupturas, uma vez que naturaliza as concepções que, envolvidas por representações, dão continuidade às relações de domínio e de poder.

No caso das mulheres envolvidas no processo de pesquisa, ora referido – situação também observada em outros grupos sociais –, pode se destacar a existência de diversificadas representações, dentre elas as de fragilidade, de docilidade, de calma para cuidar de outras pessoas, que se articulam em um princípio forte e definidor da representação de “ser mãe”. Tal princípio passa a orientar as representações cujos sentidos são elaborados para e na vida cotidiana dos assentamentos e da sociedade como um todo, percebido na negação e/ou fragilização da identidade de trabalhadora rural. As representações, assim, ganham sentidos comuns, naturalizados por nascerem na vida social e a ela se dirigirem, a ela darem significados que podem dominar, muito mais, do que libertar.

---

Ao destacar esta representação construída histórica e socialmente para a mulher: a de “ser mãe”, coloca-se os dois sentidos – de ser falsa e verdadeira ao mesmo tempo – aceitos amplamente nas relações sociais, ou seja, “ser mãe” é a condição do cuidar, objetivada e configurada na mulher, seja ela trabalhadora do campo ou da cidade. Está-se falando em um sentido simbólico que cria significados aceitos pela própria mulher – um exemplo está na dificuldade de desprendimento dos afazeres da casa e dos cuidados direcionados à família, com destaque para as/os filhas/os.

Por outro lado, a mulher ainda apresenta alguns mecanismos de resistência para delegar tarefas a ela dirigidas a outrem, haja vista a incorporação dos papéis socialmente construídos que são reforçados por meio da educação formal e não formal, na constituição de valores e de comportamentos dominantes.

Essa representação – “de ser mãe” – elaborava um sentido resignificando a própria linguagem, o verbo “*dedicar* transforma-se em *dedicar-se*, provocando uma mudança de sentido, pois confere à ação uma dimensão temporal ininterrupta reavivando o sentido religioso que há em dedicar-se, o empenho de continuidade, de ligação profunda, [...]” (LISPECTOR, 1984, p. 22).

No contato com as mulheres e com os homens nessa trajetória de pesquisa, observou-se que o sentido do *dedicar-se*, para a mulher, está

---

voltado a casa e aos seus arredores – inclui-se o cuidado com os filhos, com as plantas e com os pequenos animais, com uma participação com menor poder de decisão em outras instâncias da vida familiar e no assentamento – grupos de produção, assembléias, dentre outras.

Assim, é destinado às mulheres um conjunto de atribuições que se ligam ao eixo principal “ser mãe”, tanto que às mulheres as tarefas, as principais atenções e responsabilidades estão voltadas aos cuidados com a família, pois mesmo que trabalhem no ciclo de produção, tal trabalho é contabilizado como um complemento. Realidade que vem sendo questionada por diversas mulheres, principalmente aquelas organizadas em grupos que estão discutindo alternativas de trabalho e renda, como já foi citado anteriormente.

Tais representações são antigas e estão arraigadas em uma profunda memória coletiva e ressurgem ao longo e, em geral, lento processo de luta pela terra e permanecem na consolidação dos assentamentos rurais, de modo que provocam por deslocamentos amálgamas e substituições o reforço da condição materna das mulheres em detrimentos de outras possibilidades.

Estas mesmas mulheres destacam as dificuldades para a desconstrução desta representação social, quando em entrevistas, falam que recebem olhares reprovadores, tanto de homens quanto de outras mulheres; não têm representa-

---

tividade nas associações – a maioria dos cargos e aqueles mais importantes são ocupados por homens que não se preocupam com a perspectiva de gênero – frisam ainda, os obstáculos advindos do acúmulo de tarefas – sobreposição de atividades –, principalmente na casa, impedindo e/ou dificultando a participação nas instâncias decisórias e em grupos de discussão.

Dentre muitas visitas realizadas, participei de alguns momentos considerados verdadeiros espaços democráticos, com debates entre as mulheres para a apresentação de suas necessidades e perspectivas individuais e coletivas, para a melhoria da renda familiar. Durante esses momentos, levantaram a necessidade de formarem cooperativas e/ou associações, entre outros assuntos, inseridos em um contexto variado de prioridades intercaladas com necessidades radicais, mas também simbólicas e subjetivas, como o desejo de maior liberdade sexual, controle do seu corpo, do seu tempo de trabalho e de festa<sup>14</sup>.

Em uma dessas reuniões, observou-se a presença de mulheres que caminharam longos trajetos com bebês ao colo e acompanhadas por crianças maiores permanecendo até o seu término. Outras demonstravam ansiedade e preocupação com a volta para a organização do almoço e para a preparação das crianças que deveriam ir à escola.

---

<sup>14</sup>Assentamento Santa Rosa em Itaquiraí-MS, 2007.

---

Por outro lado, verificou-se também, em um caso, o marido de uma das mulheres trazendo o almoço para ela, considerando a sua demora para retornar a casa. Isto significa que o homem, ao dividir igualmente as tarefas do lar, facilita a participação da mulher nos espaços decisórios. Esse aprendizado foi decorrente, segundo o casal, da sua participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – e por meio do conhecimento construído no cotidiano.

Pode-se dizer que há o início uma representação social verdadeira da mulher, por proporcionar algumas mudanças significativas nas relações de gênero, o que resulta em respostas qualitativas para problemas reais e corresponde a uma identidade desejada por esta mulher: a de trabalhadora rural participativa do processo de organização interna do assentamento.

A mulher vive uma simbiose entre a assimilação do papel de mãe e de dona de casa competente e a resistência, invisível, velada, mas também concreta a esse modelo. Sabe-se que para alterar drasticamente tal situação, haveria a necessidade de uma “reorganização interna das imagens de homem e mulher, sem a qual não é possível operar em nível social” (MASSI, 1992, p.47), e que, além disso, “[...] há muito para ser transformado no funcionamento familiar e doméstico” (MASSI, 1992, p.48), principalmente nesse espaço social de conflitos e de

---

reconstruções, marcado por relações familiares contraditórias, ora com a predominância de fortes valores tradicionais da família patriarcal rural, ora com sua descaracterização pelos valores urbanos e práticas sociais “novas” adquiridas ao longo de tantas andanças nos campos e nas cidades.

Contudo, não é possível esquecer que tais configurações familiares também passam por mudanças, como se observou no exemplo do casal citado acima, trazendo à tona representação da “mulher de luta” fundamentada na trajetória de permanência no acampamento e a transição para o assentamento, quando muitas mulheres tiveram um papel importantíssimo, enfrentando, lado a lado com os homens, as dificuldades rumo ao reconhecimento do direito à terra e a conquista de uma “cidadania menos precária” (SAFFIOTTI; FERRANTE, 1986/87, p.100), cujo processo se dá no bojo da efetivação e da troca de saberes antigos e novos entre homens e mulheres, quando, então, são ampliadas as expectativas e os sonhos por um lugar melhor para viver.

Percebe-se que os caminhos são múltiplos, ora com maiores expressões de domínio, ora de liberdade, de modo que as mulheres procuram construir resistências simbólicas, para alterações da condição feminina de submissão. Elas buscam o seu empoderamento no cotidiano dos assentamentos, especialmente, quando se agrupam para definirem rumos para sua par-

---

tipicação nas instâncias decisórias dos assentamentos.

É preciso reforçar que em vários momentos do futuro projetado pela imaginação feminina, as mulheres almejam um lugar de maior liberdade e de maior solidariedade com os homens, contrapondo-se ao imaginário herdado de uma socialização fundada na ética do cuidado familiar. Tal imaginação aflora, muitas vezes, de maneira pouco racionalizada conscientemente. N'outras vezes, ela não se expõe, exigindo modificações, resistindo e acomodando-se, em um jogo de intenções sociais que está longe de ser linear e definitivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, G. Frutos da Terra: os trabalhadores da Matte Larangeira. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

DEERE, Carmen Diana; LEON, Magdalena. O empoderamento da mulher: direito à terra e direitos à propriedade na América Latina. Tradução: Letícia Vasconcelos Abreu, Paulo Azambuja Rossato Antinolf, Sônia Terezinha Gehring. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2002.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Assentamento Sul Bonito: as incertezas da Travessia na Luta pela Terra. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, 2002. Araraquara.

---

LEFEBVRE, H. La presencia y la ausencia. México: Fondo de Cultura, 1983. Econômica.

LISPECTOR, C. A Hora da Estrela. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 1984.

LUTFI, E. P., SOCHACZEWSKI, S.; JAHNEL, T. C. As Representações e o Possível. In: MARTINS,

J. S. (Org). Henri Lefebvre e o retorno à Dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, J. S. A chegada do estranho. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. (Coord.). Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre, RS: Editora UFRGS, 2003.

MASSI, M. A vida de mulheres: cotidiano e imaginário. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992 (Série Logoteca).

MURARO, R.M.; BOFF, L. Feminino e Masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

OLIVEIRA, B. C. A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937 – 1945). Campo Grande. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de

---

Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis.  
1999.

PRESVELOU, C.; ALMEIDA, F. R.; ALMEI-  
DA, J. A. (Org.). Mulher, Família e Desenvol-  
vimento Rural. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM,  
1996.

SAFFIOTI, H. I. B.; FERRANTE, V. L. S. B.  
Da casa para a “rua”; a caminhada das mulheres  
bóias-frias. In.: Rev. Perspectivas. São Paulo.  
v.9/10, p.93-118, 1986/87.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado, vio-  
lência. São Paulo: Editora Fundação Perseu  
Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).



---

CAPÍTULO IV

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:  
AINDA UM PROBLEMA

Ana Maria Gomes

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*  
*Doutora em Sociologia do Desenvolvimento.*

INTRODUÇÃO

Partimos, neste trabalho, do pressuposto que a violência contra a mulher está ancorada na forma pela qual as relações entre homens e mulheres são sociais, culturais e historicamente constituídas. A violência que atinge a mulher tem suas raízes nas relações sociais de gênero. Os movimentos sociais de mulheres vêm, desde os anos 1970, incluindo em sua pauta de lutas o combate à violência doméstica, assim como a luta pela implantação de equipamentos que atendam em uma perspectiva de gênero às mulheres vítimas de violência. Sendo esses movimentos, portanto, os responsáveis por dar visibilidade a este problema e pelas conquistas conseguidas nesse campo dos direitos da mulher. Sabemos que, apesar das conquistas alcançadas, muito falta para erradicar esse fenômeno.

Dentre as reivindicações que se colocavam e ainda se colocam para o movimento social de mulheres, no sentido da conquista de seus direitos, temos duas principais questões: aquela que

---

se refere à saúde da mulher e a que concerne à violência contra a mulher. Essas questões sempre foram as mais urgentes na pauta de reivindicação dos movimentos organizados de mulheres. O caminho percorrido pelas mulheres organizadas no combate à violência contra a mulher está sendo longo. Ele vai desde a implantação das primeiras Delegacias de Atendimento à Mulher, precedidas das lutas que tomaram impulso na segunda metade dos anos 1970, até a lei Maria da Penha que ainda tem exigido a mobilização das diferentes organizações e entidades de mulheres para se opor contra tentativas de desqualificação da Lei, como ocorreu recentemente em Mato Grosso do Sul, quando um juiz declarou a inconstitucionalidade da Lei, tentando tolher uma conquista conseguida à força de mobilização, discussão e negociação das feministas com o Governo Federal.

O pressuposto do qual partimos neste trabalho é o de que a causa da violência doméstica contra a mulher não é o alcoolismo, ou a pobreza, mas sim relações de poder, cuja distribuição ocorre em prejuízo da mulher. A causa desse fenômeno está na forma pela qual as relações entre homens e mulheres são sociais, culturais e historicamente constituídas: nas relações sociais de gênero.

### AS RELAÇÕES DE GÊNERO COMO BASE DA VIOLÊNCIA

São várias as razões que levam a mulher a sofrer calada, sem denunciar seu agressor. A

---

primeira razão, e que engloba as outras razões descritas abaixo, seria a dificuldade de entender a violência sofrida como consequência de relações sociais assimétricas. O espaço doméstico, da família, é o espaço que lhe é socialmente destinado e onde ela é responsável por tudo que acontece, portanto, se algo negativo ocorre com o casamento, a responsabilidade é sua.

A sociedade em suas várias instâncias legitima a violência: a família quando aconselha a mulher a não romper com a relação; o sistema judicial quando não pune o homem agressor; os vizinhos quando não socorrem a vítima. A expressão “Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, apesar de todos os esforços realizados, ainda é válido até hoje.

Existe também o fato de que o agressor tem uma relação afetiva com a vítima: já se amaram, é o pai de seus filhos e, neste caso, entra a culpa pela possibilidade de expor os filhos diante da vizinhança ou dos colegas de rua e da escola. Há ainda uma razão, que é de ordem material. A grande maioria das mulheres no Brasil ainda depende economicamente do companheiro. Ao terminar um casamento, mesmo a mulher que possui uma profissão, em geral, está defasada em relação às exigências do mercado de trabalho, pois, afinal, ela passou anos dentro de casa, exercendo atividades domésticas, que não são valorizadas socialmente e isolada do espaço público. Esses dois últimos fatores provocam uma insegurança de tal ordem, que

---

é difícil romper. A mulher terá, portanto, de ir procurar a sua subsistência sem uma profissão, defasada em relação ao mercado de trabalho e insegura.

Gomes (1996) mostra que mesmo quando estão inseridas no mercado de trabalho, muitas vezes ganhando mais do que o marido, as mulheres ainda suportam durante anos as agressões sem coragem de romper a relação, por acharem que sozinhas não vão conseguir se encarregar da educação e cuidado dos filhos, pois a mulher ainda hoje é socializada para ter como eixo de sua vida o casamento: uma mulher só estaria incompleta.

As razões enunciadas acima seriam aquelas que explicariam essa situação e, ainda, em geral, essas razões aparecem camufladas pela esperança que elas mesmas sabem ser falsa, de que “ele” possa mudar e que leva a maioria das mulheres a continuar sofrendo violência por parte de seus companheiros, sem romper com eles. Afinal, como destruir o espaço dos sonhos e da afetividade que deveria ser o centro da vida das mulheres?

Outra questão que merece ser discutida é o fato que, no espaço doméstico, existe a dificuldade de a mulher identificar a desigualdade que ela vivencia como sendo uma experiência também vivida por outras mulheres. No espaço público, o do trabalho, por exemplo, apesar dos salários mais baixos e de todas as outras formas de desigualdade existentes, por estas se

---

localizarem em um espaço coletivo torna muito mais visível e mais fácil a tomada de consciência da discriminação que ocorre, torna-se mais fácil para a mulher identificar a desigualdade como sendo comum a outras, se configurando, portanto, como um problema social. As reivindicações podem ser feitas de forma coletiva e organizada e há a possibilidade de controle por parte da sociedade organizada das conquistas já conseguidas. Por esta razão, a violência perpetrada no anônimo e obscuro espaço doméstico é, talvez, dentre as várias manifestações de desigualdades existentes nesse espaço, a forma mais cruel.

Inserir as relações sociais de gênero para a compreensão da violência contra a mulher é fundamental para tirarmos esse fenômeno do âmbito individual, pessoal e passarmos para os das relações sociais e, conseqüentemente, das relações de poder.

O sistema de dominação-exploração de gênero usa o sexo ao qual pertence a mulher como forma de mascarar relações de subordinação que são históricas e culturalmente construídas. Portanto, diferentemente do sexo que é biológico e determinado pela natureza, o gênero é uma construção social de relações, sendo o caráter dessas relações o da dominação masculina, mais a subordinação feminina. (VIEZ-ZER, 1989)

Scott (1991, p.16) considera que gênero é elemento constitutivo de relações sociais base-

---

ado nas diferenças entre os sexos. A autora vai além quando considera também que gênero é uma forma primeira de designar as relações de poder, pois é campo por meio do qual este poder é articulado. Dessa forma, as referências biológicas que se referem à divisão sexual do trabalho, da procriação e da reprodução estabelecem distribuições de poder e o gênero está intimamente ligado à concepção e à construção do poder em si. A dominação e submissão tomam forma nas relações sociais concretas e historicamente mutantes e a sociedade está organizada para aceitar as diferenças biológicas. Isto vai aparecer nas várias culturas existentes.

Essas relações de gênero, além de assumir características específicas dependendo da cultura na qual se situam, também dependem do grupo social ao qual pertencam, da raça, da idade, da região, se é urbana ou se é rural, e do momento histórico no qual essas relações tem lugar. É por essa mesma razão que a opressão e a exclusão que atingem as mulheres das camadas mais pobres da população são diferentes daquelas das camadas que detêm o poder social e político. A mulher pobre tem mais dificuldade de se fazer ouvir socialmente. Portanto, é somente com essa categoria de análise, enunciada acima, que podemos entender como uma diferença no domínio da biologia se torna uma desigualdade social e, em consequência, em que campo se dá a violência doméstica, pois o agressor vai se voltar contra alguém com quem

---

ele tem uma relação de poder: sua mulher. No entanto, segundo Saffioti

Isto não significa que a mulher sofra passivamente as violências cometidas por seu parceiro. De uma forma ou de outra, sempre reage. Quando o faz violentamente, sua violência é sempre reativa. Isto não impede que haja mulheres violentas. São, todavia, muito raras, dada a supremacia masculina e sua socialização para a docilidade. (2004, p. 72)

Outra implicação importante para compreendermos a desigualdade existente entre homens e mulheres como sendo o resultado de relações sociais historicamente construídas é que elas podem ser transformadas por meio da luta das mulheres organizadas e de políticas públicas.

#### A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PASSA A SER VISÍVEL

O movimento organizado de mulheres foi o responsável por dar visibilidade à violência doméstica contra as mulheres e pelas conquistas conseguidas no campo dos direitos da mulher.

Pinto (2003, p. 48-49) considera como sendo a primeira ação organizada do movimento feminista que ela chama de moderno (aquele situado a partir dos anos 1970), um seminário realizado em 1972, ainda em plena ditadura militar. Por esta razão, as organizadoras tiver-

---

am que responder a inúmeras convocações de órgãos de repressão como o DOPS, pois tal seminário era considerado altamente subversivo. A mesma autora considera que esse ano marca a aparição dos primeiros grupos feministas influenciados pelo feminismo do hemisfério norte, com características informais e de reflexão sobre a condição da mulher na sociedade. Esses grupos vão aparecer principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo.

No Brasil, o movimento social de mulheres aparece estreitamente vinculado à luta por democracia e pelo fim da ditadura militar e, na medida em que o movimento por redemocratização avança, vai avançar também a criação de grupos de mulheres. O ponto alto desse processo vai ser o da elaboração da nova Constituição, momento no qual as mulheres organizadas vão ter um papel ativo, levando suas reivindicações e tendo como lema “Constituinte prá valer tem que ter direitos da mulher”.

Ao falarmos sobre violência contra a mulher, é preciso fazer a diferenciação entre dois tipos de violência que afeta as mulheres. Isso é importante, pois cada tipo de violência exige uma intervenção diferente para coibi-la.

Um tipo de violência é aquela perpetrada por um desconhecido, seja qual for o local no qual essa violência se dá. Em grande parte das vezes ela ocorre nas ruas e em lugares desertos, escuros ou pouco iluminados. Não poucas vezes a agressão termina em violência sexual. Algu-

---

mas medidas necessárias para o combate a esse tipo de violência é iluminação das ruas, maior número de policiais percorrendo ruas mais desertas, entre outras medidas. Um exemplo característico que temos desse tipo de agressão é o caso de estupro.

O segundo tipo de violência que vítima as mulheres que, por suas características, é mais difícil de combater é a violência caracterizada de doméstica, ou seja, aquela perpetrada no interior da família, por alguém com quem a mulher tem ou teve uma ligação afetiva. A violência masculina contra a mulher pode ir desde os maus tratos físicos (espancamentos com lesões graves) até os atos mais sutis, como as torturas psíquicas diárias, que vão aterrorizando-a e minando sua auto-estima, chegando muitas vezes até ao homicídio. Essa violência vai fatalmente provocar seqüelas físicas e psíquicas na mulher. Esse tipo de violência assume tal dimensão que ganhou destaque especial como um problema de saúde pública na Declaração da Conferência Inter-Americana sobre Sociedade, Violência e Saúde, organizada em novembro de 1994 pela Organização Panamericana de Saúde (ABRASCO, 1995, p. 2).

Desde seu início, apesar de se falar em violência contra a mulher no geral, a ênfase já é centrada sobre a violência doméstica, pois as feministas já a consideravam como o principal tipo de violência do qual são vítimas as mulheres, no que pese que esse tema só passasse

---

a ser objeto de estudos científicos bem mais tarde.

Segundo Telles (1993, p. 130), a questão da violência contra a mulher vai ser colocada em destaque em 1980, no II Congresso da Mulher Paulista. A partir daí várias entidades autônomas com trabalhadoras voluntárias começam a oferecer um serviço voltado para mulheres vítimas de violência e procurando, também, promover o debate sobre essa questão junto à opinião pública.

Ainda segundo Telles (1993, p. 131), quando as feministas denunciavam a violência doméstica e sexual, por não mostrarem casos concretos, eram acusadas por jornalistas e lideranças de esquerda de copiarem as feministas européias, dizendo que lá sim ocorriam esses casos. No Brasil, ainda sob a influência das teses que consideram que ao mudar as relações econômicas, muda-se também o conjunto das relações sociais, era considerado que somente negros e pobres cometiam violência contra suas mulheres, devido ao alcoolismo ou à pobreza. Se as desigualdades econômicas e sociais fossem eliminadas, o problema também desapareceria. Mas essa percepção vai sofrer um golpe quando uma mulher resolve denunciar.

O primeiro (caso) ocorreu em São Paulo, quando uma mulher de classe média alta, casada com um professor universitário, branco, bastante considerado nos meios intelectuais, foi por ele espancada [...] Numa carta car-

---

regada de emoção, denunciou o crime praticado contra ela, ainda mais dolorido porque era cometido pelo homem amado. (TELLES, 1993, p. 131)

Este fato foi importante para que a questão da violência contra a mulher adquirisse credibilidade, até mesmo junto ao movimento de mulheres e para que as mulheres criassem coragem para denunciar seus parceiros agressores. Telles continua a relatar as conseqüências positivas alcançadas por esta denúncia

Desse episódio nasceu o slogan inicial de uma campanha: 'O silêncio é cúmplice da violência'. Várias mulheres se dispuseram a denunciar as violências sofridas por parte de seus companheiros. E o SOS-Mulher, de São Paulo, em menos de um ano de funcionamento, registrou 700 casos de violência contra a mulher. (TELLES, 1993, p. 131)

Outro fato registrado por Telles (p.132) como importante na luta contra a violência do qual são vítimas as mulheres, foi quando o milionário Doca Street matou sua companheira Ângela Diniz, no Rio de Janeiro. As feministas desta região saíram às ruas para exigir punição para o assassino. O movimento foi de tal envergadura que finalmente o assassino foi condenado. A condenação do milionário vai romper com a tradição, no Brasil, da alegação de defesa da honra para o assassinato de mulheres.

Nas eleições diretas de 1982, “[...] os mo-

---

vimentos de mulheres propõem que suas reivindicações sejam incorporadas aos programas dos candidatos democráticos. Destacou-se a questão da violência contra a mulher” (TELLES, 1993, p. 135).

Em 1985 é criada em São Paulo a Delegacia Policial de Defesa da Mulher (DPDM), local onde as mulheres receberiam tratamento diferente daquele oferecido pelas delegacias tradicionais. Antes da criação da DPDM, havia sido criado o Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento Psicológico de São Paulo, para atender mulheres vítimas de violência.

Outro momento importante para o movimento social de mulheres foi o período dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. O Conselho Nacional da Condição da Mulher, criado em 1985, reuniu em Brasília um grande grupo de feministas em um encontro do qual resultou um documento, entregue aos constituintes, chamado ‘Carta das Mulheres’, Pinto (2003, p. 74-75). No detalhamento das demandas aparecem duas questões importantes:

O primeiro refere-se à questão da violência contra a mulher, expresso numa detalhada proposta de defesa da integridade física e psíquica das mulheres, e definindo o conceito de estupro e sua classificação penal, apenando o explorador sexual e solicitando a criação de delegacias especializadas no atendimento da mulher em todos os municípios do território nacional (PINTO, 2003, p. 75).

---

Durante as décadas de 1980 e 1990, inúmeras pesquisas científicas de cunho nacional foram realizadas objetivando uma melhor compreensão desse triste fenômeno.

Em pesquisa desenvolvida sobre essa problemática foi possível avaliar o estado da violência doméstica em Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. Os dados coletados demonstraram que no caso de Lesão Corporal, 83,6% foram levadas a cabo por maridos, ex-maridos, companheiros e ex-companheiros. Nos casos de Ameaça, a porcentagem sobe para 94,13%. (GOMES, 1997 p. 75-76).

Esses dados coletados mostraram também que a agressão contra a mulher vai sofrendo uma contínua desqualificação que começa na Delegacia, que consegue transformar só uma pequena parte dos Boletins de Ocorrência em Inquérito, chegando até o Judiciário onde somente uma quantidade ainda menor dos réus é punida. De um total de 1229 Boletins de Ocorrência registrados em 1988 e 1992, somente 224 se transformaram em Inquéritos Policiais. No Judiciário, o número de Inquéritos transformados em processos cai ainda mais e, finalmente, na quase totalidade dos processos, o réu é absolvido e somente 2% do total recebe algum tipo de punição. É de domínio público que, na maioria das vezes, a punição não passa de uma cesta básica ou um pequeno serviço prestado no bairro. Esse resultado final de falta de punição, que não é típico de Mato Grosso do Sul, pois

---

pesquisas mostram que a média encontrada é a mesma do resto do País, faz com que as mulheres se sintam desencorajadas a dar um basta nessa situação, continuando a sofrer o impacto dessa violência em sua saúde e em seu cotidiano. Foi possível verificar também que Campo Grande acompanhava os índices nacionais na época.

Os dados atuais não são mais animadores, apesar da criação de inúmeros equipamentos em várias regiões do Brasil e de ações visando a mudança cultural de nossa sociedade terem sido implementadas. Dados atuais publicados pelo CFEMEA (2007, p.12) mostram que “Segundo a Sociedade Mundial de Vitimologia (IVW) ligada ao governo da Holanda e a ONU, o Brasil é o país que mais sofre com a violência doméstica: 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas a este tipo de violência.” Dados coletados pela Fundação Perseu Abramo dão a dimensão atual do problema quando publicam números do que acontece:

No Brasil, quase 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano, 175 mil por mês, 5,8 mil por dia, 4 por minuto e uma a cada 15 segundos. Em 70% dos casos o agressor é uma pessoa com quem ela mantém ou manteve algum vínculo afetivo. (CFEMEA, 2007, p. 15)

A realidade é ainda pior se continuamos a observar os dados: “Quase metade das mulheres assassinadas são mortas pelo marido, namorado atual ou ex.” (CFEMEA, 2007, p. 29).

---

A quantidade de mulheres vítima de violência doméstica que a denunciam ainda é pequena em relação à extensão do problema. Pode-se considerar, sem medo de errar, que as denúncias que chegam a público representam apenas a ponta de um iceberg.

Em quase todos os casos de violência, mais da metade das mulheres não pede ajuda. Somente em casos considerados mais graves como ameaças com armas de fogo e espancamento com marcas, cortes ou fraturas, pouco mais da metade das mulheres pede ajuda a alguém, em geral a outra mulher da família – mãe, irmã ou amiga mais próxima. (CFEMEA, 2007, p. 23)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica praticada contra mulheres é decorrente da desigualdade de gênero existente na sociedade. Desta forma, a leitura de gênero se impõe como categoria de análise tanto na produção científica que busca a compreensão da violência doméstica contra mulheres, quanto nas ações por parte do poder público. A longa luta das mulheres organizadas muito ajudou para dar visibilidade a esse fenômeno, da mesma forma que impulsionou a criação de equipamentos para atender as mulheres, levando, dessa forma, a que elas se sentissem amparadas no momento de denunciar maridos e companheiros agressores.

No entanto, é necessária uma reavaliação profunda dos mecanismos de combate à violên-

---

cia contra mulheres, uma vez que sabemos que muitas vezes a criação desses equipamentos tem como motivo o interesse eleitoral e não realmente a atenção à mulher. Isso leva a que muitos locais funcionem sem a qualidade necessária para ajudar a amparar a mulher em situação de violência, uma vez que o atendimento oferecido não se diferencia daquele de mais uma delegacia policial comum, na qual os funcionários estão imbuídos da representação tradicional do masculino e do feminino. Outra consequência é que, ainda que com boas intenções, profissionais despreparadas quanto à compreensão das relações sociais de gênero, dão um atendimento que não contribui para a transformação dessas relações desiguais, mas as reforçam com frases como “Para apanhar assim, alguma coisa você fez”, tantas vezes ouvidas nas delegacias da mulher das mais diferentes regiões. Essa realidade desvirtua a idéia original pensada pelos movimentos feministas ao longo de todos esses anos. Outra pergunta que devemos nos colocar é se a atual política governamental de financiar a chamada capacitação das funcionárias que trabalham nas delegacias, centros e casas abrigo em uma perspectiva de gênero, está dando os resultados esperados, sendo, portanto, urgente uma avaliação dessas políticas.

Sabemos que, enquanto as relações sociais de gênero se derem de forma assimétrica, mulheres continuarão a ser espancadas ou aterrorizadas por ameaças dos mais variados tipos.

---

Sabemos também que a transformação dessas relações sociais desiguais e a construção de relações sociais mais igualitárias implicam uma mudança em vários planos e de cunho muito mais profundo dentro da sociedade. Por isso, há a necessidade de que haja ações concretas tanto na formação adequada de policiais, delegadas, funcionárias, quanto na formação de profissionais de saúde preparados para atender a especificidade do sofrimento dessas mulheres, dentro de uma perspectiva realmente transformadora da representação social do masculino e do feminino, para que atendam de maneira concreta mulheres vítima de violência. Esta é uma importante forma de contribuir para a construção de relações mais igualitárias entre o gênero feminino e o masculino e para uma sociedade onde todos terão uma parcela igual de poder.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRASCO. Boletim da Associação de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Ano XIII, Jan-Mar, 1995.

CFEMEA. Lei Maria da Penha: do papel para a vida. Brasília, 2007.

GOMES, Ana M. Gênero, saúde e violência doméstica. Revista Divulgação em Saúde para Debate. n. 18, p. 71-76, jun, 1997.

GOMES, Ana M. Violência Doméstica: problema de polícia ou da sociedade? Relatório de

---

Pesquisa, UFMS/CCHS, Campo Grande/MS, 1996.

PINTO J, Céli R. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. Recife: SOS CORPO, 1991.

TELLES, Amélia. Breve historia do Feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VIEZZER, Moema. O problema não está na mulher. São Paulo: Cortez, 1989.

---

CAPÍTULO V

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL E  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:  
UMA REFERÊNCIA PARA  
O DEBATE ATUAL<sup>1</sup>

André Luiz Faisting  
*Universidade Federal da Grande Dourados*  
*Doutor em Ciências Sociais*

A LEI 9.099/95 E AS  
REPRESENTAÇÕES SOBRE  
OS CONFLITOS DE GÊNERO

Antes da promulgação da Lei 11.340 em agosto de 2006, batizada de *Lei Maria da Penha*, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, os conflitos de gênero considerados de “menor potencial ofensivo” eram tratados majoritariamente nos Juizados Especiais Criminais, criados através da Lei 9.099, de novembro de 1995. Assim, a constatação de que o Juizado Especial Criminal se tornou o espaço quase exclusivo para tratamento da violência doméstica nos levou a considerar o debate teórico sobre as razões de esse tipo de violência ser considerado

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da discussão realizada em minha tese de doutorado, intitulada “Representações da Violência e da Punição na Justiça Informal Criminal, defendida em 2004 pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos.

---

um “crime menor”. É nesse sentido que Campos (2003:158) propõe a existência de um “déficit teórico” na referida lei, pois considera que ela não levou em conta o paradigma da criminologia feminista fundamentado no conceito de gênero. Ou seja, a concepção de que a forma pela qual os sistemas de controle e seus agentes concebem o comportamento das mulheres cria e reproduz os estereótipos de gênero. Tal perspectiva permite constatar, assim, que o julgamento da violência conjugal se fundamenta menos na agressão e mais no comportamento das vítimas no que se refere aos seus papéis sociais como mulher, esposa, mãe etc.

Para a autora, tal déficit teve como principal consequência a banalização da violência doméstica, o arquivamento massivo dos processos e a insatisfação das mulheres vítimas de agressão. Embora considere que a luta pela criação das Delegacias de Defesa da Mulher tenha sido vitoriosa, o movimento pela criminalização da violência doméstica não teve o mesmo êxito, pois com a lei 9.099/95 esse tipo de crime passou por um processo de despenalização operado pelos Juizados Especiais Criminais, razão pela qual a lei seria imprópria para o julgamento da violência conjugal.

Com efeito, o principal objetivo do legislador, ao criar os Juizados Especiais Criminais, não foi prevenir ou reprimir a violência doméstica, bem como outros tipos de delitos considerados menores, mas desafogar os siste-

---

mas de justiça comum e penitenciário, embora a justificativa desde a primeira versão dos Juizados em 1984 – os Juizados Especiais de Pequenas Causas – tenha sido a de ampliar o acesso e o atendimento do homem comum desprovido de direitos pelo sistema de justiça<sup>2</sup>.

Esse processo de “despenalização” de certos delitos teve como referência o chamado paradigma minimalista, ou seja, a concepção de que na sociedade moderna a repressão não é o meio mais eficaz de resolver determinados crimes, principalmente aqueles conflitos mais comuns da vida cotidiana como os conflitos conjugais, de vizinhos ou de trânsito. Para o tratamento desses delitos, o ideal seria, segundo esse paradigma, a aplicação de penas alternativas

---

<sup>2</sup> Trechos da Exposição de Motivos n. 007, de 17/05/83, que antecedeu a criação da lei que criou os Juizados Especiais de Pequenas Causas, assinada pelo então Ministro da Desburocratização Hélio Beltrão dizia o seguinte: “A ausência de tratamento judicial adequado para as pequenas causas [...] afeta, em regra, gente humilde, desprovida de capacidade econômica para enfrentar os custos e a demora de uma demanda judicial. A garantia meramente formal de acesso ao Judiciário, sem que se criem as condições básicas para o efetivo exercício do Direito de postular em Juízo, não atende a um dos princípios basilares da democracia, que é o da proteção judiciária dos direitos individuais. A elevada concentração populacional nas áreas urbanas, aliada ao desenvolvimento acelerado das formas de produção e consumo de bens e serviços, atua como fator de intensificação e multiplicação de conflitos, principalmente no plano das relações econômicas. Tais conflitos, quando não solucionados, constituem fonte geradora de tensão social e podem facilmente transmutar-se em comportamento anti-social. Impõe-se, portanto, facilitar ao cidadão comum o acesso à Justiça, removendo todos os obstáculos que a isso se antepõem. O alto custo da demanda, a lentidão e a quase certeza da inviabilidade ou inutilidade do ingresso em Juízo são fatores restritivos, cuja eliminação constitui a base fundamental da criação de novo procedimento judicial e do próprio órgão encarregado de sua aplicação, qual seja, o Juizado Especial de Pequenas Causas [...] Enfim, assegurar justiça ampla e eficaz constitui o dever maior do Estado e o anteprojeto de lei destina-se precisamente a dar cumprimento a esse dever. Na medida em que estende a proteção judiciária, hoje insuficiente, ao homem comum, insere-se ele, por inteiro, no processo de democratização ora conduzido por Vossa Excelência com o apoio de todos os brasileiros”.

---

não privativas de liberdade ou, como ocorre nas audiências preliminares dos Juizados Especiais Criminais, a conciliação entre as partes com o conseqüente encerramento e arquivamento dos processos sem qualquer punição efetiva.

A crítica que apontava para um déficit teórico da lei se fundamentava, assim, no fato de que ela foi concebida sob o senso comum masculino, uma vez que foi criada para punir a conduta criminosa masculina de um homem contra outro homem, uma conduta eventual e não habitual como é a violência doméstica. Nessa perspectiva, a preocupação maior que sustentava o trabalho nos Juizados seria diminuir cada vez mais o número crescente de processos e não resolver de fato os conflitos. Assim, o debate que apontava para a ineficiência dos Juizados está em consonância com a crítica que as profissionais da Delegacia de Defesa da Mulher desenvolvem quando apontam para a falta de autonomia das delegacias depois da promulgação da lei 9.099/95. Ou seja, se antes os crimes de lesão corporal e ameaça – delitos típicos da violência doméstica – eram julgados pelo procedimento comum<sup>3</sup>, a partir da referida lei o inquérito policial e demais procedimentos foram substituídos pelo “Termo Circunstanciado de

---

<sup>3</sup> No procedimento comum a mulher registrava a ocorrência em uma Delegacia de Polícia e formava-se o inquérito policial. Fazia-se o exame de corpo de delito (nos crimes de lesão), o agressor era chamado, prestavam-se os depoimentos, ouviam-se as testemunhas e o processo era encaminhado ao Ministério Público para oferecimento ou não da denúncia.

---

Ocorrência Policial”, que é imediatamente encaminhado ao Poder Judiciário.

De outro lado, os defensores dos Juizados Especiais Criminais argumentam que tal procedimento teve a vantagem de permitir que a violência contra a mulher fosse publicizada com a obrigatoriedade do registro destes termos circunstanciados, pois a remessa obrigatória ao Judiciário permite visualizar a real dimensão do problema, já que antes da lei as delegacias funcionavam apenas como conciliadoras e, freqüentemente, procuravam diminuir a gravidade dos casos. Contudo, segundo Izumino (1997, *apud* CAMPOS, 2003), mesmo os litígios que antes da lei 9.099/95 chegavam ao Judiciário recebiam tratamento similar, ou seja, os profissionais do direito procuravam desviar o discurso jurídico sobre o crime, a autoria, o modo de cometimento e a gravidade para o comportamento dos envolvidos, adotando como parâmetro “a importância desses papéis para a preservação da família e do casamento”. O que estava em julgamento, portanto, não era o crime, mas como essas agressões afetavam a estabilidade dessas instituições.

A crítica à lei, portanto, partia do pressuposto de que o novo procedimento, além de não alterar a lógica de preservação da família ou do casamento, ainda passava a operar não mais com a absolvição do agressor e sim com o arquivamento massivo dos processos através da renúncia da vítima. É assim que, segundo o

---

paradigma de gênero, o juiz acabava reforçando a privatização da violência porque, como representante de uma instituição pública, reproduzia o seu entendimento de comportamentos adequados da esfera privada, ou seja, “[...] dessa forma, o juiz leva para público (Judiciário) o seu próprio entendimento acerca da violência e sobre as mulheres que recorrem ao Poder Judiciário” (CAMPOS, 2003, p. 161). Além disso, outra questão que se coloca é com relação aos critérios que definem a violência conjugal como um delito de menor potencial ofensivo. É neste sentido que se argumenta que o legislador, ao definir a violência doméstica como um “delito menor”, não considerou as implicações dessa classificação.

Para muitos defensores dos Juizados Especiais Criminais, ao inaugurar um novo modelo de justiça criminal – o modelo consensual –, a lei 9.099/95 ofereceu à vítima a oportunidade de ser ressarcida dos danos sofridos. Contudo, nos conflitos domésticos, o que está em jogo não é o ressarcimento de danos materiais, mas sim a conquista do fim das agressões. O elevado número de processos arquivados nesta instância de justiça demonstrava que a conciliação tem como principal função não o ressarcimento dos danos, mas o arquivamento do processo através da renúncia da vítima. A explicação para o alto índice de arquivamento estaria, portanto, na indução por parte do magistrado no sentido da insistência feita à vítima para aceitar o compro-

---

misso do agressor de não cometer mais o ato violento. Assim, “[...] o espírito conciliatório da lei é na realidade um espírito renunciatório para a vítima” (CAMPOS, 2003, p. 165).

Por outro lado, embora o arquivamento dos processos sem punição representasse a maior parte das soluções oferecidas, havia também a possibilidade de transação penal para os casos em que a vítima não aceitava a renúncia e manifestava o desejo de continuar com o processo. Assim, cabe ressaltar que a transação penal tinha um significado simbólico importante para as mulheres agredidas, pois o simples fato de levar o conflito adiante significava que ela, sozinha, não conseguiria pôr fim à agressão. Por isso, a presença do juiz e dos outros operadores do direito ofereceria, de certa forma, uma gravidade mais formal ao conflito e representaria, assim, um importante fator de poder para a vítima, pois tal presença adquiria o efeito simbólico de restabelecer o equilíbrio da relação e devolver o poder à mulher. Contudo, do ponto de vista do paradigma de gênero, mesmo a transação penal não teria o efeito desejado nos casos de violência doméstica, pois as penas (multa ou prestação de serviços à comunidade) não reproduziriam o grau de gravidade desejado pelas vítimas, produzindo, assim, uma sensação de impunidade.

Em síntese, o importante a ressaltar é que as análises existentes sobre os impactos da lei 9.099/95 sobre os conflitos de gênero sem-

---

pre enfatizavam dois extremos: ou se considerava que a aplicação da lei era adequada porque correspondia às expectativas das mulheres que não desejavam a condenação do réu, ou se ressaltava a inadequação da lei ao demonstrar que a maior parte dos casos não eram resolvidos satisfatoriamente, desestimulando, assim, novas denúncias. O desafio, portanto, sempre foi o de equilibrar essas duas posições, uma vez que ambas pareciam ser legítimas do ponto de vista dos interesses das vítimas.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA  
NA PERCEPÇÃO  
DE ALGUNS OPERADORES  
DO DIREITO

A pesquisa que realizamos numa Comarca de porte médio do interior do Estado de São Paulo e outros estudos sobre os Juizados<sup>4</sup> coincidem na constatação de que a maior parte dos litígios que chegavam a este sistema era relativa à violência doméstica. Nesse sentido, considerando-se que tais conflitos diziam respeito principalmente à violência conjugal, normalmente tendo como agressores maridos ou companheiros, era presumível também que tais litígios tivessem, em sua maioria, origem nas Delegacias Especializadas na Defesa da Mulher. Daí a necessidade de considerar essa

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, AZEVEDO (2000), IZUMINO (2003) e CAMPOS (2003).

---

instância de justiça para compreender melhor a lógica de funcionamento da justiça informal criminal, uma vez que essas delegacias também foram diretamente afetadas pela lei 9.099/95.

No Brasil, a criação dessas Delegacias representou uma das principais conseqüências da politização do discurso sobre a criminalização da violência contra a mulher, já que apenas nos anos 1980 essa prática passou a ser denunciada, permitindo, com isso, dar maior visibilidade ao problema da violência doméstica<sup>5</sup>. No contexto do movimento de redemocratização da política, grupos de mulheres vinculadas à Igreja, aos sindicatos e aos partidos políticos passaram a cobrar do Estado a urgência de políticas para dar respostas institucionais de prevenção e repressão da violência doméstica. Segundo Izumino (2003, p. 2), entre os fatores que asseguravam a impunidade deste tipo de violência estava o desinteresse das delegacias de polícia, que freqüentemente minimizavam a gravidade das agressões ou atribuíam a responsabilidade dos acontecimentos às próprias mulheres, desencorajando, com isso, novas denúncias e reforçando a cultura do silêncio em torno destas

---

<sup>5</sup> A primeira Delegacia de Defesa da Mulher foi criada em agosto de 1985 na cidade de São Paulo. Experiência pioneira no Brasil e no mundo, nos anos seguintes, dado o crescente número de mulheres que diariamente procuravam esta delegacia, houve uma rápida multiplicação do número de unidades por todo o país. Segundo dados da Pesquisa Nacional Sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres, em 2001 encontravam-se em funcionamento no Brasil 304 delas. A maior parte foi criada entre os anos de 1986 e 1995 (68%), com maior concentração na região Sudeste – sendo 124 apenas no estado de São Paulo (IZUMINO, 2003, p. 3).

---

agressões. Contudo, a partir da segunda metade dos anos 90 surge um novo debate quanto ao papel das Delegacias de Defesa da Mulher com a promulgação da lei 9.099/95, que criou os Juizados Especiais Criminais. Como argumenta Izumino (2003),

As análises a respeito desta legislação têm se preocupado com a sua aplicação, denunciando que os procedimentos adotados e as decisões judiciais têm convertido os Juizados em espaços de discriminação em relação às mulheres e à violência de gênero. Considerando-se que as delegacias continuam sendo o principal espaço de denúncia dessa violência, e, portanto, a principal via de acesso dessas mulheres à justiça, não refletir a respeito do impacto que estas agências sofreram com a nova legislação significa negar a importância que foram adquirindo desde sua criação (IZUMINO, 2003, p. 2).

É nesse sentido que um dos principais questionamentos que surgiram a partir da primeira metade da década de 90 foi com relação à grande quantidade de absolvição dos maridos ou companheiros agressores. Assim, alguns estudos passaram a demonstrar que as Delegacias de Defesa da Mulher também se consolidaram como espaço de resolução informal dos conflitos, de modo que acabavam atuando como um filtro para os delitos que chegavam ao Judiciário. Ou seja, “[...] para alguns policiais as Delegacias de Defesa da Mulher são vistas como ‘delegacias de papel’ porque não pren-

---

dem e só chamam para conversar” (MUNIZ, 1996, p. 133).

Acreditava-se, assim, que a negociação extrajudicial desenvolvida nas Delegacias satisfazia tanto as mulheres como o próprio sistema judicial, que em suas decisões preferia a defesa dos interesses da família ao invés da punição pela agressão, favorecendo, assim, a absolvição dos agressores. Contudo, considerar a grande quantidade de absolvições apenas como uma inadequação do sistema é deixar de lado os reais interesses das mulheres vítimas de violência doméstica. Sobre a pesquisa que realizou em relação às Delegacias de Defesa da Mulher em São Paulo, Izumino argumenta:

Na leitura dos processos foi importante perceber que as mulheres, no decorrer do processo, mudavam os seus relatos, afirmando que as agressões haviam sido superadas, sugerindo que a resolução dos conflitos poderia ter ocorrido por outras vias, cabendo ao Judiciário apenas sancionar este desfecho através da absolvição do agressor (IZUMINO, 2003, p. 8).

Situação semelhante pôde ser confirmada pela manifestação da única delegada da Delegacia de Defesa da Mulher da Comarca na qual desenvolvemos nossa pesquisa, ao afirmar:

Na verdade, resumindo, se você analisar, se você apurar tudo, no fundo a mulher não quer que o marido seja efetivamente punido, não quer se separar. Ela quer uma coisa meio milagrosa, que ele se torne uma pessoa diferente,

---

uma pessoa melhor, deixe de agredi-la, deixe a amante, deixe de beber, seja mais preocupado com a provisão do lar no aspecto material, tudo isso, ou seja, ela gostaria de ter um marido melhor. Essa é a finalidade quando ela vem numa Delegacia.

De acordo com a percepção da delegada, portanto, às vezes parece não ser interesse das mulheres que os maridos ou companheiros agressores sejam efetivamente punidos. O importante a ressaltar, do ponto de vista da lógica de funcionamento da justiça informal criminal, é que os magistrados, ao interagirem com as partes litigantes, normalmente recorrem a valores que elas reconhecem como válidos para alcançar um acordo sem, contudo, abdicar-se da ameaça implícita de seu poder de decidir. Esse tipo de situação, caracterizada pela ameaça da punição, também ocorria nas Delegacias de Defesa da Mulher antes da lei 9.099/95. Assim como manifestou a delegada entrevistada:

Naquela época a gente tinha esse recurso: intimava as partes aqui, tanto marido quanto a mulher, e assim tentava, usando um tom mais ameaçador, um tom mesmo de autoridade, no sentido de que se ele tentasse fazer mais alguma coisinha, qualquer que fosse, eu iria instaurar o inquérito, iria representar pela prisão preventiva dele [...] E como ele não conhecia o procedimento ele acreditava efetivamente que isso iria acontecer. No caso em que nós instaurávamos, que também era um número grande, tinha toda aquela tramitação demorada

---

do rito processual anterior e isso causava até uma ansiedade no elemento porque ele achava que afinal ele poderia ser condenado, poderia ir para a cadeia, e isso até eventualmente melhorava um pouco o comportamento e até criava-se assim um receio, um temor de que ele, se sofresse um outro processo, ele não teria mais direito ao benefício; enfim, trabalhava-se muito mais com a questão da expectativa, do medo e, de certa forma, até da ignorância.

Contudo, a lei 9.099/95 retirou das Delegacias a autonomia para resolver os conflitos, pois os processos passaram a ser encaminhados para os Juizados Especiais Criminais. Tal mudança resultou, de fato, num maior número de litígios encaminhados para a justiça, já que antes os casos, em geral, eram negociados e arquivados na própria delegacia. Por outro lado, de acordo com a delegada entrevistada, o que se ganhou em quantidade perdeu-se em qualidade. Para a entrevistada, é preciso distinguir o momento atual do momento anterior à lei que criou os Juizados.

Antes da lei, os crimes que envolviam, na maioria das vezes, as ocorrências da violência doméstica que originavam o crime, que são os mesmos de hoje (lesão corporal, a ameaça, os mais comuns) eram inseridos no rito processual comum do código de processo penal [...] Então instaurava-se o inquérito policial, ia para o fórum, o promotor analisava o inquérito, se oferecia ou não uma denúncia. E o que acontecia? Naquela época as delegadas tinham uma liberdade maior de trabalhar a

---

questão do casal sem a instauração do procedimento. Então o que a gente observava é que como o agressor não tinha certeza ou não sabia exatamente o que iria acontecer com ele caso ele fosse processado, porque a gente trabalhava aqui a questão da ameaça, a gente observava um resultado nesse sentido melhor [...] Quando ficava aquela coisa no âmbito da lesão leve, do tapa, do puxão de cabelo, do pequeno hematoma, da ameaça [...] aquelas ofensas verbais, aquela conturbação familiar, problemas de bebida etc, eu me lembro que muitas e muitas vezes eu intimava o casal e aquela ameaça que a gente fazia, aquela, entre aspas, que a gente chamava de “dar uma dura” [...] Em contrapartida, depois da lei 9.099, elabora-se um número enorme, imenso de Termos Circunstanciados. Tem-se a vantagem de ser um procedimento rápido, célere, e já vai para a audiência, quer dizer, a pessoa já vai com aquela ansiedade que vai ter que participar de uma audiência na justiça e tal. Só que no meu entendimento, no final, quando apura-se tudo e que termina aquilo, eu entendo que a resposta desse procedimento judicial em função desse rito é muito menor do que aquilo que ele esperava. E aí eu creio que a possibilidade de voltar a acontecer ou a chance dessa família voltar a tentar uma nova reestruturação ficou mais difícil.

Em contraste com a opinião da delegada, os juízes com quem conversamos ressaltavam a importância do poder de representação da vítima no Juizado, pois antes da lei 9.099/95 cabia ao Ministério Público, e não à vítima, decidir pela continuidade ou não do processo. Ou

---

seja, tal mudança teria trazido uma maior valorização à vítima já que, ao ter a oportunidade de decidir ela também adquire um poder antes inexistente. Como argumentou um dos juízes:

No sistema anterior, o que acontecia? A vítima vinha desvalorizada, o juiz condenava no mais das vezes a uma pena pequena, uma prestação de serviços à comunidade ou coisa do tipo, que acabava dando mais ou menos no que dá hoje. Só que a vítima vinha numa situação muito desvalorizada, em que não tinha vez nem voz. Hoje a vítima tem vez e tem voz. E isso valoriza a vítima. O que faz com que, como nos casos que nós tivemos aqui de briga de marido e mulher, a mulher sai enaltecida. Ela apanhou, o processo arquivou, é verdade, seja arquivado direto ou com uma cesta básica, mas ela saiu daqui enaltecida. Ela saiu daqui percebendo que ela teve a sua vez de manifestar. Então, eu acho que esse fortalecimento da vítima é um fator muito relevante para a solução do conflito. Por quê? Porque a vítima antes se sentia muito desprestigiada, ela talvez buscasse até uma justiça própria. O marido a agrediu no tapa, não deu em nada ou deu em uma coisa boba. Ela, então, no dia seguinte, pega uma faca e enfia na garganta do marido. Agora não. Ela sai daqui fortalecida, a ponto de chegar na casa dela e falar: “se acontecer de novo o juiz deixou muito claro lá. Que vai depender de mim” [...] Então, eu acho que essa valorização da vítima através da representação foi positiva.

Da mesma forma, outro magistrado também ressalta as vantagens da mudança que

---

deu à vítima o poder de processar o acusado, argumentando o seguinte:

Depende deles, não depende da justiça. Nós não temos como avaliar se a opção deles é boa ou é ruim. Às vezes, dar chance para o marido ou dar chance para a mulher significa que vai acontecer de novo. E acontece. Às vezes, eu ouvi pessoas aqui falar: “é a segunda vez que eu estou aqui, é a terceira vez que eu estou aqui. Na primeira eu dei uma chance, na segunda eu dei uma chance. Agora eu não acredito mais no meu marido ou não acredito mais na minha mulher. Agora eu não dou mais chance, eu quero que continue o caso”. Isso é um assunto comum aqui no Juizado. Essa disponibilidade da ação penal ficou para a parte, saiu do promotor e ficou para a vítima.

E este mesmo magistrado vai mais além ao afirmar que tal mudança permitiu não apenas que a vítima tenha garantido o seu direito quando decide pela punição do réu, mas também quando opta, por escolha própria, pela não-representação, por entender que é a melhor solução. Optando pela continuidade ou pelo arquivamento do processo sem punição, o importante, segundo o magistrado é que cabe à vítima decidir. Em alguns casos, com efeito, a opção de encerrar o processo sem punição poderia trazer mais benefícios do que a opção pela representação e pela punição. Ao apontar para essas vantagens, o juiz argumenta o seguinte:

É a vítima que vai ter que assumir a consequência da sua escolha: continuar ou não con-

---

tinuar, o que é melhor para ela [...] Ajudou até do ponto de vista da família. Porque você calcula como é que ficava o casal que briga e reconcilia. Ninguém quer que o outro seja condenado, mas assim mesmo a justiça condenava. E, se fosse o caso, punha na cadeia. Eles já estavam bem em casa, mas um era obrigado a sair para ser preso. Isso causava para eles uma sensação de dor no final no sentido de que a emoção do momento que levou a registrar uma determinada infração penal acabou sendo pior para eles do que qualquer outra coisa que eles tinham pensado. Se eles pensassem bem, eles não teriam registrado.

Como se vê, os juízes sempre argumentaram que dependia apenas do desejo da vítima – e não do sistema – dar continuidade ao litígio. Além disso, defendiam também a idéia de que a conciliação é a lógica da justiça ideal. Assim, pareceu-nos imprescindível caracterizar os Juizados Especiais Criminais também a partir da percepção dos magistrados, já que com a lei 9.099/95 eles passaram a ser os principais agentes também na justiça informal criminal. E, com isso, analisar a atuação desses agentes no atual contexto da nova legislação sobre violência doméstica.

Em síntese, com a Lei Maria da Penha acredita-se ter garantido maior proteção à mulher vítima de violência bem como maior punição aos seus agressores. Contudo, ainda não se têm elementos suficientes para avaliar o impacto desta nova legislação tanto para os

---

conflitos de gênero quanto para a dinâmica do Poder Judiciário. Esta breve reflexão pretendeu dar uma pequena contribuição para este debate, no sentido de oferecer uma avaliação da lei anterior e, assim, levantar alguns elementos que possibilitem uma análise comparativa entre o antes e o depois da atual legislação responsável pelo tratamento da violência doméstica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *Informalização da justiça e controle social: estudo sociológico da implantação dos juizados especiais criminais em Porto Alegre*. São Paulo: IB-CCRIM, 2000. 223 p. (Monografias, 13).

BLACK, Donald. *Sociological Justice*. New York: Oxford Univ.Press, 1989.

CAMPOS, Carmen Hein. *Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico*. Estudos Feministas. Florianópolis, 11(1): 336, 2003.

CHARTIER, Roger. *O Mundo como Representação*. *Estudos Avançados*, 11(5), 1991.

CORRÊA, Marisa. *Morte em Família*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DEBERT, Guita Grin. *A família e as novas políticas sociais no contexto brasileiro*. In-

---

terseções: Revista de Estudos Interdisciplinares, ano 3 n. 2, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2001.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A lei das pequenas causas e a disciplina da jurisdição*. Manual das Pequenas Causas. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 1986.

DORFMANN, Fernando Noal. *As Pequenas Causas no Judiciário*. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 1989.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 1998.

FAISTING, André Luiz. *O Dilema da Dupla Institucionalização do Poder Judiciário: o caso do Juizado Especial de Pequenas Causas*. In: Sadek, Maria Teresa (Org). *O Sistema de Justiça*. São Paulo: Editora Sumaré, 1999.

FARIA, José Eduardo. *Os Desafios do Judiciário*. Revista USP, 21, 1994.

FLORY, Thomas. *El Juez de Paz y El Jurado en El Brasil Imperial*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1986.

GARLAND, David. *Punishment and Modern Society: A Study in Social Theory*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

---

GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura. In: Giddens, A. e Turner, J. (Org.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GRINOVER, Ada Pelegrini. *Juizados Especiais Criminais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

HERKENHOFF, João Baptista. *Juizados para Causas Simples e Infrações Penais Menos Ofensivas*. São Paulo: Revista dos Tribunais. v. 708, 1994.

IZUMINO, Wânia Pasinato. *Delegacias de Defesa da Mulher: violência, gênero e acesso à Justiça em São Paulo, Brasil*. In: 2003 meeting of the Latin American Studies – LASA, Dallas, Texas, 27-29/03, 2003.

KOERNER, Andrei. *O Poder Judiciário na Constituição da República*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política da USP, 1992.

LEMPERT, Richard. *An Invitation to Law and Social Science: Desert, Disputes and Distribution*. New York: Longman, 1986.

---

MIRANDA ROSA, F.A. *Justiça de Paz: uma Instituição Desperdiçada*. Separata da Revista Jurisprudência do TJERJ. 20 (46): 18, 1981.

MORAES, Silvana. *Juizado Especial Cível*. São Paulo: Ed. Forense, 1998.

MUNIZ, Jacqueline. *Os direitos dos outros e os outros direitos: um estudo sobre a negociação de conflitos nas DEAMs/RJ*. In: SOARES, L.E. (Org). *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1996.

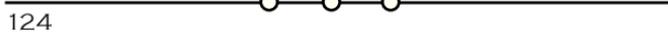
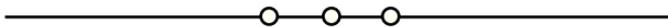
SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução à Sociologia da Administração da Justiça. Direito e Justiça: a função social do Judiciário*. In: FARIA, José Eduardo (Org.). São Paulo: Ática, 1989.

SCURO NETO, Pedro. *Manual de Sociologia Geral e Jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2000.

SUDNOW, David. *Normal crimes: sociological features of the penal code in a public defender office*. *Social Problems*. 12: 255-276, 1965.

TURNER, Victor. *O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura*. Tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes, 1974.

WATANABE, Kazuo (Org.) *Juizado Especial de Pequenas Causas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.



---

CAPÍTULO VI

CAMINHOS E DESCAMINHOS:  
A CRIAÇÃO DE ORGANISMOS  
DE PROTEÇÃO À MULHER

Odila Schwingel Lange  
*Mestre em História/UFGD*

INTRODUÇÃO

Este capítulo aborda a criação e a implementação de Políticas Públicas para as mulheres no município de Dourados, Mato Grosso do Sul, tratando mais especificamente sobre a existência de organismos de proteção à mulher, assim como a Delegacia da Mulher, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, o Centro de Atendimento “Viva Mulher”, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres e a Casa Abrigo. Do ponto de vista histórico, pretende-se mostrar que a Delegacia da Mulher foi criada e instalada em Dourados, no ano de 1986, um ano após ser criada, no Brasil, a primeira dessas delegacias no estado de São Paulo, durante o governo Franco Montoro. Do mesmo modo, constata-se que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher foi criado através da Lei 1.770, no ano de 1991. Levando-se em consideração o tempo de existência desses órgãos, questiona-se a eficácia dos mesmos no combate à violência contra a mulher.

---

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência contra a mulher, mais especificamente, a violência conjugal, não está suficientemente dimensionada e só agora começa a se tornar mais visível. Não se conhece ao certo a incidência desse fenômeno no país, principalmente, por falta de dados absolutos que forneçam um número mínimo de variáveis necessárias à análise técnica do conjunto.

Diversos estudos efetuados nessa área apontam para as grandes discussões que fecundaram o debate das feministas a partir dos anos 80. Um deles diz respeito à criação, dentro do aparelho do Estado, de órgãos voltados para a defesa dos direitos da mulher.

O ano de 1975 foi, sem dúvida nenhuma, um marco histórico para o movimento de mulheres no Brasil. Estávamos vivendo num regime político de exceção em quase toda a América Latina. Naquele ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu a Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, na cidade do México.

Mulheres de vários países, inclusive do Brasil, reuniram-se ali para discutir a situação da condição feminina. Foi instituída, então, a Década da Mulher (1975-1985), com a finalidade de amenizar as graves desigualdades com que a sociedade tratava homens e mulheres.

Nos anos 80, foram criados os SOS-Mulher, uma primeira tentativa de combate à vio-

---

lência contra a mulher, por meio da prestação de assistência jurídica e psicológica às mulheres vítimas de violência doméstica. Os SOS reuniam representantes de diferentes grupos feministas, ligados a variadas correntes ideológicas e posições políticas. O objetivo da entidade era estabelecer vínculos entre as militantes feministas e as mulheres vítimas de violência, visando prepará-las para o combate da violência através do feminismo.

Um momento importante, referente a essa incorporação das lutas feministas pelo poder público, ocorreu a partir de 1985 com a criação das delegacias especializadas no atendimento à mulher. As violências constantes contra a mulher – os maus tratos, estupro e assassinatos, muitas vezes praticados pelos próprios pais, companheiros ou maridos – passaram a ser denunciadas muito mais amplamente.

A criação dessas delegacias especializadas, cujo corpo profissional deveria ser composto exclusivamente por mulheres, ajudou a estimular as denúncias de agressão que as mulheres sofriam dentro de seu próprio lar.

Ainda no ano de 1985, no estado de São Paulo, por iniciativa do então secretário de Segurança Pública, Michel Temer, instaurou-se, no governo Franco Montoro, a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM), tendo como titular a delegada de polícia Rosemary Corrêa.

Com a promulgação da Lei Maria da Pen-

---

ha (Lei nº 11.340), sancionada pelo presidente Lula, em 7 de agosto de 2006, que altera o Código Penal e permite que os agressores sejam presos em flagrante, espera-se o fim da banalização da violência doméstica.

## CRIAÇÃO DA DELEGACIA DA MULHER EM DOURADOS-MS

Em Mato Grosso do Sul, a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) foi criada no governo de Ramez Tebet, em 1986, na cidade de Campo Grande, capital do Estado.

Esta pesquisa aponta que o movimento de mulheres em Dourados, apesar de acanhado, também reivindicava esse direito para a mulher douradense e existiam artigos publicados na imprensa que denunciavam a violência contra mulher, em Dourados.

No dia 22 de agosto de 1986, com a presença do secretário de Estado de Segurança Pública, Rui de Oliveira Ruiz, foi inaugurada a primeira Delegacia da Mulher, na cidade de Dourados, naquela época denominada de Unidade Policial de Atendimento à Mulher (UPAM)<sup>1</sup>. Nessa data, assumiu como titular a delegada de polícia Francisca Fátima Catanante, que já fazia parte do quadro efetivo da Secre-

---

<sup>1</sup> Ao contrário de Campo Grande, que desde o começo recebeu a denominação de Delegacia da Mulher, em Dourados iniciou com o nome de Unidade Policial de Atendimento à Mulher.

---

taria de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul. A Delegacia, localizada na rua Ciro Melo, 1.756, foi inaugurada com a presença de diversas autoridades, dentre elas a do bispo da igreja católica Dom Teodardo Leitz<sup>2</sup>. Entre os discursos, destaca-se o da delegada titular da DAM de Campo Grande, Zenóbia da Silva Pedrosa. Observou-se, no momento, que a solenidade de inauguração da Delegacia da Mulher, em Dourados, foi bastante prestigiada pela população e autoridades.

Embora a UPAM já estivesse instalada em Dourados há um ano, oficialmente a criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) deu-se através da Resolução/SSP/MS/Nº 124, de 20 de agosto de 1987.

Apesar da criação da Delegacia da Mulher no ano de 1987, passados 3 anos, a delegada Maria do Socorro não esconde sua frustração ao referir-se às condições de trabalho:

A equipe trabalha com muitas dificuldades: há somente uma viatura, 20 litros de combustível por dia e não há pessoas suficientes para se fazer um esquema de plantão, além da má remuneração 'estamos com os salários congelados desde agosto do ano passado e hoje uma agente não ganha mais do que cinco salários mínimos' - enfatiza Maria. (ENFOQUE, 17.08.1991, p.13).

---

<sup>2</sup> O destaque à presença do representante da Igreja Católica ao ato, deve-se ao fato de que esta Instituição sempre teve uma orientação pastoral conservadora aos olhos das feministas, por fundamentar sua ação no preceito de submissão da mulher ao homem.

---

Apesar de constituir-se num importante mecanismo de combate à violência, a DEAM de Dourados funcionou quase sempre precariamente, mudando diversas vezes de endereço e também dividindo o espaço físico com outras delegacias.

No ano de 1999, no governo de José Orcírio Miranda dos Santos (Zeca do PT), houve novamente um esforço para que esta Delegacia funcionasse com melhor estruturação, sendo reinaugurada, em novas instalações, localizada à rua Ciro Melo, 1.480, no dia 28 de maio, sendo a Delegada Titular Sônia Maria de Andrade, que já ocupava o cargo. A delegacia já vinha atendendo no mesmo prédio que a Delegacia de Atendimento à Infância e Juventude, localizada também na rua Ciro Melo, conforme palavras da própria delegada, na matéria veiculada na imprensa no dia da “inauguração” da nova Delegacia da Mulher.

Em 29 de maio de 1999, o Jornal Diário do Povo oferece ampla cobertura à inauguração da nova Delegacia especializada de Atendimento à Mulher com o título: “Gilda inaugura DEAM em Dourados”.

Nessa mesma reportagem, esse jornal deixa claro para a população douradense que as instalações da antiga delegacia ofereciam um atendimento precário, pois se encontravam completamente sucateadas por falta de recursos. Funcionava como “delegacia virtual”, uma vez que nem prédio próprio possuía, sendo ap-

---

enas um apêndice da Delegacia da Infância e da Juventude. Após a inauguração, a DEAM apresenta melhoria na infra-estrutura, recebeu nova viatura e tudo indica que a mulher será melhor atendida e terá maior segurança ao efetuar uma denúncia.

No ano de 2001, assumiu como titular da DEAM a delegada Andréia Alves Pereira que permaneceu até o ano de 2006. A partir dessa data, o cargo passa a ser ocupado pela delegada Magali Leite Cordeiro Pascoal Pascoal.

Passados 20 anos da instalação da Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM)<sup>3</sup>, em Dourados, pesquisas mostram que nos últimos anos, aumentou consideravelmente o número de mulheres que procuram a delegacia para registrar algum tipo de violência cometida por seus companheiros. Conforme a delegada responsável pela DEAM, Magali Pascoal, no ano de 2006 foram registrados 1.717 Boletins de Ocorrência.

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), criado pela Lei Municipal 1.170 de 17 de dezembro de 1.991, que foi alterada pela Lei Municipal 2.591 de 18 de

---

<sup>3</sup> A partir do ano de 2006, as delegacias da mulher passam a ter nova denominação.

---

julho de 2003, publicada no Diário Oficial do Município de Dourados, no dia 4 de agosto de 2003, é um órgão colegiado permanente com a finalidade de orientar, implementar e contribuir com as políticas públicas relativas aos direitos da mulher, objetivando assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania

O referido Conselho, apesar de ser um órgão independente, para fins de estruturação física e financeira está vinculado à Secretaria Municipal de Governo (SEGOV) e realiza suas reuniões ordinárias mensalmente em data a ser discutida na reunião de aprovação do planejamento anual, elaborado pela mesa diretora e submetido à apreciação e referendo da plenária. As reuniões extraordinárias são realizadas sempre que houver necessidade. Essas reuniões são abertas ao público e qualquer interessada/o pode participar.

As atribuições do CMDM são indicativas, deliberativas e fiscalizadoras, mas nem sempre são desenvolvidas, pois o referido colegiado não possui dotação orçamentária para qualquer tipo de despesa, ficando muitas de suas ações totalmente inviabilizadas.

Conforme o teor da lei, dentre as funções do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, encontra-se a fiscalização e a exigência do cumprimento de leis federais, estaduais e municipais que atendam aos interesses das mulheres e assegurem seus direitos, como também, acompanhem a elaboração e execução dos

---

programas municipais de governo em questões relativas à mulher. Mas, infelizmente, isto nem sempre acontece, já que este colegiado não possui serviço de apoio, pessoal técnico, sede fixa, telefone e nenhum tipo de estrutura que lhe possibilite executar tudo o que está previsto na lei.

As representantes do referido conselho e suas suplentes são indicadas pela entidade que representam e nomeadas pelo Prefeito Municipal, por meio de Decreto, com mandato de dois anos. A função de conselheira não é remunerada, mas é considerada de serviço relevante.

O CMDM é constituído por 14 membros, representantes de entidade governamentais e não governamentais.

Podemos afirmar que foi somente após sua reestruturação e posse das conselheiras, que ocorreu em novembro de 2003, que este colegiado passou a ter um pouco de visibilidade com arquivos de documentos e ações desenvolvidas.

A partir do ano de 2004, este conselho, juntamente com a Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres, começa a desenvolver algumas ações de acompanhamento aos direitos da mulher, campanhas educativas e preventivas, palestras, seminários, conferências etc. Em 2004, este colegiado foi representado na I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, realizada pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, em Brasília, pela conselheira Odila Schwingel Lange. Nessa oca-

---

sião, foi aprovado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

### CASA ABRIGO: UMA DIFÍCIL CONQUISTA

Dentre as políticas públicas de atendimento à mulher vítima de violência, podemos afirmar que a Casa Abrigo constitui-se numa das mais importantes. A história sinaliza que várias mulheres agredidas permanecem no lar porque não tinham para onde ir e, muitas vezes, eram forçadas a retirarem a queixa mediante ameaças de seus companheiros. Por isso, a mulher espancada precisa ser retirada do lar, no qual está sendo agredida, até que se resolva sua situação, pois corre o risco de ser assassinada pelo parceiro/agressor.

A Casa Abrigo deve constituir-se num local de referência para proporcionar segurança, resgatar a auto-estima e assegurar a integridade física das mulheres em situação de risco de morte iminente, pois uma das principais dificuldades para um atendimento eficaz às mulheres em situação de violência é não ter para onde encaminhá-las, quando se encontram em situação de risco de morte. Assim, muitas mulheres, por não possuírem parentes que possam abrigá-las, fogem para outras cidades, onde, não arrumando emprego para seu sustento e de sua prole, acabam na marginalidade.

Nesse sentido, a luta pela criação da Casa Abrigo em Dourados é uma reivindicação an-

---

tiga e envolve, além do Movimento Popular de Mulheres, outras entidades ligadas à questão da mulher e/ou que militam em prol dos Direitos Humanos.

Apesar de ser um anseio das mulheres agredidas e fazer parte de um projeto antigo de todos aqueles e aquelas que lutam em defesa dos direitos da mulher e de ter sido alvo de muitas promessas políticas, a Casa Abrigo em Dourados só foi construída no ano de 2002. O prédio, por muito tempo, ficou sem ser usado efetivamente, sendo depredado por vândalos e desocupados. Foi somente no final do ano de 2006 que o Estado de Mato Grosso do Sul e o município de Dourados celebraram convênio para efetivar o seu funcionamento.

A Casa Abrigo terá amplitude regional, pois atenderá não somente às mulheres da cidade de Dourados, mas também às mulheres de municípios circunvizinhos. Além de a proteção imediata à vida, oferecerá outros serviços, como acompanhamento psicológico, social e jurídico às mulheres e aos seus/as filhos/as, visando assegurar-lhes o direito à cidadania.

Encontra-se esta Casa Abrigo já com o quadro de pessoal capacitado e com o Regimento Interno elaborado. Contudo, ainda não está recebendo as mulheres vítimas de violência, por falta de policiamento que proporcione a devida segurança às internas e ao pessoal de apoio.

---

COORDENADORIA ESPECIAL DE  
POLÍTICAS PARA AS MULHERES

No ano de 2004, através da Lei 2.726, que dispõe sobre a reorganização administrativa da Prefeitura Municipal de Dourados, cria-se, nesse município, um órgão específico de atendimento à mulher cuja finalidade é

I – a formulação, o assessoramento e o monitoramento do desenvolvimento e implementação de políticas voltadas para a valorização e a promoção da população feminina;

II – a proposição, o monitoramento e a coordenação da execução de políticas específicas para a mulher nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte, lazer, trabalho, prevenção e combate à violência, em articulação com os movimentos organizados da sociedade civil e órgãos públicos federais, estaduais e de outros municípios. (DOURADOS, Lei nº 2.726 de 28 de dezembro de 2004).

A Prefeitura Municipal de Dourados, através da Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres, em parceria com entidades não-governamentais, busca implantar políticas importantes para favorecer as mulheres douradenses e dar apoio à luta por igualdade de direitos, respeito e dignidade.

Por meio do Decreto nº 3.490, de 29 de Abril de 2005, é designada a Prof<sup>a</sup> Zonir Freitas Tetila como responsável pela Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão ligado diretamente ao Gabinete do Prefeito,

---

cuja função será exercida sem qualquer tipo de remuneração por parte da municipalidade.

Assim, com a criação dessa Coordenadoria, Dourados passa a ser o primeiro município a dispor desse serviço, uma vez que, até esta data, existia apenas a Coordenadoria Estadual.

A Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres tem efetivado ações de empoderamento das mulheres através de políticas de valorização da mulher inserindo-a nos programas de geração de emprego e renda.

#### CENTRO DE ATENDIMENTO “VIVA MULHER”

O Centro de Atendimento à mulher vítima de violência (“Viva Mulher”) foi inaugurado no dia 27 de novembro de 2001, mediante uma parceria entre o governo do Estado de Mato Grosso do Sul e a Prefeitura Municipal de Dourados.

Trata-se do primeiro centro de atendimento a mulheres vítimas de violência da região Sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Tem como finalidade atender, informar, orientar e solucionar os problemas dessas mulheres, encaminhando-as para as demais instituições governamentais e/ou não governamentais afins.

Além de os atendimentos individuais diários, o “Viva Mulher”, juntamente com as Coordenadorias Especiais de Políticas Públicas para as Mulheres do Governo do Estado e da

---

Prefeitura Municipal de Dourados, desenvolve várias atividades que visam à prevenção, à orientação e ao combate à violência doméstica, esclarecendo dúvidas sobre os direitos da Mulher e divulgando os programas que fazem parte da Rede de atendimentos.

O Centro oferece o atendimento na área de assistência social, psicológica e jurídica, além de encaminhar as mulheres para outros programas quando se fizer necessário.

Com o apoio da Coordenação Especial de Políticas para a Mulher do Município e do Estado, existe uma parceria de órgãos como a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), a Defensoria Pública, o Programa Sentinela, o Conselho Tutelar, a Casa da Acolhida (casa de passagem) e os vários programas, como Malharias Comunitárias, Hortas Populares, Bolsa Escola, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil entre outros.

O Centro “Viva Mulher” também trabalha em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária, que viabiliza através de convênios a presença de estagiárias(os) de Universidades públicas e/ou privadas, das áreas de Direito, Psicologia e Assistência Social. Além disso, também proporcionam a inserção de mulheres em diferentes cursos de capacitação e em grupos de geração de renda.

Em parceria com a Secretaria Municipal

---

de Educação, são ministradas palestras para crianças e adolescentes, professoras (es) de diferentes séries escolares e população de maneira geral.

Através da Secretaria Municipal de Saúde, é proporcionada a aproximação com os (as) Agentes Comunitárias(os) de Saúde e por meio delas (es), isso possibilita maior informação sobre o atendimento oferecido pelo “Viva Mulher” às mulheres residentes nos bairros mais afastados da cidade.

Para bem cumprir a missão para a qual foi criado, o Centro “Viva Mulher” estabeleceu várias parcerias com diversas instituições não-governamentais, como Alcoólicos Anônimos, tornando-se porta de entrada para agressores que buscam se recuperar do alcoolismo; Pastoral da Criança, orientando as mulheres sobre alimentação alternativa, e ministrando palestras de prevenção em universidades públicas e/ou privadas.

Para ter-se uma idéia do trabalho efetivado pelo Centro de Atendimento “Viva Mulher”, durante o ano de 2005 foram atendidas 2.019 mulheres que necessitavam de ajuda.

Enfim, Dourados está procurando encontrar o caminho no qual homens e mulheres possam conviver harmoniosamente para a construção de uma sociedade de justiça e paz.

---

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006  
DOURADOS. Lei nº 2.726 de 28 de dezembro  
de 2004.

\_\_\_\_\_. Lei nº2.591 de 18 de julho de 2003.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.260 de 29 de outubro de  
2003.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.490 de 29 de abril de  
2005.

ESTUPRO na reserva indígena “assusta” del-  
egacia feminina. *O enfoque*. Dourados 4 mai.  
1991, p.11.

LANGE, Odila Schwingel. *Violência domés-  
tica – cicatrizes da alma: um histórico geral da  
luta das mulheres e o emprego da força contra  
a mulher na vida conjugal na cidade de Doura-  
dos/MS: 1986-2000*. Dissertação (Mestrado em  
História) - UFMS, CPDO, 2004.

---

CAPÍTULO VII

MULHERES DO PASSADO

Maria Teresa Garritano Dourado

*Faculdade de Ciências*

*Administrativas de Ponta Porã*

*Doutoranda em História Social/USP*

A imagem tradicional que se tem da História do Brasil contada nos livros escolares é a do herói, projetando unicamente vultos masculinos e que com raras exceções aparece uma figura feminina. Tendo em vista que a História é sempre contada do ponto de vista do dominador -o homem branco- quase nenhuma mulher consta nos livros oficiais. O registro da presença feminina e os destaques que a ela poderiam ser dados tornam-se uma raridade, pois só aos homens cabiam os papéis principais, tornando escasso o vestígio acerca do passado das mulheres que nunca apareciam como elemento que teve alguma importância na construção do país. Vale a pena reproduzir o que escreveu, a propósito, Michele Perrot:

O ofício do historiador é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculino, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou “mental”, ela fala do Homem em geral, tão assexuado como a Humanidade. (PERROT, 1988, p. 185).

---

Revedo o passado, descobrimos mulheres fantásticas, que transformaram a sociedade, mas não tiveram seu papel devidamente reconhecido nos registros históricos. Este trabalho tem como objetivo revelar o lado oculto da história oficial e resgatar o papel dessas mulheres na construção do Brasil, para que sejam inseridas no contexto histórico, buscando um futuro igualitário, com o papel da mulher reconhecido.

Em 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre lançaram o periódico *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, que sobrevive ainda hoje com o título *Annales: Histoire, Sciences Sociales*. Em contraposição a uma história positivista exclusivamente preocupada com o domínio público, observa-se, na década de 1930, a relevância do grupo dos *Annales*, representados por Bloch e Febvre, que trabalharam incansavelmente em defesa de uma “história ampla e mais humana”, concretos, e para a trama de seu cotidiano, em vez de se aterem a uma racionalidade universal. Embora as mulheres não tivessem sido logo incorporadas à historiografia dos *Annales* estes contribuíram para que isto se concretizasse nas décadas seguintes. O marxismo considerou secundário a problemática que opõe homens e mulheres. Essa contradição se resolveria com o fim da contradição principal: a instauração da sociedade sem classes. Não se justificava, portanto, uma atenção especial do historiador para a questão feminista.

---

Contudo, a historiografia das últimas décadas tem favorecido a história das mulheres, uma vez que vem se voltando para os grupos excluídos da memória histórica, os marginalizados do poder, sobre os quais pairou-se um sistemático esquecimento quanto à sua vida e ao seu cotidiano ao longo da história. Assim, a pesquisa sobre as mulheres tem se firmado, cada vez mais, como um objeto fundamental, na busca da compreensão do gênero humano (SOIHET, 1997, p. 275). A onda do movimento feminista, ocorrida a partir dos anos 60, contribuiu para o surgimento da história das mulheres, com a “Nova História”, ampliando áreas de investigação e favorecendo a expansão da história das mentalidades e da história cultural, voltando-se, por exemplo, para a abordagem de “outras histórias” (MATOS, 2002, p. 21). Ampliando o saber histórico e possibilitando o estudo do cotidiano, inaugura, então, uma conjuntura mais aberta sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos: prostitutas, operários, velhos, pobres, entre outros (BRAUDEL, 1980, p. 10). Os objetos de investigação histórica multiplicam-se, e, nesse contexto, os historiadores passam a buscar, com maior intensidade, testemunhos sobre as mulheres, enfrentando o desafio da invisibilidade e colocando-as na condição de objeto e sujeito da história. Apóiam-se em outras disciplinas, tais como a literatura, a lingüística, a psicanálise, e, principalmente, a antropologia, com o intuito

---

de desvendar as diversas dimensões desse objeto. Desse modo, a interdisciplinaridade, uma prática enfatizada nos últimos tempos pelos profissionais de história, assume importância crescente nos estudos sobre as mulheres (SILVA, 1992, p. 51). Importantes contribuições são dadas pelos estudos de Michel Foucault com a Ordem do Discurso, quando analisa a existência de procedimentos de exclusão numa sociedade (FOUCAULT, 1996, p. 26).

Quem não se lembra de Caramuru, o naufrago português que chegou às costas da Bahia em 1510? Aceita-se que “Diogo Álvares Corrêa” seja lembrado, em geral pelo apelido que ganhou dos índios e pelo fato de ter casado com Moema, uma das filhas de um chefe tupinambá. Mas não há registro sobre Madalena Caramuru, filha de Corrêa, que fez história na Bahia no séc. XVI. Alguns historiadores, como Gastão Penalva e Francisco Adolfo Varnhagen, atestam que ela foi a primeira mulher brasileira a saber ler e escrever, numa época em que na Europa o analfabetismo era uma das marcas do universo feminino. É importante registrar que Madalena casou-se com Afonso Rodrigues, natural de Óbidos (Portugal), em 1534, na Bahia. Segundo Varnhagen, esse casamento foi registrado em uma inscrição gravada na Igreja da Vitória. Gastão Penalva atribui a Afonso o ingresso de Madalena ao mundo das letras. Esse autor transcreve em sua obra uma carta que teria sido escrita por ela, em 1561, ao bispo

---

de Salvador, pedindo que as crianças escravas, “que se vêem separadas dos pais cativos, sem conhecerem Deus, sem falarem a nossa língua e reduzidos a esqueletos”, fossem salvos dos maus tratos (PENALVA, 1933, p. 43). Na carta oferecia-se a quantia de 30 peças para o resgate das “pobres crianças”, que não tinham forças para o trabalho. “Hoje pode parecer pouco, mas naquela época era muita coisa”, argumenta a pedagoga Schuma Schumacher, que coordenou junto com Érico Vital Brazil, um trabalho inédito de resgate e divulgação da participação das mulheres na formação e desenvolvimento do Brasil, pretendendo dar visibilidade à atuação, ao saber, à fala e ao olhar feminino na história do país. O compromisso é com a tentativa de recuperar a trajetória das brasileiras que, como muitas outras do mundo afora, ainda estão escondidas atrás dos panos. Paralelo às comemorações dos cinco séculos da chegada dos portugueses ao país, o projeto dirigido por Schuma e Érico, “Mulher: 500 anos atrás dos panos”, trouxe à tona a história de brasileiras fantásticas, que influíram na sociedade, mas não tiveram seu papel devidamente reconhecido nos registros históricos:

A carta atribuída a Madalena Caramuru perdura no tempo como uma construção historiográfica que busca resgatar o papel das mulheres na sociedade luso-brasileira. Madalena Caramuru representa uma notória exceção ao papel vigente na antiga sociedade colonial, em que

---

as mulheres eram mantidas completamente alijadas dos bens culturais (SCHUMAHER , 2000, p. 359).

A preocupação com temáticas e grupos sociais até então excluídos é relativamente recente na História do Brasil e, consolidou-se conquistando novos espaços, obtidos pelo esforço de inúmeras mulheres que se engajaram em movimentos de afirmação de direitos. As mulheres tiveram um desempenho fundamental na formação da nação desde a época das Capitânicas Hereditárias, denominação dada ao sistema de colonização operado pelo governo português ao dividir o território brasileiro em determinado número de lotes de terra e entregue aos súditos com título de capitão-mor. Vale lembrar que uma dessas capitânicas, a de São Vicente, durante dez anos foi administrada por Ana Pimentel, casada com Martim Afonso de Souza, que veio para o Brasil comandando uma armada real para tomar posse definitiva do território em nome do rei. Sua viagem ao Brasil durou cerca de três anos e, ao voltar a Portugal, por ter aceitado o cargo de capitão-mor da armada da Índia, deixou sua mulher como administradora da capitania através de uma procuração datada de três de março de 1534. Ana providenciou o cultivo de laranja na capitania, trazendo mudas de Portugal, de modo a combater o escorbuto – doença provocada pela falta de vitamina C – que atacava os navegantes durante a travessia

---

do Oceano Atlântico. Também se atribui a ela a introdução do cultivo de arroz, do trigo e da criação de gado na região. No entanto, o papel de Ana Pimentel na administração da capitania não mereceu da história oficial o reconhecimento devido, os livros de história lembram apenas de seu marido dando-lhe grande importância na construção de Brasil Colonial. O reconhecimento do desempenho administrativo de Ana aparece no discurso de posse do sociólogo Gilberto Freire, na Academia Pernambucana de Letras, em 11 de novembro de 1986, assim a desta:

Não é preciso desmerecer-se o desempenho em São Vicente, de Martim Afonso de Souza e da esposa ilustre para louvar-se rasgadamente o de Duarte Coelho e de Dona Brites em Pernambuco. Foram desempenhos, igualmente, pioneiros e consagradores dos casais que os praticaram com a melhor das bravuras, o maior dos destemores, o mais belo dos ânimos construtivos (SCHUMAHER, 2000, p. 64).

Ainda no século XVI, um outro casal a ser lembrado foi no Rio de Janeiro que escapou do ataque de corsários franceses por causa de Inês de Souza, que era casada com o governador Salvador Correia de Sá, o episódio se deu durante o seu segundo governo (1578-98). Quando os homens do então povoado estavam em expedição pelo interior para exploração e apresamento de índios, três navios franceses

---

entraram na baía de Guanabara, com a intenção de saquear a população. Os corsários, porém, não chegaram a desembarcar, graças ao ardil planejado por Dona Inês que pediu as mulheres, os idosos e as crianças vestissem armaduras e simulassem exercícios bélicos na praia. Dos seus navios, os franceses acreditaram estar diante de numerosos e experimentados guerreiros e simplesmente desistiram do ataque, se contentando em extrair lotes de pau-brasil do litoral (CARVALHO, 1994, p. 25). É importante destacar que essas mulheres que foram vistas e mencionadas pelos memorialistas, que tiveram direitos a nomes e sobrenomes, destacavam-se individualmente por serem casadas com homens de projeção na época.

Mas a História das Mulheres não se limita à trajetória das heroínas brancas, casadas com homens da elite e nascidas das melhores famílias, que deveriam ter mais possibilidade de superar as barreiras e os preconceitos do seu tempo. É também preciso que se recupere a história das mulheres simples do povo, sem família e sem sobrenome e por isso mesmo muito mais ocultas pela historiografia. Em Vila Rica de Ouro Preto, em Minas Gerais, cabe destacar uma escrava famosa que pertencia ao sacristão Diogo Pereira, Narcisa Ribeiro. Vasculhando a papelada da época, os historiadores descobriram que Narcisa incomodava profundamente os senhores da antiga Vila Rica, “bem tratada com saias de camelo e chinelas como

---

se fosse senhora”. Os autos do processo de devassa, entre 1748 e 1749, movido contra Narcisa Ribeiro afirmam também que ela não costumava ouvir missa, “ao mesmo tempo em que têm vestidos e está rindo e folgando” (SOUZA, 1986, p. 60). A condenação às atitudes de Narcisa Ribeiro se explica pelos altos preços da comida e das vestimentas nos núcleos urbanos, extremamente pobres, que viviam à margem da suposta opulência de uma sociedade colonial e por um marcante contingente de desclassificados coloniais.

Ainda em Minas Gerais, outra negra, Luciana Teixeira, incomoda tanto o povoado em que morava – Itira, no vale do Jequitinhonha – que acaba expulsa pelo pároco local, no começo do séc. XIX. Afastada do convívio da sociedade, Luciana, que era prostituta, decidiu construir uma casa em um local distante e ermo, para onde levou outras meninas. O sucesso do empreendimento boêmio foi tão grande que um povoado começou a se formar em torno dele, dando origem à cidade mineira de Araçuaí, onde Luciana Teixeira hoje é nome de rua. (SCHUMACHER, 2000, p. 342). Essas duas escravas conseguiram, com os poucos meios de que dispunham, contornar a opressão social a elas imposta por suas condições de mulheres negras, contribuindo de forma decisiva para a economia e sociedade no Brasil colonial.

---

Entre essas heroínas, cite-se, por exemplo, a escrava Adelina, que viveu no começo do séc. XIX em São Luís do Maranhão e integrava uma sociedade abolicionista. Por ser filha bastarda de seu senhor, tinha algumas regalias e tratamento diferenciado dos demais escravos. Adelina ao completar dezessete anos não viu cumprida a promessa de libertação feita pelo pai, que ao empobrecer passou a fabricar charutos, sendo Adelina encarregada das vendas. Na convivência direta com a população, assistia a numerosos comícios abolicionistas promovidos pelos estudantes. Em sua peregrinação por São Luís, procurava parar sempre no Largo do Carmo, onde estudantes do Liceu eram seus fregueses e onde tinha a possibilidade de assistir numerosos comícios abolicionistas promovidos pelos estudantes nas escadarias da escola. Adelina, que sabia ler e escrever, acaba descobrindo os planos de perseguição aos escravos que haviam fugido e atrapalha sua execução, antecipando os detalhes dessas buscas aos abolicionistas (MOTT, 1988, p. 75).

Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), a região de Mato Grosso (uno) em sua vasta extensão fronteiriça, ainda não demarcada, sofreu por estar diretamente envolvida na invasão das tropas paraguaias, embora não fosse o principal palco das batalhas. Moradores de povoados como Corumbá, Albuquerque, Coimbra, Colônia Militar dos Dourados,

---

Miranda, Nioaque, como também tantas fazendas que constituíam povoados, permaneceram sob fogo cruzado, sofrendo as conseqüências de uma guerra e do total abandono de forças imperiais. Mortes, prisões, estupros foram tácticas imediatas das forças paraguaias. Ao longo de toda a Guerra, pouquíssimas mulheres tornaram-se visíveis. Devido aos seus feitos heróicos, duas delas, mulheres simples do povo, Aninha Gangalha e Maria Fuzil, tiveram seus nomes registrados, quando, se aproveitando da escuridão da noite, desceram até o rio, em busca de água para os defensores do Forte de Coimbra (BENTO, 1975, p. 11). Em Episódios Militares, o general-de-brigada Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel menciona duas mulheres que o impressionaram: a gaúcha Florisbela e a pernambucana Maria Francisca da Conceição, a Maria Curupaiti. Florisbela, sobre quem não se conhece o nome completo nem a família, engajou-se no conflito no Rio Grande do Sul, acompanhando o marido, que pertencia ao 29º Corpo de Voluntários da Pátria, envolvia-se em lutas pegando a carabina do primeiro homem que caía ferido e sustentava o combate até o final da luta. Além disso, ajudava nos hospitais de sangue. Maria Curupaiti, a esposa de um cabo de esquadra, lutava ao lado dos homens sempre vestida de soldado (PIMENTEL, 1978: 62). Seu marido morreu no assalto a Curuzu, mas Maria continuou combatendo junto às tropas

---

brasileiras. Na batalha de Curupaiti foi atingida pela espada de um paraguaio e, só no hospital ficaram sabendo que o bravo soldado, baixo e franzino, era uma mulher. Daí por diante, passou a ser chamada Maria Curupaiti, respeitada pelos colegas de farda. Terminada a guerra, Maria veio morar no Rio de Janeiro, onde morreu, pobre e sem assistência (CAMPOS, 1917, p. 95).

Outra mulher de origem humilde que obteve destaque foi Jovita Alves Feitosa, a sargenta Jovita. Em resposta a campanha veiculada pela imprensa conclamando os jovens “a servir ao Brasil”, apresentou-se incógnita ao Exército, aos 17 anos, vestida de homem e com os cabelos cortados. Mas logo foi descoberta, virou notícia e a sua história ganhou as páginas dos jornais e se tornou um dos mais conhecidos casos de alistamento de voluntários da pátria. O Jornal do Comércio, além de utilizar a imagem de Jovita como elemento de propaganda para a guerra, também comercializava os seus retratos:

Annuncios

Retrato da Voluntária da Pátria Jovita

Vende-se hoje e também se distribue grátis aos assignantes da Revista Fluminense e a quem assignar desde o 1º número deste periódico; na Rua de Santo Antonio nº26 A, typographia dos Srs. Brito & Irmão (MATOS, 2001, p. 40).

---

Na época, começaram a surgir, reportagens sobre a jovem voluntária, que rompeu com os padrões estabelecidos para uma época em que a mulher desempenhava apenas funções domésticas e permanecia à margem das regras impostas pela sociedade patriarcal. Sua figura despertou polêmica, nas quais uns defendiam a imagem da mulher soldado e outros a criticavam. Alfredo D'Escragnolle Taunay chegou a comentar o fato com um misto de preconceito e ironia: “Chegaram os retratos do Viegas, o meu antigo inspetor, e da interessante Jovita que me pareceu muito engraçada nos seus trajes de primeira sargenta” (TAUNAY, 1944, p. 119). Não se conhece toda a trajetória de Jovita, após o alistamento nem as circunstâncias de sua morte, em 1867.

Também na Guerra do Paraguai (1864-1870), senhoras casadas com homens de projeção na época foram mais visualizadas pela historiografia, como, Ana Justina Ferreira Néri, a “Mãe dos Brasileiros”, única conhecida nacionalmente, viúva de um oficial da marinha, mãe corajosa, fiel e abnegada, precursora da enfermagem no Brasil, acompanhou os filhos combatentes na Guerra adquirindo experiência como enfermeira junto às Irmãs de Caridade São Vicente de Paula, no Rio Grande do Sul e em Salto na Argentina. Foi presenteada, em 6 de maio de 1870, por uma comissão de senhoras baianas residentes na capital, com uma

---

coroa de ouro onde estava gravado “à heroína da caridade, as baianas agradecidas” (LEMOS, 199, p. 121). Também Ludovina Portocarrero, casada com o comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai, o Tenente Coronel Hermenegildo de A. Portocarrero, ganhou o direito ao nome, sobrenome e título, celebrizou-se ao lado do marido, quando da resistência da guarnição do Forte de Coimbra à invasão paraguaia: liderou um grupo de 70 mulheres que passaram uma noite inteira fabricando cartuchos para a infantaria, com pedaços de tecidos rasgados de suas roupas. Em comemoração ao bicentenário deste fato, um escritor militar se refere a ela: “Hoje uma das grandes heroínas brasileiras, além do símbolo de valor, patriotismo, abnegação e espírito de sacrifício da esposa de militar brasileiro” (BENTO, 1975, p. 11).

Rosa Maria Paulina da Fonseca, senhora alagoana, mãe do primeiro presidente da República do Brasil, é considerada heroína pelos historiadores porque ofertou seus sete filhos para a Guerra do Paraguai, foram todos combatentes, dois morreram em 1866 na Batalha de Curupaiti e outro na Batalha de Itororó, em 1868. A *Semana Ilustrada* publicou um soneto de D. Rosa em homenagem aos futuros heróis da guerra, que vinha acompanhado de uma ilustração dela com os sete filhos:

Cala-te amor de mãe! Quando o inimigo  
Pisa da nossa terra o chão sagrado

---

Amor de pátria, vívido, elevado,  
Só tu na solidão serás comigo!  
O dever é maior que o perigo;  
Pede-te a pátria, cidadão honrado,  
Vai, meu filho, e na lides do soldado  
Minha lembrança viverá contigo! (CERQUEIRA, 1929, p. 74)

Uma das raras mulheres mato-grossenses do passado, de quem ouvimos falar quando é lembrado o episódio Guerra do Paraguai foi Rafaela Senhorinha Maria da Conceição Barbosa, mais conhecida como Dona Senhorinha, casada com um guia do Exército Brasileiro José Francisco Lopez Lopes, imortalizado por Alfredo Taunay em “A Retirada da Laguna”. Moradora da região fronteira ainda em litígio, lutando pela terra e enfrentando todos os tipos de adversidades impostas por uma situação pioneira, viveu em um contexto de opressão e em eterna luta pela sobrevivência. Presa duas vezes por tropas paraguaias, conseguiu sobreviver e ser resgatada pelo Exército Brasileiro sob o comando do Brigadeiro Câmara, no Distrito de Conceição, junto com 146 pessoas em sua maioria mulheres e crianças, doentes, desnutridos, sem comidas, roupas e sapatos (DOURADO, 2005, p. 60).

É necessário que se conheça a história das mulheres do passado, que se dê vida a esse tema, que se enfatizem a complexidade e a diversidade da experiência vivenciada por elas e que se criem espaços para que elas sejam

---

“ouvidas” com respeito e sejam inseridas no contexto histórico, essencialmente masculino, no qual, quase sempre, foram vistas pela historiografia tradicional submissas e dóceis, que as apresentava apenas como “bordando bandeiras, cuidando dos enfermos e doando suas jóias”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Cláudio Moreira. *Bicentenário do Forte de Coimbra*. O Estado de São Paulo. São Paulo, 13 ago. 1975.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo*. Lisboa: Cosmos, 1980.

CAMPOS, Carlos Augusto. *As heroínas do Brasil: perfis biográficos da história militar do Brasil*. São Paulo: São Paulo, 1917.

CARVALHO, Delgado de. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1994.

CERQUEIRA, Evangelista de Castro Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1929.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres*

---

*comuns, senhoras respeitáveis a presença feminina na Guerra do Paraguai.* Campo Grande, MS: UFMS, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Colégio de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.* Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

LEMONS, Renato. *Benjamin Constant: Vida e História.* Rio de Janeiro: Top Books, 1999.

MATOS, Kelma. *Jovita Feitosa.* Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho.* Bauru: EDUSC, 2002.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e Resistência: a mulher na luta contra a escravidão.* São Paulo: Contexto, 1988.

PENALVA, Gastão. *Mulheres: história e fantasia.* Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.* Tradução de Denise Bottmann. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

---

PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo. *Episódios Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, Maria Odila Leite da. *Uma questão de gênero*. In: “*Teoria e Método dos Estudos Feministas*. Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano”. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.

SOIHET, Raquel. *História das Mulheres*. In: *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Org. por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Campus: 1997.

SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil*, vol.1: Cotidiano e Vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

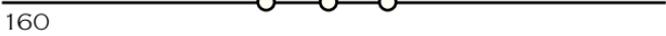
\_\_\_\_\_. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no séc. XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

TAUNAY, Afonso. *Cartas de Campanha de*

---

*Matto Grosso*: 1865 a 1866. Rio de Janeiro:  
Editora Biblioteca Militar, 1944.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *História geral do Brasil*: antes de sua separação e Independência de Portugal. São Paulo: Melhoramentos, 1924.



---

CAPÍTULO VIII

MUJERES PROVEEDORAS  
Y LA RES PÚBLICA  
EN EL PARAGUAY

Graciela Chamorro

*Universidade Federal da Grande Dourados*

*Doutora em Teologia*

*Doutora em Antropologia*

Me gustaría apuntar, en este texto, dos formas de pervivencia de las “mujeres poderosas” de la “guerra grande” en el imaginario paraguayo. Deseo también interferir en el “consenso” creado por ese imaginario, usando el criterio “justicia de género”, a la vez de señalar cómo muchas mujeres paraguayas han luchado para contrarrestar y suplantar el discurso oficial, que prima por esconder la realidad social de las mujeres, bajo un manto de armonía y heroísmo. El trabajo arranca de los estudios realizados por la historiadora alemana Barbara Potthast y de la forma como yo misma he percibido el Paraguay, mi país de origen.

DOS CITAS

Recurro inicialmente a dos citas que pueden ayudar a situar el tema en dos momentos de la historia del Paraguay. La primera es del presbítero Francisco de Andrada, quien en 1545 escribió al Consejo Real de las Indias sobre las indígenas del Paraguay de esta manera:

---

“Hallamos en esta tierra una maldita costumbre que las mujeres son las que siembran y cogen [...] fue forzado tomar cada cristiano indias de estas tierras para que les hiciesen de comer [...] los cristianos han habido de ellas hijos en tanta cantidad que hay en esta ciudad quinientas criaturas o más hijos de cristianos y de indias cristianas<sup>1</sup>.” El hecho fue registrado en muchas otras crónicas<sup>2</sup> y Paraguay llegó a recibir el epíteto de “Paraíso de Mahoma”, pues eran tantas las mujeres indígenas que cada uno de los pocos europeos tomaban para su satisfacción y servicio.

La segunda cita es de J. B. Rusch, un viajero alemán que visitó el Paraguay a inicios del siglo XX. Yo la tomo de la introducción del libro de Bárbara Potthast<sup>3</sup>, sobre el rol de la familia en la sociedad paraguaya del siglo XIX. La crónica dice lo siguiente:

La mujer gobierna en el pueblo paraguayo de las capas bajas. [...] Son todas amazonas, que actúan con una libertad e inteligencia masculina, que fuman sus cigarros fuertes de tipo Brissago<sup>4</sup> y dan órdenes a los hombres. No hay que olvidar que esta clase de mujeres robustas y laboriosas, sin cuyo régimen energético los par-

---

<sup>1</sup> *Documentos históricos y geográficos relativos a la conquista y colonización rioplatense*, Tomo II, Buenos Aires, 1941, p. 417.

<sup>2</sup> Aunque muchos religiosos hacían vista gruesa de esas uniones, otros se pronunciaron contra el hecho, por juzgarla “inmoral”. La verdadera razón de la conveniencia de los misioneros habrá sido, sin embargo, económica. Sin las mujeres, no hubiera sido posible la sobrevivencia física de los conquistadores.

<sup>3</sup> Bárbara Potthast. “*Paraíso de Mahoma*” o “*País de las Mujeres*”? Asunción, Instituto Cultural Paraguayo-Alemán, 1996, p. 11-12.

<sup>4</sup> Es un tipo de cigarro fabricado en Brissago - Suiza.

---

aguayos seguirían siendo un pueblo bastante abandonado, surgió de los terribles años sesenta y setenta del siglo pasado, cuando toda la población masculina del país prácticamente estaba aniquilada. Aquel tiempo creó este tipo de amazonas, que una vez allí, ya no ha permitido más la preponderancia del hombre. El hombre no vale nada en familia, nada en los negocios, la mujer sólo le permite actuar como ciudadano, discutiendo los asuntos del país, y la política es la única ocupación del paraguayo que lo vuelve impulsivo y apasionado. Incluso parece que estas mujeres extrañas no quieren otra cosa, prefieren que sus hombres sean algo cómodos e incluso bastante reservados frente al trabajo. Parece que ellas se sienten más seguras en su rol como hombres.

Con esa cita, la autora introduce un otro epíteto, el “País de las Mujeres”, por el cual Paraguay era conocido en Europa, después de la Guerra (1864-1870) de la Triple Alianza<sup>5</sup>, perdida para Argentina, Brasil y Uruguay.

Esas citas remiten a dos momentos históricos fundantes de la sociedad paraguaya, en los cuales fue esencial la actuación productiva y reproductiva de las mujeres. Sus brazos

---

<sup>5</sup> Como es sabido, la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870) fue el más sangriento conflicto de la historia latinoamericana póst-colonial.

<sup>6</sup> Que la conquista americana no se hubiera hecho sin los órganos sexuales de la mujer - admítase aquí la figura de lenguaje que toma la parte por el todo - fue plásticamente registrada por Felipe Guaman Poma de Ayala, cronista indígena de la conquista del Perú. En uno de sus dibujos, cuando el líder inca Atahualpa entrega a los conquistadores las mujeres que ellos habían pedido, los corregidores y los sacerdotes analizan la donación por sus órganos sexuales (Poma de Ayala, 1980, p. 373).

---

y su vientre! Como en otros países americanos, sus órganos sexuales<sup>6</sup> eran su corazón, resumían su cuerpo y su ser enteros, garantían el adven- to de nuevos brazos y nuevos vientres; nuevos cuerpos que prematuramente se doblarán al deseo del colonizador y serán combustión del trabajo colonial. Lo curioso es que mientras el protagonismo de las mujeres indígenas es casi ausente en el imaginario popular paraguayo, el de las mujeres<sup>7</sup> que actuaron en la guerra contra la Triple Alianza<sup>8</sup> son casi omnipresentes. La historia oficial se encargó de ello. La memoria de esas mujeres de la guerra es evocada varias veces al año en las fiestas cívicas. No porque haya un interés por las mujeres mismas, apunta acertadamente Potthast (1996, p. 12), sino para fortalecer el nacionalismo paraguayo.

Pero en qué sentido fue Paraguay un “País de las Mujeres”? Bárbara Potthast (1996, p. 356) llegó a la conclusión que ese “país de mujeres” “sólo existió en la fantasía de los ob-

---

<sup>7</sup> Trátase específicamente de la memoria de las mujeres de la élite. ¿stas no eran indígenas, pues en la élite tradicionalmente todos y todas eran real o retóricamente de origen europea. “Retóricamente” porque, como en otros países americanos, también en el Paraguay la población oriunda del “mestizaje” se ha ido identificando más con sus ancestrales europeos que con sus abuelas y abuelos indígenas. La población mestiza que accedió a las élites encontró la forma de apagar su origen indígena y de afirmarse evocando sólo sus ancestros europeos, sean ellos reales o imaginarios. Quienes cargaban con el “peso” de su origen indígena eran las clases bajas y, en el Paraguay, las mujeres oriundas de esos segmentos no son las exaltadas como protagonistas de las gestas heroicas de las últimas décadas del siglo XIX.

<sup>8</sup> No hay que olvidar a las mujeres que actuaron en la guerra del Chaco, o “del petróleo”, (1932-1935), travada, en el campo de batalla, por Paraguay y Bolivia. El Chaco fue el escenario donde se reeditó la memoria de las mujeres de la guerra y pós-guerra de la Triple Alianza.

---

servadores extranjeros”, pues pese a su importancia económica y social “las mujeres del Paraguay estaban excluidas – al igual que en otras partes del mundo – de toda actuación política y pública” (POTTHAST, 1996, p. 353).

### MI LUGAR

Aunque yo misma viví en Paraguay de forma continua sólo hasta los 18 años y como hasta entonces sólo conocía la ciudad de Concepción y un poco de su zona rural, mi testimonio personal naturalmente no se refiere a todo el Paraguay. Aún así él refleja vivencias de un sector mayoritario de la sociedad paraguaya, compuesta no sólo de pobres ni sólo de ciudades interioranas. Procuro hablar desde las mujeres de ayer y de hoy, inspirándome en aquéllas que han rotpido los límites que les fueron impuestos.

### DOS CREENCIAS

En el “consenso” paraguayo frecuentemente se explica la sobrecarga de las mujeres con la crianza de sus hijos e hijas y con la economía doméstica como procedente, primero, del desequilibrio numérico total entre los sexos y, segundo, de la estructura “matriarcal” de las familias en el Paraguay”.

---

EL DESEQUILIBRIO NUMÉRICO?

El desequilibrio numérico fue verdaderamente completo al finalizar la guerra de la Triple Alianza. Según los cálculos aceptados por Silvia M. Schmuziger Carvalho (1992, p. 470)<sup>9</sup>, tres cuartos de la población paraguaya fue exterminada. Murieron 606 mil personas de un total de 800 mil habitantes. De los 194 mil sobrevivientes, 180 mil eran mujeres. De los 14 mil sobrevivientes masculinos, 9.800 tenían menos de diez años, 2.100 menos de veinte y 2.100 más de veinte.

Entre los sobrevivientes adultos estaba un poeta, Juan José Decoud, quien aún en 1870 escribió: “Ya no quiero nada ni puedo más nada, sólo este deseo de siempre llorar. Mirar estas ruinas de mi patria amada, las almas perdidas, llorar, llorar, llorar”. Todos y todas lloran, también el urutaú: “Llora, llora, urutaú<sup>10</sup>, en las ramas del yatai<sup>11</sup>. Ya no existe el Paraguay donde

---

<sup>9</sup> Silvia M. Schmuziger Carvalho. Chaco: encruzilhada de povos e “melting pot” cultural – Suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. In: Manuela Carneiro da Cunha, (Org.). Historia dos índios do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p. 457-474.

<sup>10</sup> Ave nocturna parecida con la lechuzca.

<sup>11</sup> Una planta

<sup>12</sup> Todo indica que la “*maldita costumbre*”, con que Francisco de Andrada en 1545 se refirió al trabajo de las indígenas en la agricultura, persistió durante la colonia y fue aún más implementada después de la independencia. Las campesinas eran las que cultivaban los campos comunales indígenas y los del Estado, arrendados por una suma ínfima o sin costo algún para las mujeres solas y pobres. Bárbara Potthast muestra que en algunos lugares hasta el 80% de los arrendamientos de tierra era tomado por mujeres y que aún cuando el hombre era el arrendatario, la carga principal recaía sobre la mujer.

---

nací como tú. Lloro, llora, urutaú”.

En medio a ese desamparo, sin duda, no es difícil imaginarse lo que le habrá costado a las mujeres encargarse de la reproducción biológica, económica y cultural del país. Ya mucho antes<sup>12</sup> eran ellas las que se ocupaban de la subsistencia del pueblo y durante la guerra les tocó naturalmente a ellas asegurar el abastecimiento del ejército. Si a los hombres paraguayos de casi cien años atrás el viajero Rusch los describió como prácticamente “inútiles”, no es porque las mujeres no les permitiesen trabajar, sino porque después de la guerra desaparecieron las actividades, que solían emplear a los hombres (POTTHAST, 1996, p. 356)<sup>13</sup>, tales como la producción de la yerba mate, de maderas, el desmonte y el trabajo pesado en las estancias.

Si bien, durante casi un siglo la mayoría de la población era femenina, desde el censo de 1992, los hombres son los que componen más del 50 % de la población. Pero como los cambios demográficos sólo no bastan para cambiar estructuras familiares, comportamiento social y actitudes frente a la sexualidad, apunta nuestra autora (POTTHAST, 1996, p. 13, 16), la creencia en el desequilibrio numérico total entre los

---

<sup>13</sup> Con idéntica reflexión se suele explicar también la aparente “holgazanería” de los cholos y la “diligencia” de las cholas en el altiplano.

<sup>13</sup> Obsérvese la semejanza entre la creencia paraguaya y el uso adjudicado a los musulmanes, que supuestamente pueden tener hasta siete mujeres.

---

sexos continúa explicando en el Paraguay la amplia propagación del concubinato, el gran número de madres solteras y de hijos e hijas llamados ilegítimos. Se cree haber siete mujeres para cada hombre<sup>13</sup>, que por esa razón muchas relaciones no son definitivas y que por ello las mujeres acaban siendo condescendientes con la “holgazanería” y falta de iniciativa de los hombres en el ámbito familiar.

### UN MATRIARCADO PARAGUAYO?

La supuesta existencia de un matriarcado en el Paraguay se basa en el protagonismo épico de esa mujer-amazona del pasado y en el hecho de ser la mujer, desde el tiempo del Dr. Francia<sup>14</sup> hasta hoy, el principal referente familiar. Pues en casi todos los “hogares incompletos” quien faltaba y falta era y es el hombre. Eso, sin embargo, no significa que las mujeres hayan accedido al poder y a la autoridad en el ámbito público. En sus manos quedó la responsabilidad por la crianza y la subsistencia; en las de los hombres, la política. Sobre lo que los hombres ganan en sus trabajos como obra-

---

<sup>14</sup> En su época (1811-1840) el porcentaje de nacimientos ilegítimos se acercó del 80%. La política francista de reducir la presencia y la influencia social de la iglesia católica y del estrato social que la sustentaba provocó, por un lado, un debilitamiento de la institución del matrimonio y, de otro, un fortalecimiento de la concepción indígena de la familia, que acentuaba más bien los lazos con los hermanos, padres e hijos, antes que con el cónyuge (Potthast, 1996, p. 348). Aún en la década de 1990 variaba entre 40 y 45 % el porcentaje de los nacimientos extramatrimoniales en el Paraguay (Potthast, 1996, p. 347).

---

jero, peón y revendedor disponen, hasta hoy, ellos mismos y sólo eventualmente ingresa en la economía familiar. Las mujeres compensan muchas veces la indiferencia de los padres de sus hijos e hijas jactándose de sus atributos de ‘mujer trabajadora, guapa’, *kuña opyryr?* iva, que no pone su confianza en ningún hombre, ni espera por uno de ellos. Sin ellas son solteras se suelen orgullar por haber resistido a la tentación de casarse, pues el hombre es sólo un peso para la mujer y, peor aún, si él es dado a la borrachera.

De modo que la supuesta “estructura matriarcal de la familia” solo encubre el tan arraigado pensamiento sexista paraguayo: Que las mujeres tienen el lugar deseado por ellas y determinado por la naturaleza. Como diría nuestro viajero alemán: “*estas mujeres extrañas no quieren otra cosa*”. Y así, la “trampa biológica” de que habla María Victoria Heickel continúa atrapando a la mujer: Ella es siempre “madre”, de sus hijos e hijas, de sus compañeros, de sus padres y de su “patria”. Ella es madre, inclusive en la esfera celeste, *Tupãsy*. A los varones les toca “*discutir los asuntos del país y ser protagonistas de la res pública*”.

ENGAÑADAS, VIOLADAS,  
ABANDONADAS

Sin duda, en muchos casos, las mujeres

---

son madres solteras por opción. Pero en este punto me ocupó no con éstas, sino con las que lo son por obligación y sin sacar provecho de la situación. Las historias de vida de gran parte de esas “jefas de hogar” de hoy muestran que muchas están en esa situación porque fueron engañadas, violadas o abandonadas. Socializadas para ser madres, muchas pasan directo de la niñez a la maternidad. La menarca las define en esos casos como mujer y la habilita para la sexualidad, siendo ésta asociada directamente con la reproducción. Esta situación es más cruel entre las campesinas, cuya otra única alternativa sería migrar a los centros urbanos para buscarse un trabajo remunerado. En muchos casos, la maternidad se extenderá a lo largo del periodo fértil de la mujer, siendo que entre una criatura y otra están los largos periodos de amamantación. Como en otros países, también en el Paraguay, observa María Victoria Heikel<sup>15</sup>, se cree que mientras la mujer esté embarazada o amamantando no engañará a su compañero, lo que encubre crueles mecanismos de posesión/subordinación (CABALLERO MERLO & CÉSPEDES RUFFINELLI, 1998. p. 110). La situación es más grave en los sectores más pobres, que es donde hay más mortandad infan-

---

<sup>15</sup> M. V. Heickel. Desarrollo y población con perspectiva de género. In: Javier N. Caballero Merlo & Roberto L. Céspedes Ruffinelli (Org.). *Realidad Social del Paraguay*. Asunción, Centro Interdisciplinario de Derecho Social y Economía Política/Centro de Estudios Antropológicos/Konrad-Adenauer-Stiftung. 1998. p. 95-120.

---

til y consecuentemente donde los embarazos reciben una valorización más positiva.

Digo *engañadas* porque esas niñas-mujeres llegaron a la maternidad muchas veces seducidas por promesas de casamiento de hombres, que después de la “prueba de amor” pasaron a ignorarlas y difamarlas. Como la relación sexual afecta desigualmente al hombre y a la mujer, en el caso de resultar en un embarazo, a ella le toca ser madre. Él frecuentemente niega su paternidad, exponiendo a la niña o a la joven y a sus familiares a los comentarios maliciosos de la vecindad. Además, no es raro que las niñas y jóvenes embarazadas en esas situaciones sean punidas – y hasta castigadas físicamente – por los de su casa, generalmente por el padre o el hermano. Iglesias evangélicas suelen excluir públicamente a esas “pecadoras”.

Algunas de esas mujeres se tornaron madres porque han sido *violadas*. Muchos hombres creen que su amistad o enamoramiento, su poder moral, económico o político le autorice a forzarle a su amiga, enamorada, empleada, “sobrina” – o a cualquier otra mujer que se le “aparezca en el camino” – para satisfacer sus deseos. Por eso, se suele decir a las mujeres que no deben andar solas por los caminos. Andar “sola” la hace cómplice o culpada en caso de violación. Por lo mismo hay que evitar quedarse

---

<sup>16</sup> El dictador Alfredo Stroessner se tornó legendario por sus muchas concubinas. Sus cómplices en el poder no tuvieron menor fama.

---

sola en compañía de un hombre. Es como si en algunos ambientes fuese consenso que todo hombre es un potencial violador. No es que él va a hacer necesariamente uso de violencia física para rendirle a la mujer. Siguiendo la lógica del *mbarete* (del más fuerte)<sup>16</sup>, tan internalizado en el Paraguay, así como no se hace resistencia a la orden de un superior sino que se la cumple, a algunas mujeres les resulta difícil resistir a las solicitudes de su patrón o de cualquier otra persona influyente que intente tener intimidad o relación sexual con ella. Miedo y desamparo son sentimientos que, sumados a la falta de esclarecimiento sobre el tema y a la convivencia con la impunidad, impiden que las niñas y mujeres, generalmente de las clases más bajas, reaccionen decididamente contra esos intentos y los denuncie.

Los dos grupos mencionados acaban casi siempre alargando la fila de las *abandonadas*. Pero también las mujeres que han estado casadas o acompañadas pueden cualquier día ser abandonadas<sup>17</sup>. Recuérdome de una poesía declamada en el colegio por el día de la madre. En él escucho un cierto veredicto sobre el destino de las mujeres. Pero también compasión; tal vez, autocompasión. Todos los años, 15 de mayo, cuando se conmemoraba el día de la ma-

---

<sup>17</sup> Pero las mujeres también pueden abandonar el compañero. Para otras, el ser abandonadas por él no es motivo de lamento. Aquí, sin embargo, me refiero a las que viven esa situación como pérdida.

---

dre (y de la patria), las mujeres presentes en la conmemoración lloraban mientras la poesía era recitada por una declamadora que también lloraba. Siempre había un motivo: la madre, la abuela, la hermana, la vecina, la ex-compañera de clase, la profesora, sí misma. Al final, la suerte de esas mujeres tan próximas, ayer y hoy, podrá ser la propia, mañana. Las mujeres se lloraban y algunos varones lloraban también<sup>18</sup>. Siguen dos estrofas de ese poema.

Cómo me dan pena las abandonadas, que amaron creyendo ser también amadas y van por las calles llorando un cariño, recordando un hombre y arrastrando un niño!

Marchan con los ojos fijos en el suelo, cansadas en vano de mirar el cielo, de sus hondas cuitas ni el Señor se apiada, porque de esas cosas Dios no sabe nada!

Que Dios verdaderamente no sepa nada de eso sería, sin duda, un buen motivo para una querrela entre la teología bien comportada y la teología indecente<sup>19</sup>. Lamentablemente aquí ten-

---

<sup>18</sup> No hay que olvidar que el sufrimiento de esas madres es compartido por el hijo o la hija, pues, en el Paraguay, a pesar de ser común procrear en esas condiciones, las criaturas “sin padre” y con un sólo apellido (el de la madre) son aún motivos de sarcasmo en las escuelas y en la sociedad. Aunque la constitución de 1992 ha consagrado la igualdad de todos los hijos e hijas ante la Ley y la posibilidad de investigar la paternidad, las mujeres pobres y hablantes únicamente del guaraní poco provecho pueden sacar de ello.

<sup>19</sup> Marcela Althaus (2004), teóloga argentina profesora en la Universidad de Edimburgo – Inglaterra, radicaliza la comprensión liberadora del teólogo y propone una teología indecente que, partiendo de una severa crítica a la teología fundamentada en supuestas verdades substantivas que sacralizan la familia patriarcal, propone un teólogo que saque a flote las experiencias humanas bajo los escombros, escombros causados por una epistemología sexista, racista y elitista que ha imperado en las teologías.

---

emos que omitir ese paso e ir directo a la sentencia. Que Dios verdaderamente no sepa nada de eso es inaceptable. Concordaría con los versos si ellos significasen que el sufrimiento de las mujeres no es ni fatalidad ni voluntad de Dios. Pero generalmente versos como esos son expresión de una teología que no se arriesga a hablar con Dios y de Dios a partir de las “cosas pequeñas” vividas por las mujeres abandonadas por los hombres y por otras mujeres.

Dios y quienes hablan en su nombre tienen que saber, sí, de esas cosas! La poesía muestra bien la correlación entre cielo y tierra. Si Dios y sus representantes lavan sus manos delante del sufrimiento de esas mujeres, lo que es sugerido por el último verso – *de sus hondas cuitas ni el Señor se apiada, porque de esas cosas Dios no sabe nada* –, el hecho repercutirá en la vida real de las abandonas. Ellas repetidamente serán condenadas a *vivir con los ojos fijos en el suelo*, encorvadas, escondiendo el pecho y avergonzadas. Pero también es verdad que no es mirando el cielo que ellas encontrarán a la Divinidad compasiva. La fuerza divina que puede empoderar a esas mujeres está en la comunidad compasiva, presente donde se lucha contra el menosprecio de la sociedad machista y de la autoconmiseración, donde se luche por una vida donde la maternidad no le acontezca a la mujer, mas sea su opción. Está allí donde se les apoya a las mujeres a defenderse decididamente contra todo tipo de abuso sexual y de

---

poder, donde se busca transformar la imagen de Dios que legitima relaciones injustas entre hombres y mujeres.

La comunidad compasiva está allí donde se lucha por una política de salud reproductiva donde hombres y mujeres asuman la responsabilidad por la reproducción, donde la menstruación y la menopausia estén integradas al concepto de salud reproductiva, donde el aborto sea tematizado abiertamente puesto que, como en otros países, ya es una de las causas de muerte maternas más importantes del país. Está allí donde la mujer sea vista antes como mujer-persona que como madre, de hecho o en potencial.

### SON LAS MUJERES INE- RMES VÍCTIMAS DEL PROTAGONISMO MASCULINO?

No lo son. Así como no son sólo ellas las que *“no quieren otra cosa”*. Ambos sexos forman parte de la misma matriz que construye y mantiene los roles sociales. La discriminación de las mujeres no es una cuestión de maldad masculina, no es siempre opresión consciente de los hombres sobre las mujeres, contra el deseo de éstas. Si fuera sólo un problema masculino *“la frecuente ausencia del padre en las familias paraguayas no sería un problema sino una solución, pero no es así”*<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Informe Nacional de Desarrollo Humano desde la perspectiva de Género, 1995, p. 737.

---

En esa matriz actúan además de la educación informal, la escolar y hasta los programas de desarrollo. Y aunque através de esos canales educativos se buscan cambios a favor de relaciones más justas entre hombres y mujeres, muchas veces se acaba consiguiendo lo contrario. En ese sentido diría, en base a María Victoria Heikel<sup>21</sup>, que aunque en los últimos años haya habido un aumento substancial de la matrícula femenina en programas de educación formal, las mujeres abandonaron los programas antes que los hombres. Causas: ausencia de planes que tengan en cuenta las características y condiciones de vida de las mujeres y los contenidos sexistas de los programas.

El modelo de desarrollo economista y androcéntrico implantado en Paraguay desde la segunda mitad del siglo XX ha definido aún más el lugar de las mujeres entre los y las pobres y ha reforzado su subordinación al hombre. Vista como proveedora y responsable para satisfacer las necesidades de alimentación, salud, cuidado de criaturas, viviendas, etc, ella fue definida como sujeto de desarrollo y destinataria principal de los programas de combate de la pobreza. Se le exigía el desempeño de una triple función: la de madre, trabajadora y proveedora de servicios al hogar y a la comunidad (Heickel, 1993, p. 107).

---

<sup>21</sup> María Victoria Heikel. La trampa biológica y otros factores culturales en el diseño de una política de población con perspectiva de género. In: *Kuña kuaa* – Mujeres por la Democracia. Asunción 1993.

---

A partir de algunas historias de vida diría que la sobrecarga de responsabilidades les impide a las mujeres encontrar tiempo y valor para recrearse y comprender su sexualidad también fuera de las restricciones impuestas por la maternidad. Tengo en mente el depoimiento de una campesina, quien destacaba - entre todos los beneficios que su colectivo de mujeres le proporcionaba - el ocio, el entretenimiento y la recreación, que nunca antes se permitiera, como las oportunidades más importantes. Creo que experimentar la sexualidad como algo placentero en el marco de una relación de respeto y aprecio mutuo puede generar actitudes afirmativas de amor propio y de rechazo decidido a la coacción de los hombres.

Pero no hay que olvidar que también la suerte de las campesinas paraguayas se juega en el exterior. La sobrevaloración de la agricultura extensiva de exportación, que determinó el aumento de la demanda de trabajo familiar y el empobrecimiento campesino, llevó a una sobre explotación de las mujeres. Lo bueno es que éstas empezaron a plantear la desigualdad de género como un obstáculo para el desarrollo humano pleno. Fue así que la jerarquía en la familia, el fundamentalismo religioso y la violencia contra las mujeres pasaron a ser tematizados como factores que corroboraban la situación subalterna de la mujer en la sociedad paraguaya. O sea, las mujeres no son inermes víctimas,

---

pues son también protagonistas de luchas contra la discriminación sexista.

Su ya conocida valentía y sabiduría en la lucha por la sobrevivencia continúan dando esperanza donde parece que todo está perdido. Su protagonismo en los momentos más críticos de la historia del país se desdobra hoy en esfuerzos por libertad. Ellas ya no quieren ser paridas cultural, económica y religiosamente por los varones. Quieren abrir sus propios caminos, decirse a sí mismas, migrar del llanto de la historia al canto que mece el sueño de una sociedad más humana porque sus mujeres sueñan y quieren ser libres. Algunos foros de esa lucha presento a seguir.

Gracias a la investigación de académicos y académicas actuantes en varias ONGs se conoce hoy la trayectoria de colectivos de mujeres desde inicio del siglo XX<sup>22</sup>. Este pequeño listado muestra cómo las mujeres de la élite y las de las capas bajas que se destacaron por su liderazgo ocuparon el ámbito público con sus reivindicaciones políticas.

Entre las organizaciones caracterizadas como de género y políticas están el Centro Feminista Paraguayo (1920) y la Asociación Feminista (1929) para el reconocimiento de los derechos civiles y políticos de las mujeres. La

---

<sup>22</sup> Javier N. Caballero Merlo & Roberto L. Céspedes Ruffinelli (Org.). Realidad Social del Paraguay. Asunción, Centro Interdisciplinario de Derecho Social y Economía Política/Centro de Estudios Antropológicos/Konrad-Adenauer-Stiftung. 1998. p. 95-120.

---

Unión Femenina del Paraguay (1936), el Consejo de Mujeres de la República del Paraguay (1940), la Liga Paraguaya Pro Derechos de la mujer (1951), que en 1961 consiguió que la igualdad de los derechos políticos de la mujer fuese consagrada en Ley. Esto de hecho no significó mucho en un país donde el dictador debía ser reelecto por el voto del pueblo periódicamente. Paraguay fue en todo caso el último país latinoamericano en aprobar el sufragio femenino.

Hasta 1989 la dictadura de Alfredo Stroessner cooptó y persiguió todas las voces críticas del país. Pero en los últimos años de ese gobierno las mujeres vuelven a hacerse oír, primero las campesinas (1985) y después las urbanas (1987). Se crea la Coordinación de Mujeres del Paraguay (CMP) que agrupa 4 organizaciones y todavía en plena dictadura se articula para modificar el Código Civil, que limitaba mucho los derechos de la mujer casada, lo que se logró aprobar en 1992. La CMP logró también que la Constitución de 1992 consagrara explícitamente la igualdad de derechos entre hombres y mujeres y la obligación del Estado para promover la igualdad real.

Entre las organizaciones que lucharon e hicieron resistencia a los opresores de turno está el Grupo de Mujeres Concepcioneras (1901). En él, la libre pensadora Ramona Ferreira, primera mujer en dirigir un periódico – La Voz del

---

Siglo – en el país, promovió entre 1902 e 1904 la libertad de conciencia. El periódico fue clausurado y su dirigente exiliada.

La Comisión Pro Paz data de 1904, cuando el país se hallaba en plena guerra civil. Reunía mujeres que luchaban contra las guerras y sus consecuencias. Otros colectivos interpartidarios de mujeres se pronunciaban por una amnistía amplia en el Paraguay. A éstas el golpe militar de 1947 y la dictadura que se instaló en el país desde 1954 las dispersó. Pero, desde el exilio, ellas continuaron activas en organizaciones clandestinas del país. Cabe notar que gracias a articulaciones como éstas, al tiempo en que la dictadura de Stroessner iba feneciendo, las mujeres fueron el único sector social que tenía un proyecto elaborado participativamente en encuentros realizados entre 1987-1988. En 1989, mujeres de partidos políticos, ONGs y amas de casa fundaron la Multisectorial de Mujeres del Paraguay, que elaboró el proyecto para una Secretaría de la Mujer que se hizo realidad en 1993. Otras agremiaciones interpartidarias de Mujeres procuran desde entonces hacer crear políticas públicas municipales con perspectiva de género y abogan por el acceso igualitario de las mujeres al poder político. La propuesta es limitar al 60% las candidaturas de un mismo sexo y la alternancia de mujeres y hombres en las listas.

Los gremios y sindicatos específicos de

---

mujeres son expresiones de la organización femenina en la base. Ya en 1913 surge el Sindicato de las Cigarreras Unidas y el Sindicato de las Costureras. En 1918 es la vez de las Vendedoras del Mercado Central y en 1928 se sindicalizan las Obreras Domésticas y las que Obreras fabricantes de zapatillas. En 1939 fundan su sindicato las Obreras de la Seda y en 1942 las Obreras Textiles. Sin espacio para detenernos en otros gremios, ese listado es apenas un ejemplo de que las reivindicaciones de las mujeres paraguayas en muchos sectores, hoy, tiene sus antecedentes en esas compañeras obreras de la primera mitad del siglo XX.

Pero los cambios también están llegando al ámbito “privado”. Se habla de la democratización de la familia desde la Constitución de 1992, que dio fin a la incapacidad relativa de la mujer casada, dejando de ser el marido el único administrador de los bienes de la sociedad conyugal y extendiendo los derechos de la mujer casada a la mujer acompañada. En una sociedad con alto porcentaje de concubinato y/o frecuentes abandonos de hogar de parte del hombre, esas medidas son un avance para las mujeres.

Como en otros países, también en Paraguay se suman otras discriminaciones a la discriminación sexista. De modo que la desigualdad entre las mujeres es marcada por la pobreza, la falta de educación formal, el ser guaranga

---

– hablante del guaraní únicamente – , el ser campesina, el parecerse más a indígenas, etc. Todo eso restringe el ejercicio de los derechos ya conquistados y el acceso a las oportunidades, así como dificulta que las luchas específicas de un sector de las mujeres sea también la lucha de todas las mujeres<sup>23</sup>.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHAUS-REID. Marcela. *From Feminist Theology to Indecent Theology*. London, SCM Press, 2004.186p.

BIEHL, Michael & EKUÈ, Amélé Adamavi-Aho. *Gottesgabe: vom Geben und Nehmen im Kontext gelebter Religion*. Festschrift zum 65. Geburtstag von Theodor Ahrens. Frankfurt am Main, Verlag Otto Lembeck. 2005. 607 p.

CABALLERO MERLO, Javier N. & CÉSPEDES

RUFINELLI, Roberto L. (Org.). *Realidad Social del Paraguay*. Asunción, Centro Inter-

---

<sup>23</sup> Así, a medida en que las mujeres de origen pobre van profesionalizándose o tornándose “bien sucedidas” en el ámbito laboral, ellas se libran de la sobrecarga del hogar, sin que eso signifique una división más justa de los quehaceres domésticos con su compañero. Una otra mujer – más pobre, menos instruída y talvez más campesina – la irá remplazar: la empleada. Sería muy consecuente que las mujeres “bien sucedidas” y los miembros de su familia dignifiquen el trabajo doméstico con un “sueldo justo”, cuidando para que los abusos cometidos hasta hace poco contra ellas o contra sus madres no se repitan con la empleada, y promoviendo el empoderamiento de la empleada como persona.

---

disciplinario de Derecho Social y Economía Política/Centro de Estudios Antropológicos/Konrad-Adenauer-Stiftung. 1998. 831p.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela, (Org.). *Historia dos índios do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. 611p.

CHAMORRO, Graciela. Ambivalenz in Gottesbildern. In: BIEHL, Michael. & EKUÈ, Améle, 2005. p. 565-579.

DOCUMENTOS HISTORICOS Y GEOGRAFICOS RELATIVOS A LA CONQUISTA Y COLONIZACION

RIOPLATENCE. Tomo II, Buenos Aires, 1941.

HEICKEL, María Victoria. Desarrollo y población con perspectiva de género. In: Javier N. Caballero Merlo & Roberto L. Céspedes Ruffinelli (Org.). *Realidad Social del Paraguay*. Asunción, Centro Interdisciplinario de Derecho Social y Economía Política/Centro de Estudios Antropológicos/Konrad-Adenauer-Stiftung. 1998. p. 95-120.

\_\_\_\_\_. La trampa biológica y otros factores culturales en el diseño de una política de población con perspectiva de género. In: *Kuña kuaa – Mujeres por la Democracia*. Asunción 1993.

---

INFORME NACIONAL DE DESARROLLO HUMANO DESDE LA PERSPECTIVA DE GENERO. Asunción, 1995.

POMA DE AYALA, Felipe Guaman. *Nueva corónica y buen gobierno* [1600]. Transcripción, prólogo, notas y cronología de Franklin Pease. 2v. Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1980.

POTTHAST, Barbara. "Paradies Mohammeds" oder "Land der Frauen"? Zur Rolle der Frau und der Familie in der paraguayischen Gesellschaft im 19. Jahrhundert. Köln/ Wien /Weimar, 1994. (Lateinamerikanische Forschungen Bd. 21).

\_\_\_\_\_. Von Müttern und Machos: Eine Geschichte der Frauen Lateinamerikas. Wuppertal, Peter Hammer Verlag, 2003. 438p.

\_\_\_\_\_. "*Paraíso de Mahoma*" o "*País de las Mujeres*"? Asunción, Instituto Cultural Paraguayo-Alemán, 1996.

SCHMUZIGER CARVALHO, Silvia. Chaco: encruzilhada de povos e "melting pot" cultural – Suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela, (Org.), 1992, p. 457-474.